

PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO, TURISMO, AGRICULTURA
E MEIO AMBIENTE

DESENVOLVIMENTO URBANO/RURAL E GESTÃO MUNICIPAL:

O PLANO DIRETOR DO MUNICÍPIO DE CÁCERES - MT

DOCUMENTO BÁSICO MUNICIPAL
VERSÃO PRELIMINAR

POR: WASHINGTON CANÇADO

Desenvolvimento Urbano/Rural e Gestão Municipal

Prefeitura Municipal de Cáceres
Mato Grosso

DESENVOLVIMENTO URBANO/RURAL
E GESTÃO MUNICIPAL

O PLANO DIRETOR DO MUNICÍPIO DE CÁCERES

DOCUMENTO BÁSICO MUNICIPAL

Parte I

Cáceres - 1995

**O Plano Diretor do Município de Cáceres
Desenvolvimento Urbano/Rural e Gestão Municipal
O Plano Diretor do Município de Cáceres**

EXECUÇÃO

Prefeitura Municipal de Cáceres

**Antonio Carlos Souto Fontes
Prefeito Municipal**

**Ana Maria Torracca Levy
Secretária de Saúde**

**Gabriel Alves de Moura Neto
Secretário de Educação e Cultura**

**Hamilton de Gurjão Brito
Secretário de Governo**

**Luciano Pinto de Arruda
Secretário de Indústria, Comércio, Turismo,
Agricultura e Meio Ambiente**

**Manoel Alvares Campos
Secretário de Administração**

**Marlon Brant Pinheiro Leite
Secretário de Obras e Serviços Urbanos**

**Roosevelt Barros da Silva
Secretário de Finanças**

**Marília Freire de Campos Fontes
Presidente da Fundação Cultural**

**Ricardo Quidá
Procuradoria Jurídica**

APOIO

**Câmara Municipal de Cáceres
Masato Nakahara
Presidente**

AGRADECIMENTO

O Prefeito Municipal de Cáceres, no estrito dever de sua função e no cumprimento da Constituição Federal, vem através deste instrumento, instituir linhas básicas de desenvolvimento coordenado deste Município e, confiante de que este objetivo seja plenamente alcançado, agradece a cooperação de cada Órgão Governamental e Não Governamental, de cada cidadão e de cada servidor público que subsidiou a produção do Plano Diretor de Cáceres, colaborando, sobre maneira, à prática de governo democrático, voltado ao atendimento das aspirações do povo desta Terra.

AGRADECIMENTOS

A equipe de elaboração agradece ao Prefeito Municipal, o apoio recebido durante a elaboração do atual Plano Diretor e o parabeniza pela iniciativa de dar oportunidade aos técnicos da Prefeitura, em participar da discussão temática contida no Plano Diretor, que será a mola mestra do desenvolvimento Municipal para os próximos anos.

De modo geral, a equipe agradece à Câmara Municipal, à Universidade Estadual e a todos os órgãos Estaduais, Federais, Sindicatos, Associações, Cooperativas, Entidades Sociais, Clubes de Serviço, aos técnicos das Secretarias que compõem o Setor Público Municipal, enfim todos aqueles que direta ou indiretamente contribuíram para a elaboração do Plano Diretor Municipal.

A Coordenação Geral

ÍNDICE GERAL

PARTE I	PÁGINA
I - Apresentação: O Plano Diretor do Município de Cáceres.....	010
II - Informativo Municipal.....	013
1 - Aspectos Históricos.....	014
2 - Aspectos Físicos e Naturais.....	015
3 - Aspectos Demográficos.....	017
4 - Número de Eleitores.....	018
5 - Aspectos Econômicos, por Setor da Economia Municipal.....	018
6 - Infra-Estrutura Econômica.....	021
7 - Comunicação.....	023
8 - Órgãos de Governos e Bancos Privados.....	024
9 - Infra-Estrutura Social.....	026
III - Meio Ambiente: Levantamentos e Impactos no Município de Cáceres.....	029
1 - Histórico.....	030
2 - Aspectos Físicos.....	031
3 - Hidrografia.....	032
4 - Clima.....	034
5 - Vegetação.....	036
6 - Mineração.....	039
7 - Unidades de Conservação.....	041
8 - Proposta para Futuras Unidades de Conservação.....	042
9 - Meio Ambiente e a Agropecuária.....	042
10 - Meio Ambiente e a Indústria.....	044

IV - Desenvolvimento Econômico.....	045
4.1 - A Agropecuária no Município de Cáceres.....	046
4.1.1 - Histórico.....	046
4.1.2 - Oferta Ambiental.....	047
4.1.3 - Atividades Agropecuárias.....	048
4.1.4 - Limitações ao Desenvolvimento Agropecuário.....	050
4.1.5 - Potencialidades do Desenvolvimento Agropecuário.....	051
4.1.6 - Diretrizes Políticas.....	051
4.1.7 - Diretrizes Programáticas.....	051
4.1.8 - O Projeto Facão.....	053
4.1.8.1 - Histórico.....	053
4.1.8.2 - Dos Objetivos.....	053
4.1.8.3 - Situação Atual.....	054
4.1.9 - Mercado Municipal.....	055
4.2 - Indústria e Comércio e Serviços: O Terciário Municipal....	056
4.2.1 - Histórico.....	056
4.2.2 - Situação Atual.....	057
4.2.3 - Diretrizes Gerais.....	061
4.2.4 - Câmara de Dirigentes Lojistas de Cáceres - CDL.....	062
4.2.4.1 - Histórico.....	062
4.2.4.2 - Atendimento às Empresas.....	063
4.2.4.3 - O Desempenho das Funções.....	063
4.2.4.3 - Prioridades para os Próximos Anos.....	064
4.3 - O Turismo no Município de Cáceres.....	065
4.3.1 - Apresentação.....	065
4.3.2 - Diagnóstico.....	067
4.3.3 - Situação Atual.....	068
4.3.4 - Pontos Turísticos.....	071
4.3.5 - Opções de Esporte e Lazer.....	073
4.3.6 - Folclore Regional e Festas Típicas.....	075
4.3.7 - Culinária.....	075
4.3.8 - Diretrizes Gerais.....	075
4.4 - O Transporte e o Sistema Viário de Cáceres.....	077
4.4.1 - Histórico.....	077
4.4.2 - Diagnóstico.....	078
4.4.3 - Situação Atual.....	080
4.4.4 - Diretrizes Gerais.....	081

4.5 - A Energia Elétrica, Iluminação Pública e Telefonia no Município de Cáceres.....	085
4.5.1 - Histórico.....	085
4.5.2 - Diagnóstico.....	088
4.5.3 - Situação Atual.....	099
4.5.4 - Diretrizes Gerais.....	099
4.6 - A Pesca no Município de Cáceres.....	091
4.6.1 - Apresentação.....	091
4.6.2 - A Colônia Z-2 dos Pescadores de Cáceres.....	091
4.6.3 - A Pesca Predatória.....	092
4.6.4 - Considerações Finais.....	092
V - Desenvolvimento Urbano.....	093
5.1 - Municipalização e o Projeto de Trânsito de Cáceres.....	094
5.1.1 - A Questão da Municipalização.....	094
5.1.2 - O Projeto de Trânsito em Cáceres.....	095
5.2 - Parcelamento do Solo: A Questão Municipal.....	096
5.2.1 -Histórico.....	096
5.2.2 - Diagnóstico.....	097
5.2.3 - Diretrizes Gerais.....	098
5.3 - Serviços Públicos: A Coleta de Lixo, Limpeza Pública e a Usina de Reciclagem e Compostagem do Lixo de Cáceres.....	099
5.3.1 - Histórico.....	099
5.3.2 - Diagnóstico.....	100
5.3.3 - Situação Atual.....	100
5.3.4 - Diretrizes Gerais.....	100
5.3.5- Usina de Reciclagem e Compostagem de Lixo de Cáceres	102
5.3.5.1 - Implantação.....	102
5.3.5.2 - O Que é a Usina.....	102
5.3.5.3 - Como Funciona.....	103
5.3.5.4 - Metas.....	103
5.3.5.5 - A Quem esta Usina irá Beneficiar.....	103

	PÁGINA
VI - Desenvolvimento Social.....	104
6.1 - A Saúde no Município de Cáceres.....	105
6.1.1 - Histórico.....	105
6.1.2 - Diagnóstico.....	106
6.1.3 - Situação Atual.....	106
6.1.4 - Prioridades para os Próximos dois Anos.....	113
6.1.5 - Diretrizes Gerais.....	114
6.2 - Educação: O Caminho ao Desenvolvimento Municipal.....	116
6.2.1 - Histórico.....	116
6.2.2 - Diagnóstico.....	117
6.2.3 - Situação Atual.....	117
6.2.4 - Prioridades nos Últimos dois Anos.....	126
6.2.5 - Diretrizes Gerais.....	127
6.3 - Habitação: A Falta de Programas de Moradias de Baixa Renda.....	130
6.3.1- Histórico.....	130
6.3.2 - Diagnóstico.....	131
6.3.3 - Situação Atual.....	131
6.3.4 - Diretrizes Gerais.....	131
6.4 - O Saneamento Básico de Cáceres.....	133
6.4.1 - Histórico.....	133
6.4.2 - Diagnóstico.....	134
6.4.3 - Situação Atual.....	135
6.4.4 - Diretrizes Gerais.....	135
6.5 - Cultura: Arte, Museu, Biblioteca e Patrimônio Histórico...	136
6.5.1 - Histórico.....	136
6.5.2 - Diagnóstico.....	137
6.5.3 - Situação Atual.....	137
6.5.4 - Diretrizes Gerais.....	138
6.5.5 - Patrimônio Histórico Cultural.....	141
6.6 - Esporte e Lazer: Componente do Desenvolvimento Social..	143
6.6.1- Apresentação.....	143
6.6.2 - Diagnóstico.....	143
6.6.3 - Situação Atual.....	144
6.6.4 - Diretrizes Gerais.....	146

	PÁGINA
6.7 - Ação Social: A Diversidade do Atendimento.....	148
6.7.1 - Histórico.....	148
6.7.2 - Diagnóstico.....	149
6.7.3 - Situação Atual.....	149
6.7.4 - União Social de Assistência de Cáceres - USA.....	150
6.7.4.1 - Metas a Serem Desenvolvidas.....	150
6.7.5 - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE	151
6.7.5.1 - Atividades Desenvolvidas.....	151
6.7.5.2 - Diretrizes Gerais.....	152
6.7.6 - Centro de Integração Social - CIS.....	153
6.7.6.1 - Metas Prioritárias.....	154
6.7.7 - Fundação de Promoção Social - PROSOL.....	154
 VII - A Economia Municipal: Estratégia Setorial de Desenvolvimento.....	 156
 VIII - Programa de Ação Imediata.....	 167
 PARTE II	
 IX - Código Sanitário.....	 173
 X - Código Tributário.....	 223
 XI - Código de Obras e Posturas Municipais.....	 338
 XII - Anexos.....	 440
Anexo 1: Plano Diretor da Área 5 - PDA - SUDAM:	
Proposições a Nível Municipal / PMC.....	441
Anexo 2: Ordenamento da Ocupação Periférica da ZPE.....	449
Anexo 3: Minuta da Lei Estadual de Pesca.....	459
 XIII - Referências Bibliográficas Básicas.....	 465

APRESENTAÇÃO

O PLANO DIRETOR DO MUNICÍPIO DE CÁCERES-MT

A Constituição Federal, promulgada em 1988, indicou que a Política de desenvolvimento urbano fosse executada pelo poder público municipal e que as diretrizes gerais de responsabilidade dos Governos Federal e Estadual balizassem essa Política e sua execução:

Constituição Federal Art. 182: A função social da propriedade deverá ser definida no Plano Diretor, obrigatório para as cidades com mais de 20.000 habitantes;

Constituição Federal Art. 30 - Inciso I: Cabe ao Município Legislar assuntos de interesses locais;

Constituição Federal Art. 30 - Inciso VIII: Promover, no que lhe couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano.

Caberá, portanto, ao Município de Cáceres o cumprimento das disposições constitucionais agregada a Lei Orgânica Municipal, com parecer favorável da Câmara Municipal ao termo de referência proposto, a elaboração do presente Plano Diretor, visando instrumentalizar seu planejamento, para buscar seu desenvolvimento racional e para cumprir a função social da propriedade.

O Instituto Brasileiro de Administração Municipal - IBAM em convênio com a Secretaria de Desenvolvimento Urbano, Secretaria de Relações com Estados e Municípios do Ministério da Integração Regional lançam no mercado intelectual, em 1994, a obra intitulada *Desenvolvimento Urbano e Gestão Municipal - Plano Diretor em Municípios de Pequeno Porte*, documento básico utilizado para elaboração do Plano Diretor do Município de Cáceres. Além da visão do Planejamento e do Desenvolvimento Urbano no Brasil, o documento sugere instrumentos metodológicos acerca do Planejamento Municipal, Plano Diretor e sua elaboração.

O objetivo do Plano Diretor no nosso Município é instrumentalizar o processo de desenvolvimento, permitindo uma compreensão geral dos fatores Políticos Econômicos, Financeiros e Territoriais, que condicionam a situação do Município de Cáceres.

O Plano Diretor é um documento de referência para a ação do Governo e que, sendo devidamente legitimado, suas determinações poderão funcionar como instrumento de controle social sobre a ação do Poder Público no território do Município. Para tanto, torna-se necessário a participação da população na aprovação, acompanhamento e na complementação de todas ações inerentes ao Poder Público, a partir da aprovação do Plano.

O Plano Diretor é a base do Planejamento Urbano/Rural: planejar é articular soluções para melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no Município; é o instrumento básico para garantir a função social da propriedade urbana e rural; é o instrumento de Poder Público para elaboração de uma Política Urbana/Rural. O Plano Diretor poderá sofrer modificações continuamente, em consonância com as mudanças que venham a ocorrer na realidade local.

A metodologia utilizada tem como primeira etapa o esboço histórico temático e como etapas subsequentes o conhecimento da realidade, pelos diagnósticos e, vai até, a elaboração de diretrizes gerais para o desenvolvimento do Município, nos seus vários temas. Isto certamente implica que as propostas se caracterizem sobretudo como indicações gerais, a serem posteriormente desenvolvidas por Programas, Planos Setoriais, Projetos e Normas Legais.

Contrariando as tendências atuais, de contratação de Planos por empresas de outras regiões que não tem compromissos com o Município, a atual Administração criou um *locus* de trabalho e uma equipe mínima para a elaboração do atual Plano Diretor. Isto se fez necessário em função da administração dos recursos financeiros escassos; criação de uma equipe multidisciplinar mínima ao atendimento e acompanhamento das diretrizes mínimas para o desenvolvimento Municipal.

Por fim, qualquer Município, seja ele pobre ou rico, terá sempre um conjunto de problemas que são diretamente decorrentes do nível econômico da população; da forma de vida social e do meio ambiente natural. O Plano Diretor do Município, com a caracterização e a análise da situação, do levantamento dos problemas, do estudo das soluções, da formalização das propostas através de Projetos ou Programas, com recursos financeiros disponíveis e apoio das instituições municipais, conduzirá o Município de Cáceres, dentro das suas potencialidades, ao seu desenvolvimento, com conseqüente melhoria da qualidade de vida para seus habitantes.

INFORMATIVO MUNICIPAL

INFORMATIVO MUNICIPAL

1 - ASPECTOS HISTÓRICOS

Cáceres foi fundada em 6 de outubro de 1778 pelo Tenente de Dragões Antônio Pinto do Rego e Carvalho, por ordem do Capitão-General Luiz de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres, 4º Governador de Mato Grosso.

Os motivos da fundação do Povoado foram os seguintes: a fertilidade do solo regado de abundantes águas; a necessidade de defesa e incremento da fronteira sudoeste de Mato Grosso; comunicação entre Vila Bela da Santíssima Trindade e Cuiabá e, pelo Rio Paraguai, com São Paulo.

Desde logo, a economia cacerense estruturou-se nas atividades agropecuárias e extrativismo animal e vegetal, o que possibilitou o desenvolvimento de Cáceres e, conseqüentemente, a sua elevação à categoria de vila e município, em 1859, e a de cidade, em 1874.

A navegação pelo Rio Paraguai desenvolveu o comércio com Corumbá-MS e outras praças, e o incremento das atividades agropecuárias e extrativistas fez surgir os estabelecimentos industriais representados pelas usinas de açúcar e as charqueadas de Descalvados e Barranco Vermelho, de grande expressão em suas épocas.

A partir de 1950, e com maior intensidade nos anos de 1960/70, o município foi alvo de intensa migração e conseqüente desenvolvimento agrícola que o projetou como pólo de produção no Estado e no País. É nesse período que ocorre a emancipação dos novos núcleos sócios-econômicos.

Assim, emanciparam-se de Cáceres: o distrito de Mirassol D'Oeste, Rio Branco, Salto do Céu, Jaurú, Porto Esperidião, Pontes e Lacerda, São José dos Quatro Marcos, Araputanga, Reserva do Cabaçal, Figueirópolis, Porto Estrela, Glória D'Oeste e Lambari D'Oeste.

Nos últimos anos, Cáceres procurou estruturar-se como importante *porto fluvial* no contexto matogrossense, incorporando-se à política de Integração Latino-Americana, buscando a implantação do sistema de transporte intermodal, e a ligação por rodovia com a Bolívia e conseqüentemente uma saída para o Pacífico, evidenciando-se como grande opção para profundas transformações, não só para sua economia, como para Mato Grosso.

A industrialização do município constitui-se numa das maiores lutas da sociedade, principalmente pela implantação da ZPE - Zona de Processamento de Exportação que vem cumprindo rigorosamente o seu cronograma de execução.

O município de Cáceres volta também as suas ações para o turismo, pois encontra-se situada numa das regiões mais privilegiadas do Pantanal Matogrossense, haja visto que ostenta uma das maiores potencialidades turísticas do nosso Estado, ou seja, a grandiosidade e a beleza do Rio Paraguai e seus afluentes.

2 - ASPECTOS FÍSICOS E NATURAIS

2.1 - Denominação: Cáceres

Ato de criação: Lei Provincial nº 01 de 28 de Maio de 1859.

Área total: 24.395 Km²

2.2 - Limites e Coordenadas

Norte: Glória D'Oeste, Mirassol D'Oeste, Lambari D'Oeste e Porto Estrela

Sul : Poconé, República da Bolívia e Corumbá

Leste: Poconé

Oeste: República da Bolívia e Porto Esperidião

2.2 - Limites e Coordenadas ... continuação:

Coordenadas da Cidade: Latitude 16°13'42"

Longitude 57°40'51"

Altitude: 118,00 m

2.3 - Clima: Tipo predominante tropical

Condicionantes climáticos

- Temperatura média: 25,2°C
- Precipitação pluviométrica anual: 1.348,3mm
- Regime de chuva - Novembro a Março
- Umidade relativa - média anual: 80,4%

2.4 - Relevo

Tipos Predominantes: Plano e/ou levemente ondulado à direita do Rio Paraguai, com Topografia predominante acidentada à esquerda, com presença de região montanhosa em cordilheiras com escarpas. Ao sul, apresenta extensa área de planície pantanosa.

2.5 - Hidrografia

- Bacia Hidrográfica do Rio Paraguai
- Principais cursos d'água - Rios: Paraguai e seus afluentes Jauru, Sepotuba e Cabaçal.
- Outros cursos d'água: Piraputanga, Flechas e outros de menor porte.
- Possibilidade e Irrigação: É grande o potencial em todo o município com exceção da sub-região do Limão a qual possui recursos hídricos mais escassos.

2.6 - Vegetação

Cerrado: 30%

Floresta: 20%

Pantanal: 50%

2.7 - Solos

A - Principais classes predominantes: podzólicos
latossolos, areias quartzosas, litólicos, plintossolos e
planossolos

B - Aptidão agrícola das terras: arroz, milho, banana, feijão,
algodão, seringueira, soja, mandioca, café, pastagens e
outras.

3 - ASPECTOS DEMOGRÁFICOS

População: urbana: 54.515

rural : 23.030

total : 77.545

Densidade Demográfica: 2,84 hab/Km².

Fonte: IBGE/Censo/92

3.1 - Distritos

População

Vila Aparecida	3.336 hab.
Caramujo	4.071 hab.
Curvelândia	4.801 hab.

Horizonte D'Oeste 2.156 hab.

4 - NÚMERO DE ELEITORES:

42.472 eleitores

Fonte: Cartório da 6ª Zona Eleitoral de Cáceres '94

5 - ASPECTOS ECONÔMICOS, POR SETOR DA ECONOMIA MUNICIPAL

5.1 - Setor Primário

5.1.1 - Pecuária e Produção Animal

Efetivo de rebanho: em cabeças

- Bovino	- 443.594
- Suíno	- 51.480
- Ovino	- 1.725
- Equino	- 6.565
- Bubalinos	- 371
- Muares	- 1.245
- Asinino	- 220

Fonte: IBGE/1993.

5.1.2 - Agricultura

CULTURA	ÁREA(ha) colhida	PRODUÇÃO (T)
- Arroz	4.335	6.776
- Milho	7.000	13.970
- Feijão	2.600	1.404
- Cana-de-açúcar	400	23.200
- Algodão	7.644	9.476
- Mandioca	1.526	21.364
- Banana	1.591	1.766
- Borracha (Látex) *	374	198

* Área total de seringa plantada no município é 603 hectares.

Fonte: IBGE Safra/1993/1994.

Os produtos que compõem a lavoura permanente do município são frutas cítricas, seringueiras e banana.

5.1.3 - Armazenagem

Capacidade estática

- Casemat	1 unidade	3.000 t
- Casemat	1 unidade	9.000 t (em construção)
- Conab	1 unidade	2.552 t
- Comunitário Vila Aparecida		1.000t
- Comunitário Curvelândia		1.000t
- Comunitário Horizonte D'oeste		1.000t
- Privado:		
Armazéns gerais	1 unidade	17.347t

Fonte: Dados da Empresa Matogrossense de Pesquisa, Assistência e Extensão Rural S A - EMPAER-MT.

5.2 - Setor Secundário (indústrias de extração mineral e transformação).

5.2.1 - Indústrias

Gênero de Atividades	Quantidade
- Alimentos: beneficiamento de grãos	05
- Madeira: Serradas, desdobramento de madeiras, carpintaria e produção de esquadrias.	28
- Vestuário, calçados e artefatos de tecidos.	77

5.3 - Setor Terciário (Comércio)

Gênero de Atividades	Varejista	Atacadista
1 - Produtos Alimentícios em geral	160	30
2 - Artigos de vestuário, armários e calçados	95	02
3 - Produtos agropecuários	05	01
4 - Produtos farmacêuticos e artigos de perfumaria	48	01
5 - Material elétrico, de comunicação e eletrodoméstico	24	--
6 - Veículos, acessórios e autopeças	58	--
7 - Materiais para construção	37	01
8 - Máquinas e equipamentos,comér-		

5.3.1 - Estabelecimentos de prestação de serviços

Hotéis	17
Restaurantes	24
Lanchonetes	64
Panificadoras	06
Oficinas Técnicas Eletrônicas	12
Oficinas Mecânicas	32
Postos de Gasolina	12
Pontos de Taxi	28
Entidades de Crédito	08
Cartórios	04
Casas Funerárias	04
Cemitérios	03

6 - INFRA-ESTRUTURA ECONÔMICA**6.1 - Energia / Abastecimento**

Nº de instalações elétricas	13.964
Nº de ligações de água	11.093

Fonte: Cemat 94 - Sanemat 94

6.2 - Transporte

6.2.1 - Rodovias

Federais: BR 070 e BR 174
Estaduais: MT 343 e MT 170
Vicinais e Municipais

6.2.2 - Ligações Rodoviárias

Cuiabá	205 Km / 3:00hs / Asfalto
Mirassol D'oeste	95 Km / 1:30hs / Asfalto
Barra do Bugres	150 Km / 4:00hs / Cascalho
San Mathias	96 Km / 2:30hs / Cascalho

6.2.3 - Empresas de Transporte

Passageiros 09
Passageiros e Carga 06

6.2.4 - Transporte Aéreo

Aeroporto *Manoel Felipe Fernandes Cuiabano* - pista asfaltada com 1290 metros de comprimento e 18 metros de largura.

Distância do centro da cidade: 5 Km.

Obs.: Está em construção o Aeroporto Internacional de Cáceres

6.2.5 - Transporte Hidroviário

Marinha do Brasil: Patrulhamento da hidrovia.

Porto Fluvial: Terminal Portuário de Cáceres.

Entidade Gestora CODESP / Adm. da Hidrovia Paraguai-AHIPAR.

Área total do Porto: 20.957m²

Extensão do Caís: 300m

Hidrovia Cáceres / Nueva Palmira, no Uruguai, totalizando 3.442 Km.

Cáceres / Corumbá - 717 Km

Fonte: CODESP - Companhia Docas do Estado de São Paulo 94

6.3 - Turismo

6.3.1 - Agências 03

6.3.2 - Barcos Passeio 12

7 - COMUNICAÇÃO

EBCT - Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos 02

EMBRATEL S/A- Empresa Brasileira de Telecomunicações

TELEMAT - Empresa de Telecomunicações do Estado de
Mato Grosso - Distrito Operacional de Cáceres - MT.

Nº de Terminais Telefônicos - 3.160

DDD: 065 Prefixos - 223

Telex: 056

...continuação:

Emissoras de Rádio	AM	02
	FM	02

Retransmissora de TV Local - 02 - Manchete e SBT
- TV Pantanal

- TV Descalvados

Canais de TV Retransmitidos pela Prefeitura - 03

Globo
Bandeirantes
Manchete

Jornais	- 2	Diários
	- 1	Semanal

8 - ÓRGÃOS DE GOVERNO E BANCOS PRIVADOS

8.1 - Instituições Financeiras e Governamentais

8.1.1 - Agências Bancárias

- Banco do Brasil S/A

- Caixa Econômica Federal
- Banco do Estado de Mato Grosso - BEMAT
- Banco da Amazônia S/A - BASA
- Banco Brasileiro de Desconto - BRADESCO
- Banco Itaú
- Banco Bamerindus

8.1.2 - Órgãos Federais

- DNER - Departamento Nacional de Estradas de Rodagem
- INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- IBAMA - Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais
- Superintendência da Receita Federal
- INSS - Instituto Nacional de Seguridade Social
- CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento
- Escola Agrotécnica Federal de Cáceres
- Ministério do Trabalho
- Polícia Federal
- Polícia Rodoviária Federal

8.1.3 - Órgãos Estaduais

- EMPAER - Empresa Matogrossense de Pesquisa Assistência e Extensão Rural S/A.
- INDEA - Instituto de Defesa Agropecuária do Estado de Mato Grosso.

- SANEMAT - Companhia de Saneamento do Estado de Mato Grosso S/A
- CEMAT - Centrais Elétricas Matogrossenses S/A
- TELEMAT - Telecomunicações do Estado de Mato Grosso S/A
- IPEMAT - Instituto de Previdência do Estado de Mato Grosso
- UNEMAT - Universidade do Estado de Mato Grosso

...continuação:

- CIRETRAN - Circunscrição Regional de Trânsito do Estado de Mato Grosso
- Exatoria Estadual - Secretaria de Fazenda
- Polo Regional de Saúde - Secretaria de Saúde

9 - INFRA ESTRUTURA SOCIAL

9.1 - Lazer

Hotéis	17
Motéis	02
Clubes de Lazer (sociais)	04

9.2 - Educação/Cultura

Fundação Cultural de Cáceres	01
Museu Histórico de Cáceres	01

9.2.1 - Unidade de Ensino Federal

	nº Escolas	nº Alunos
Escola Agrotécnica Federal	01	342

9.2.2 - Rede de Ensino Estadual

	nº Escolas	nº Alunos
Ensino de 1º Grau	15	11.726
Ensino de 2º Grau	10	2.143
Ensino de 3º Grau	01	2.302
UNEMAT - Universidade do Estado de Mato Grosso		

Fonte: SUREC/94

9.2.3 - Rede de Ensino Municipal

	nº Escolas	nº Alunos
Ensino de 1º Grau Zona Urbana	27	8.591
Ensino de 1º Grau Zona Rural	95	4.035
Ensino de 1º e 2º Graus Conve- niadas com o Estado	11	3.970

9.2.4 - Rede de Ensino Privado

Ensino de 1º Grau	05
Ensino de 2º Grau	02
Cursos Preparatórios para Vestibulares	03

9.2.5 - Biblioteca Pública 02

9.3 - SAÚDE

Pronto Socorro Municipal	01
Centro de Saúde	01
Postos de Saúde Zona Urbana	08
Zona Rural	19
Laboratórios de Análises Clínicas	05
Laboratórios de R.X.	03
Hospitais	
Hospital São Luiz	110 leitos
... continuação:	
Hospital Santa Lúcia	45 leitos
Hospital O Bom Samaritano	47 leitos
Clínica Socorrito	08 leitos
Hospital Regional (em construção)	100 leitos
Clínicas	05
Farmácia	34

MEIO AMBIENTE:
LEVANTAMENTO E IMPACTOS NO
MUNICÍPIO DE CÁCERES

MEIO AMBIENTE: LEVANTAMENTO E IMPACTOS NO MUNICÍPIO DE CÁCERES

1 - Histórico

O tema proposto é novo, em termos de Brasil, do Estado de Mato Grosso e de Cáceres.

No início da década de 80, o Estado de Mato Grosso recebeu financiamento para implantação do projeto Polonoroeste (Projeto de Desenvolvimento Rural Integrado - PDRI) com parte do financiamento, através do Banco Mundial e contraparte do Governo Brasileiro e Estadual. Os impactos causados pela implantação do Programa foram discutidos na esfera internacional, quanto a questão indígena e ambiental.

Um dos primeiros realinhamentos do projeto proposto foi um componente chamado *Zoneamento Agroecológico* conduzido, pela Empresa de Pesquisa do Estado de Mato Grosso - EMPA, com publicação desse material no final da década de 80.

Na segunda metade da década de 80, o Governo Estadual entendendo que o novo tema ambiental viria para constituir um novo modelo, criou a Secretaria Estadual de Meio Ambiente. A partir daí, traçou as políticas voltadas ao tema e junto com a FEMA passou a conduzir todos os projetos voltados a área ambiental no Estado.

A FEMA tem por objetivo licenciar e fiscalizar todas as atividades poluidoras do Estado e promover estudos que possibilitem a minimização dos impactos ambientais causados por estas atividades, bem como promover a Educação Ambiental Formal e Informal no Estado.

A Prefeitura Municipal de Cáceres cria, através da Lei nº 1.255 de 03 de junho de 1994, a Secretaria de Indústria, Comércio, Turismo, Agricultura e Meio Ambiente, com uma coordenação específica para o Meio Ambiente, cujas atribuições são: formulação de projetos e programas, orientação de políticas Municipais na área de Meio Ambiente; divulgação dos projetos, programas e dos resultados de investigação científica, de fiscalização junto à sociedade Municipal; execução de quaisquer outras atividades, que pelas características se enquadrem na sua competência.

2 - Aspectos Físicos

2.1 - Unidades de Relevo

A área que compreende o município de Cáceres, exibe uma gama muito grande de feições morfológicas, resultantes da evolução de fatores morfoclimáticos e em muitos casos de adaptações às diversidades litológicas e/ou a condicionamentos estruturais a que se submeteram, formadas por grandes unidades geomorfológicas que se agrupam em: Planalto Residuais do Alto Paraguai, Depressões do Alto Paraguai, Planícies e Pantanais Matogrossenses.

- Planalto Residuais do Alto Paraguai - Essa unidade de relevo refere-se a residuais esparsos que emergem de uma extensa área altimetricamente mais baixa denominada Depressão do Alto Paraguai - Guaporé. Localiza-se no setor noroeste da Bacia do Alto Paraguai próximo ao Planalto dos Parecis e constituem-se de relevos dobrados folhados alinhados na direção NW-SE. Correspondem à forma de relevo diversificada em função da presença de inúmeros tipos de litológicas e estruturas geológicas a que se adaptaram.

- Depressões do Alto Paraguai - Exemplificando como outras depressões, estas formas de relevo constituem o piso regional, onde os diversos processos de erosão truncaram indistintamente litologias que vão desde o pré-cambriano ao carbonífero. Essa unidade de relevo consiste no agrupamento de duas grandes depressões que se coalescem, mas que pertencem a bacias hidrográficas diferentes: a depressão do médio e Alto Guaporé vinculada à bacia do Rio Amazonas, e a depressão do Alto Paraguai vinculada à bacia do Rio da Prata. A depressão do Rio Guaporé contorna o Planalto dos Parecis a oeste e se junta às faixas deposicionais da depressão do Guaporé que reúne em seu interior feições geomorfológicas distintas. A depressão do Alto Rio Paraguai já é o prolongamento sul da depressão do Guaporé formada pela junção de pequenas depressões como: Depressão Cuiabana e Depressão do Rio Paraguai entre outras.

- Planícies e Pantanaís Matogrossenses - A denominação de Planícies e Pantanaís Matogrossenses é admitida no plural (segundo Sanches) uma vez que esta área dos pantanaís não reflete as etapas típicas de morfogênese dos pântanos. As formas de relevo peculiares e pantanaís matogrossenses são conhecidos regionalmente como *Bacias*, *Cordilheiras*, *Vazantes*, *Corixos*. vale ressaltar que o levantamento bibliográfico revelou a existência de um pequeno percentual desse compartimento geomorfológico. Entre eles encontra-se o Pantanal do Corixo Grande - Jaurú - Paraguai e outros. Corresponde à área de depósitos aluviais de formação Pantanal, composta por sedimentos argilosos onde se formam diversos tipos de solos, principalmente com características impermeáveis, que servem de substrato a vários tipos de cobertura vegetal.

3 - Hidrografia

3.1 - Recursos Hídricos

Na Bacia Platina figura a rede do Rio Paraguai drenando a porção sul e sudoeste do Estado. Seus afluentes da margem esquerda desenvolveram grande parte de seus cursos nas Planícies e Pantanaís Matogrossenses. Nesta área, os rios serpenteiam vagarosamente, correndo sobre aluviões recentes e sofrendo bastante divagações. Apresentam dessa forma características que tornam bastante complexa a hidrografia do sudoeste da região. Seus principais afluentes, são os Rio Jaurú, Cabaçal, Sepotuba, existem outros rios de menor expressão, mas, também, importantes no quadro geral de hidrografia regional.

A Bacia do Rio Paraguai é formada pelos rios que drenam a depressão do Alto Paraguai, a oeste, e a Província Serrana, a leste. Os principais tributários desta bacia são os Rios Jaurú, Cabaçal, Sepotuba, Bugres e Santana. A região define o alto e médio curso do Rio Paraguai a norte e nordeste da cidade de Cáceres a partir da qual passa a correr nas terras baixas do Pantanal Matogrossense, sendo portanto uma região de interesse para a manutenção do equilíbrio hidrológico de toda a bacia a jusante. Como a atividade industrial atualmente está mais concentrada na área de influência da Bacia do Alto Paraguai, são os rios deste sistema hídrico que estão recebendo maior pressão de saneamento de efluentes industriais, notadamente as sub-bacias dos rios Jaurú, Sepotuba e Bugres.

As atividades de garimpagem de diamantes estão produzindo a degradação Ambiental das sub-bacias do Rio Santana (Arenápolis e Nortelândia) nota-se que estas atividades acontecem nas cabeceiras do Rio Paraguai, justamente na parte mais sensível de todo o sistema de drenagem, assoreando assim o leito do rio também no Município de Cáceres.

3.2 - Potencial Hídrico

Navegação - no Rio Paraguai

Trecho - de Cáceres a Foz

Posição do Talvegue Principal-Norte-Sul

Sinuosidade - 2.2 Km/Km

3.3 - Potencial de Uso de Água

Não existem informações de restrições para o uso de água nas regiões citadas.

3.4 - Hidrografia/vegetação (Recursos Hídricos Superficial)

A produtividade potencial do município de Cáceres é, em grande parte, limitada pelas distribuições d'água. O crescimento das culturas anuais com sistema radicular curto se dá apenas durante uma parte do ano. Isto ocorre porque não se trata de uma área particularmente pluviosa, sendo sujeita a flutuações acentuadas de precipitação, como se pode confirmar em relatos antigos.

A vegetação original absorve a água do solo numa taxa que depende da evapotranspiração potencial, do teor d'água extraível ainda existente no solo, da natureza do solo e da sua relação com as raízes.

A vegetação campestre higrófila pode estar indicando um ambiente com flutuações pronunciadas do teor d'água, isto é, o solo fica encharcado em apenas uma época do ano. Em termos biológicos, isto pode indicar um ambiente com pronunciada deficiência d'água no período seco. O excesso de água na época chuvosa inibe o crescimento das raízes pela deficiência de oxigênio, reduzindo o volume do solo explorável pela planta. A floresta está situada num ambiente de solo arenoso e profundo, mas com uma camada a cerca de 3 a 4m de profundidade com permeabilidade reduzida, neste caso, a presença da floresta não está indicada a presença d'água para as culturas anuais.

A presença de vegetação campestre ou cerrado, embora quase sempre associada com solos pobres, também pode estar relacionada com a deficiência d'água. Floresta e cerrado, seguem uma ordem crescente de resistência à deficiência hídrica, enquanto a floresta e o cerrado seguem uma ordem crescente de resistência à deficiência de nutrientes. O cerrado só é encontrado em solos ricos quando a deficiência de água é pronunciada. E a floresta só é encontrada em solo pobre quando não ocorrer deficiência d'água.

4 - Clima

4.1 - O clima de Cáceres se enquadra no clima tropical-úmido com duas sub-regiões distintas:

- Clima Tropical do Pantanal, das planícies de baixa altitude;
- Clima Tropical de Savana.

A região apresenta um período seco de abril a setembro e outro chuvoso de outubro a março.

Na região da grande Cáceres ocorrem microclimas, em função das variações fisiográficas sub-regionais, como é o caso das correntes das Serras longitudinais intercaladas por bacias, tipo furnas, situadas na semi-bacia hidrográfica da margem esquerda do Rio Paraguai.

4.2 - As temperaturas médias são altas e regulares durante o ano, com média anuais de 23°C a 25°C. Há um declínio pouco sensível nos meses de julho e agosto. A média das máximas fica entre 30°C e 32°C, sem grande oscilação durante o ano, embora as mínimas decresçam no inverno e a noite.

O quadro a seguir apresenta recursos climáticos no Município de Cáceres-MT (1961-1990), com as subdivisões apresentadas de pressão atmosférica, temperatura média, máxima e mínima, precipitação total, evaporação total, umidade relativa, insolação total, nebulosidade.

Os meses mais quentes são os compreendidos entre agosto e novembro, quando a radiação é intensa e o ar está seco, com a chegada das chuvas a temperatura diminui. A umidade relativa, de novembro a abril, ultrapassa 80%, com forte declínio na estiagem, para menos de 60%.

O Município de Cáceres abrigou, no início da década de 60, uma área reservada à pesquisa agropecuária, que posteriormente foi transformada em UEPAE/EMBRAPA e hoje pertence ao Estado de Mato Grosso, mais especificamente a EMPAER. Em todo esse tempo de existência, nesse local foi mantida uma estação meteorológica, para obtenção dos dados climáticos no Município e Região. Hoje esta estação se encontra na Escola Agrotécnica Federal de Cáceres.

RECURSOS CLIMÁTICOS DO MUNICÍPIO DE CÁCERES-MT **NORMAIS CLIMÁTICOS (1.961 - 1.990)**

	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	ANO
Pressão Atmosférica (hPa)	995,7	996,2	994,8	997,5	999,3	1001	1001	999,7	998,6	996,5	995,8	995,4	997,6 *
Temperatura Média (°C)	26,4	26,3	26,5	26,8	25	21,8	21,6	22,9	24,8	27	26,7	26,5	25,2 *
Temperatura Máxima (°C)	32,3	33,9	32,3	34,2	32,8	29,7	30,9	32,3	32,8	32,5	35,2	34,2	32,8 *
Temperatura Mínima (°C)	22,5	23,6	21,9	21	18,9	16,4	15,6	16,9	19,8	21,6	22,6	22,8	20,3 *
Precipitação Total (mm)	263,2	182,1	169,6	104,4	48,2	27,5	24,1	26	51,6	78,2	155,6	218,1	1348,3 **
Evaporação Total (mm)	58,5	52,2	59,8	62,9	66,9	67,6	91,5	112,1	110,1	115,8	87,1	65,4	949,9 **
Umidade Relativa (%)	84,1	85	80,9	84,5	83,2	83,4	76,5	73,1	71	76,6	80,5	84,9	80,4 *
Insolação Total (Hrs. e Déc.)	131,8	122,4	129,6	157,7	174,2	184,2	227,3	165,2	95,9	155,8	146,6	130,2	1820,9 **
Nebulosidade (0-10)	7,2	7,2	6,8	6	5	3,7	3,7	3,6	4,5	6	6,8	7,6	5,7 *

* Média

** Acumulada

Fonte: Plano Diretor da Área 5 - Coordenadoria Estadual - Defesa Civil
PDA - SUDAM: Abril / 1994.

5 - Vegetação

Existem 4 (quatro) tipos de formações vegetais presentes na área em estudo relacionados a seguir:

- 1) Floresta estacional Semi-Decidual Submontana;
- 2) Savana arbórea aberta (região Pantanal);
- 3) Savana arbórea densa (região Pantanal);
- 4) Floresta estacional arbórea aberta.

O maior agrupamento existente na área correspondente à Floresta estacional semi-decidual submontana no Município de Cáceres localiza-se a Norte, próximo ao Município de São José dos Quatro Marcos, Lambari D'Oeste e Porto Estrela.

Um agrupamento que ocupa o segundo lugar, em dimensão territorial do Município, é a formação de savanas com subformação arbórea aberta (cerrado) com Florestas de galerias e arbóreas abertas sem Florestas de galeria (campo cerrado) e savana arbórea densa (cerradão).

A região sul do município apresenta um mosaico de savanas de palmeiras, inundáveis no período chuvoso (campos e pantanais) e formações esparças de Floresta. A singularidade deste sistema inundável, onde se verifica o contato das Florestas e savanas, Zona Ectonal certamente diversificada quanto à ocorrência de vida silvestre e que sofreu intenso processo de ocupação, trazendo como reflexo a remoção das Florestas subcaducifolias.

As únicas áreas protegidas por Lei governamental trata-se da Estação Ecológica Serra das Araras, com 28.700 ha, entre Cáceres e Barra dos Bugres e Estação Ecológica de Taiamã com aproximadamente 14.325 ha, totalmente localizada no pantanal.

5.1 - Regressão de Floresta Estacional

5.1.1 - Semi-Decidual

A região de Floresta estacional semi-decidual cobre uma pequena superfície do município formando algumas manchas. Esta comunidade vegetal é formada por espécies que perdem as folhas parcialmente, apresentando algumas variações florísticas.

Na sua composição florística ocorrem espécies de alto valor comercial tais como: mogno (Swietenia Macrophylla), cerejeira (Torresia acreana), cedro (Cedrela odorata e Cedrela macrocarpa), etc.

5.2 - Região de Savana (Cerrados)

Corresponde ao que é, regionalmente, chamado de cerrado ocupando grande parte do município, ocorrendo ainda como disjunção florística. É região de recursos vegetais economicamente limitados. Os fatores ecológicos naturais aliados aos antrópicos proporcionam a variação de uma vegetação constituída por espécies lenhosas e herbáceas (Savana Arbórea aberta e Savana Gramíneo-lenhosa). O cerrado é constituído de arvoretas relativamente baixas, com troncos e galhos retorcidos, disseminados entre numerosas e variadas plantas lenhosas anãs e herbáceas. O cerrado caracteriza-se por dois extratos: o superior, constituídos de arvoretas e o inferior formado por um tapete gramíneo-lenhoso.

A Savana arbórea densa (Cerradão) possui seu maior agrupamento a oeste do Rio Paraguai nas proximidades da cidade de Cáceres.

Na composição florística desse agrupamento, foram observadas as espécies características do cerrado como: Lixeira (Curatella americana), pau-terra/ folha larga (Qualea grandiflora), murici (Byrsonima crassifolia), pequi (Caryocar brasilienses), sucupira (Bowdichia virgiloides) e barbatimão (Stryphnodendron barbadetimon).

As espécies componentes da savana arbóreas com Florestas-de-galeria apresentam os seguintes gêneros: paus-santos (Kielmeyera), paus-de-tucano (Vochysia), araticuns (Annona), peroba (Aspidosperma), imbiruçu (Bombox), lixeira (Curatella americana), pequi (Caryocar brasilienses).

5.3 - Savana Estépica (Pantanal)

No estudo fitoecológico do município, foram definidos os ecótonos pela mistura de espécies de Savana e da Savana Estépica com formação densa e aberta, situadas sobre partes altas e partes inundáveis. As espécies mais comuns são: paratudo (Tabebuia cariba), lixeira (Curatella americana), limão bravo (Pircramnia sp), murici (Byrsonima sp). Entre as espécies do extrato graminóides destaca-se a presença de capim-mimoso (Paratheria sp) e leguminosas.

Dos elementos da Savana Estépica constataram-se os seguintes: cerejeira de espinho (Amburana sp), aroeira (Astronium), quebrado (Slhinopsi sp), angico (Pita/denia sp), etc.

O quadro a seguir apresenta dados do período de 1990 a 1993 coletados por pesquisa realizada pela EMPAER - Local, por Posto de Fiscalização do INDEA e guia de recolhimento da EXATORIA.

A lenha consumida pela população rural teve um declínio devido a escassez de madeira próximas às residências e possível introdução do gás engarrafado nestas áreas. As cerâmicas e olarias não foram registradas consumo de madeira, devido à paralisação de suas atividades de produção no período de 1993 por ocasião que estavam se licenciando na FEMA (Fundação Estadual do Meio Ambiente).

**TABELA DE CONSUMO DE MADEIRA POR DIVERSAS ATIVIDADES
- MUNICÍPIO DE CÁCERES / ANO 1990/93**

Atividade consumidora de madeira	1990	1991	1992	1993
Lenha cons. p/ pop. rural	143.780 m ³	130.038 m ³	49.661m ³ Erro! A origem da referênc ia não foi encontra da.	52.969m ³ Erro! A origem da referênc ia não foi encontra da.
Cerâmicas e olarias	13.486m ³ Erro! A origem da referênc ia não foi encontra da.	13.515m ³ Erro! A origem da referênc ia não foi encontra da.	13.900m ³ Erro! A origem da referênc ia não foi encontra da.	----

Indústria rural	2.460m ³ Erro! A origem da referênc ia não foi encontra da.	1.625m ³ Erro! A origem da referênc ia não foi encontra da.	1.677m ³	16.553m ³ Erro! A origem da referênc ia não foi encontra da.
Frigoríficos	240m ³ E rro! A origem da referênc ia não foi encontra da.	630m ³ E rro! A origem da referênc ia não foi encontra da.	----	----

Fonte: IBGE (EMATER, INDEA E EXATORIA) - Cáceres - Dados não publicados - 1995

**TABELA DE CONSUMO DE MADEIRA POR DIVERSAS ATIVIDADES
- MUNICÍPIO DE CÁCERES / ANO 1990/93**

Discriminação	1990	1991	1992	1993
Carvão vegetal	44.999m ³	53.600m ³	591.195m ³ Erro! A origem da referência não foi encontrad a. ³	561.635m ³ Erro! A origem da referênc ia não foi encontra da.
Lenha	159.966m ³	145.808m ³ Erro! A origem da referência não foi encontrad a.	65.238m ³ Erro! A origem da referência não foi encontrad a.	69.522m ³

Madeira em tora	5.908m ³ Erro! A origem da referência não foi encontrada.	5.661m ³ Erro! A origem da referência não foi encontrada.	4.557m ³	6.920m ³ Erro! A origem da referência não foi encontrada.
Total	210.873m ³	205.069m ³ Erro! A origem da referência não foi encontrada.	660.990m ³	638.077m ³

Fonte: IBGE (EMATER, INDEA E EXATORIA) - Cáceres - Dados não publicados - 1995

6 - Mineração

Situada na região sul do Estado com unidades portadoras de rochas carbonáticas, ocorre ao longo da Serra Jacobina, se estendendo para a formação Araras, ao longo dos municípios de Rosário Oeste e Nobres que são ocupados por várias mineradoras..

O potencial estimado de suas reservas do município é abundante e de alta qualidade, o que lhe possibilita múltiplo uso, para fabricação de cimento, cal, corretivo de solo ácido, ração animal e material de construção entre outros. Isto significa a existência de calcário calcítico e calcário dolomítico, ambos de alta qualidade

6.1 - Depósitos de argila, areias e cascalho

Embora ocorram distribuídos de maneira extensiva em todo município, os depósitos de areia, argila e cascalho são utilizados basicamente como insumos na indústria da construção civil.

A argila encontrada no município é utilizada principalmente para fabricação de cerâmica vermelha (Telha, tijolos, manilhas, etc.) quer seja artesanalmente na região urbana e suburbana, quer industrialmente na região de Curvelândia e Caramujo.

A areia conhecida na região com os nomes de areia corrida, areia lavada são retirados dos depósitos de leitos no Rio Paraguai, no perímetro urbano. Geralmente exploração feita sem licenciamento ou estudo de Bateometria.

A areia de goma utilizada juntamente com a areia lavada na fabricação de argamassa e reboco, é retirada de áreas circunvizinhas ao perímetro urbano.

O cascalho era explorado em leitos de rios. Hoje é extraído das pedreiras, sendo utilizado na construção civil como componente do concreto.

A argila, a areia e o cascalho, são considerados bens minerais de pequeno valor agregado, por este motivo seus depósitos devem necessariamente ser localizados num raio próximo de algumas dezenas de quilômetros do seu mercado consumidor.

6.2 - Extrativismo Mineral

O método utilizado para a exploração de granito e calcário é de desmonte por explosivos, empregado na exploração de minérios ditos "duros".

A mineração por explosivos, quando executada corretamente, se faz por bancadas onde se efetuam furos que são posteriormente carregados com explosivos, detonados a seguir, para liberação de quantidades apreciáveis de minério. Este método é o que apresenta os mais sérios impactos ao meio ambiente, como por exemplo: desmatamento, perda de solo vegetal, erosão das frentes de lavra e pilhas de rejeitos e minérios, descaracterização da paisagem, ruído produzido pela explosão, entre outros.

6.3 - Minerações: Localização e Situação Ambiental

A Mineração Camil, localiza-se na BR 070 aproximadamente a 20 km de Cáceres na rodovia Cáceres/Cuiabá, apesar de licenciada no órgão ambiental sofre a falta de equipamento de controle de poluição aérea adequada, que se agrava por estar localizada à margem da rodovia.

A atividade de extração da argila é feita com a abertura de grandes covas acarretando sérias alterações na superfície do terreno, sendo este o principal impacto ambiental gerado por esta atividade mineral.

Número de minerações licenciadas ou em fase de licenciamento na Fundação Estadual do Meio Ambiente - FEMA-MT no Município - 1993

Município	Mineral	Número de Empresas
Cáceres	Calcário	01
Cáceres	Argila	01

Fonte: Plano Diretor da Área A5 - PDA - SUDAM - Abril 1994

Quadro das principais áreas impactadas pela atividade no Município

Área	Município	Mineral	Sistema Biofísico impactado
Morraria da Fazenda Jacobina	Cáceres	Calcário	Atmosfera Relêvo Flora Fauna
Curvelândia	Cáceres	Argila	Relêvo Flora Fauna

Fonte: Plano Diretor da Área 5 - PDA - SUDAM - Abril 1994

7 - Unidades de Conservação

No município de Cáceres foi criada a Estação Ecológica de Taiamã pelo Decreto nº 86.061 de 02/06/81, para serem áreas representativas dos Ecossistemas Brasileiros, destinados à realização de pesquisas básicas e aplicadas de ecologia, à proteção do ambiente natural e ao desenvolvimento da educação conservacionista.

Abrangendo as Ilhas de Taiamã com 11.200 ha (onze mil e duzentos hectares) e Sararé com aproximadamente 3.125 ha (três mil, cento e vinte e cinco hectares), totalizando uma área de 14.325 ha (quatorze mil, trezentos e vinte e cinco hectares).

A referida área encontra-se sob a administração do IBAMA-MT, sinalizada e sendo delimitada pelos rios Bracinho, Paraguai e Formoso; situando-se a cerca de 180 Km ao sul do município de Cáceres pelo Rio Paraguai.

As diversas formas de acesso à unidade partindo de Cáceres são: na estrada de chão, até a Fazenda Santo Antonio das Lendas (Fazenda Morrinhos) a uma distância de aproximadamente 72 Km, desse local até a sede da Estação gasta-se de 2 a 3 horas de barco (dependendo do peso do barco e motor utilizado). Outra forma de acesso à unidade pode ser feito apenas por via fluvial, numa embarcação tipo barco duraluminio e motor de popa 25 Hp, com uma duração de 5 a 6 horas até a sede da Estação, ou ainda por via aérea, com avião de pequeno porte, em aproximadamente 30 minutos de voo.

A Estação dispõe de um alojamento (342 m² de área construída em alvenaria), atualmente com capacidade de receber com conforto em torno de 13 pesquisadores. Este alojamento é composto de laboratórios, com algum equipamento de meteorologia, microscópio e etc., refeitório, cozinha, escritório, e 05 (cinco) apartamentos com banheiros.

A sede é formada por duas casas residenciais com 92 m². **Erro! Argumento de opção desconhecido.** cada, para funcionários que residem na área, depósito fechado e abrigo para embarcações, mobiliários, barcos, geradores (capacidade 220 e 120 W), bomba d'água (movida a gasolina), sistema de rádio, placa de energia solar, etc.

Ao redor da Ilha, existem ainda 03 postos de fiscalização, com áreas de 79 m cada, em alvenaria.

A estação se apresenta intacta no estado de conservação dos recursos naturais, sem ocorrência de incêndios e desmatamentos, ocorrendo a pesca e caça predatória ocasionalmente.

8 - Proposta para futuras unidades de conservação

Os parques municipais, abrangendo terras de domínio público ou privado, constituem unidades de conservação criadas com base na Lei Federal nº 4.771, de 15/09/1965. Com os seguintes objetivos: conservar amostras de ecossistemas em estado natural, proteger belezas cênicas, proporcionar serviços de educação, pesquisa, recreação e turismo, manter a produção hídrica, controlar a erosão e sedimentação e apoiar o desenvolvimento rural e o crescimento econômico regional.

O uso racional das áreas silvestres deve atender a crescente pressão social, oferecendo-se os benefícios da floresta para o usufruto das comunidades envolvidas, conciliando-se a conservação com o aproveitamento ideal dos recursos em atividades de uso público, representadas pela educação, pesquisa, turismo e recreação.

Em nosso município, a economia é baseada na produção agropecuária, apenas iniciando as atividades industriais, evidenciando a forte tendência para o turismo ecológico, com seus vários ecossistemas, cavernas e áreas intactas de incomparável beleza cênica.

A utilização não planejada destas áreas pode conduzir à degradação dos recursos naturais, como já se vem observando em alguns sítios

intensamente procurados, como a Cachoeira do Facão e Piraputanga, onde o acúmulo de lixo e os danos à vegetação são apenas os prejuízos mais evidentes.

As unidades de conservação devem ser criadas, planejadas e implantadas de modo a atender a atividade de educação ambiental, pesquisa e recreação, conciliando com a proteção integral dos recursos naturais. Para isso, a Prefeitura, juntamente com a UNEMAT e Câmara Municipal, tem trabalhado para a criação dos *Parques Municipais do Facão e Piraputanga*. Foi solicitado à Secretaria Estadual do Meio Ambiente estudo de viabilidade para utilização efetiva e manejo de uso da área para turismo e educação ambiental, que se prontificou a incluir o estudo no Programa Operacional Anual/96, daquela Instituição.

9 - Meio Ambiente e a Agropecuária

A atividade de exploração agropecuária é uma das de maior expressão na economia da região, entretanto, se a mesma não for bem planejada e adequadamente orientada, esta atividade poderá ocasionar impactos de grande monta ao meio ambiente principalmente ao Pantaneiro.

Os impactos que poderão advir desta atividade, recairão nos seguintes componentes ambientais:

Solo - O desmatamento e a queima da cobertura vegetal, com a exposição prolongada do solo, acarreta o empobrecimento das suas propriedades químicas e biológicas, além de provocar erosão, com a consequente perda da sua camada agricultável. A consequência é o assoreamento do Rio Paraguai e do Pantanal Matogrossense.

Ar - A queima da cobertura vegetal provoca elevação do teor de fumaça no ar, contribuindo substancialmente para a maximização do efeito estufa e também graves prejuízos para a navegação aérea, bem como, a diminuição da qualidade de vida, propiciando o aumento de casos de problemas respiratórios.

Agrotóxicos - Utilização sem controle deixa resíduos nos solos, que são levados aos rios, provocando baixa taxa de oxigenação e desequilíbrio na reprodução dos peixes, entre outros.

Água Superficial - A exposição dos solos propicia o escoamento rápido das águas superficiais, promovendo o carreamento de sedimentos solúveis e não solúveis, que por deposição provoca o assoreamento de açudes e corpos hídricos das proximidades, assim como a adubação química influencia na qualidade das águas superficiais do entorno.

Água Subterrânea - A remoção da cobertura vegetal permite o rápido escoamento das precipitações, que consequentemente comprometerão o balanço hídrico, o lençol freático e, as águas subterrâneas.

Flora - O uso indiscriminado de recursos da flora, tanto do cerrado como de floresta, ocasiona a extinção de espécies potencialmente úteis às atividades antrópicas e consequentemente, o comprometimento do equilíbrio ecológico da região.

Fauna - A destruição da cobertura vegetal assolará também os habitats naturais, o que acarretará em diminuição do número de indivíduos por espécies e até mesmo na extinção de espécies mais seletivas da fauna silvestre. A recomposição florestal sem critérios baseados em estudos mais aprofundados, poderá prejudicar a atração de novas ou mesmo espécies endêmicas da própria região.

As áreas de desmatamento para a pecuária ocorrem com maior intensidade nas terras florestais. Estas frequências tem algumas razões, conforme se observa na prática. A principal delas, liga-se à crença de que onde há florestas os solos são férteis. A segunda é que o desmatamento garante a posse da terra e o uso de incentivos fiscais, desse modo, a pecuária passa a ser, nessas áreas, uma consequência e não um objetivo de projetos pecuários como seria de esperar. Como a pecuária é uma atividade de caráter extensivo, geralmente são desmatadas grandes áreas. Outro fato importante a ser mencionado é o que se refere à criação de gado no cerrado. Bastante comum o uso de pasto nativo para alimentar o rebanho bovino e para isto o criador não necessita desmatar, fato este que seria importante para áreas florestais.

10 - Meio Ambiente e a Indústria

Os dejetos líquidos, oriundos destas atividades poluidoras (frigoríficos, laticínios, etc.), podem mudar as características físico-químicas ou biológicas dos cursos d'água, sendo capazes de por em risco a rede de captação d'água, saúde, e o bem-estar das populações que utilizam desta água; bem como, a disposição inadequada no solo, dos resíduos líquidos ou sólidos, contribui com a poluição do ar, com a dispersão de odores em geral, a proliferação de insetos, roedores, a dissiminação de doenças, etc.

Tipos de indústrias e respectivos sistemas de redução de carga poluidora na Região de Cáceres

Tipos de Indústria	Sistema de Redução da Carga Poluidora e Sua Disposição
---------------------------	---

Laticínios	Tratamento biológico, aeração, filtração biológica, tratamentos por processos de lagos ativos.
Curtume	Equalização sedimentação, tratamento biológico.
Frigorífico	Peneiras, flotador de gordura, tratamento biológico.

Fonte: Plano Diretor da Área 5 PDA - SUDAM - Abril de 1994

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

IV - DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

4.1 - A AGROPECUÁRIA NO MUNICÍPIO DE CÁCERES

4.1.1 - Histórico

O ambiente ou quadro natural da região onde se insere o Município, resulta de fatos históricos. Tanto a paisagem física, quanto a cultural ou sócio-econômica se filiam ao que aconteceu no passado.

A evolução geológica condicionou um quadro de erosão-deposição, possibilitando identificar uma área exportadora de sedimentos, em processo de dissecamento do seu relevo e uma área de deposição ou recepção (pantanal), que é um sistema fechado e que tampona o fluxo d'água. Além dos aspectos ligados a evolução geológica, marcaram a região:

- a) a ação dos poaceiros;
- b) nas últimas décadas, o intenso processo de ocupação com pequenos produtores de culturas e conhecimentos tecnológicos variados e;
- c) recentemente a expansão da ocupação da terra por empresários de maior poder político-econômico-financeiro.

4.1.2 - Oferta Ambiental

A precipitação pluviométrica está em torno de 1300mm anuais, havendo concentração entre os meses de outubro a abril, o que caracteriza uma estação de crescimento bem definida e reduz a produtividade potencial do Município para culturas anuais e mesmo para as perenes.

As temperaturas do Município são elevadas o ano todo, com um pequeno decréscimo nos meses de junho-julho.

A maior parte do relevo é pouco acidentada, contudo, a textura arenosa dos solos, com muita areia fina e silte facilita a erosão mesmo em relevo de pequeno declive.

A maior parte dos solos apresenta problemas de drenagem ou de deficiência de oxigênio em determinada época do ano e situa-se na parte sul do Município (pantanal) com vegetação de campos e várzeas e de grande importância para a pecuária de corte.

A pobreza química dos solos é um dos principais problemas do município. A ocorrência de relevo plano com solos de permeabilidade reduzida a determinada profundidade, ameniza o problema, por condicionar um ambiente conservador de nutrientes.

O uso de máquinas nas operações agrícolas é essencial, tanto para a agricultura empresarial quanto para o pequeno produtor. A superposição de tarefas em determinadas épocas torna a carência de mão-de-obra o problema mais grave para o pequeno produtor. Este aspecto limita muito as opções de atividades alternativas. No que se refere a relevo, não há grandes limitações à mecanização, entretanto, a textura superficial arenosa ou cascalhenta da maior parte dos solos e o excesso d'água nas áreas inundáveis constitui-se num entrave à mecanização.

Em torno de 70% dos solos do Município apresentam baixa aptidão agrícola, sendo constituídos por Plintossolos (Laterita), Planossolos, Litólicos e Areias Quartzosas.

Estes solos, por critérios técnicos, devem ser ocupados com atividades menos intensivas como pastagem, silvicultura e, nos casos mais drásticos, como reservas permanentes de flora e fauna. Aproximadamente 30% dos solos do Município (Latossolo amarelo, Latossolo vermelho-amarelo, Latossolo vermelho-escuro e Podzólico vermelho-amarelo) apresentam aptidão para lavouras, entretanto, com fatores limitantes (fertilidade, deficiência d'água, susceptibilidade à erosão) para o seu uso, requerendo aplicação de capital.

Dentro desse contexto, a aptidão das terras do Município é fundamentalmente pecuária (corte ou leite), associada a uma agricultura diversificada, baseada em cultivos perenes a anuais (em menor escala)

4.1.3 - Atividades Agropecuárias

Conhecida a oferta ambiental, o estudo mostra que a agropecuária constitui-se na principal fonte de renda do Município, destacando-se a bovinocultura de corte, as culturas de algodão, milho, arroz, feijão, mandioca e banana. A cultura do algodão foi a única a ter aumentada sua área plantada. A agricultura local gera pouco excedente para a comercialização. Os produtos não são competitivos em outros mercados frente ao atual custo de produção no Município, agregado ao frete. A concentração dessa produção dá-se nos Distritos de Horizonte D'Oeste, Curvelândia e Vila Aparecida.

Nos últimos anos, a atividade agrícola vem sendo substituída pela bovinocultura de corte e em menor escala a de leite, observando-se uma melhoria na produtividade leiteira. Hoje, a área serrana do município é usada para cria, recria e, às vezes, engorda do gado de corte. Segundo o Centro Nacional de Pesquisa do Pantanal, a estrutura fundiária do pantanal não mudou nada, nos últimos 150 anos. A pecuária ali desenvolvida ainda é desprovida de tecnologia, extensiva, baixa de natalidade e com absenteísmo em percentual expressivo.

Produção agrícola do Município de Cáceres Período: 1990 a 1994

Discriminação	Safr 89/90(FIBGE)		Safr 90/91(FIBGE)		Safr 91/92(FIBGE)		Safr 92/93(FIBGE)		Safr 93/94(FIBGE)	
	Área (Ha)	Prod. (t)	Área (Ha)	Prod. (t)	Área (Ha)	Prod. (t)	Área (Ha)	Prod. (t)	Área(Ha)	Prod.
Borracha	203	146	603	814	603	43	603	198	603	78
Banana *	2.932	2.639	2.121	1.909	2.121	1.909	1.591	1.400	661	52
Goiaba	80	7.200	80	7.200	80	7.200	80	7.200	—	—
Algodão	4.217	5.060	6.602	7.922	6.000	5.940	6.000	9.150	7.437	9.47
Amendoim	20	30	14	21	10	14	20	30	10	—
Arroz	8.923	3.058	5.486	8.229	7.000	8.137	5.100	6.120	4.235	6.6
Cana de Açúcar	2.794	103.189	1.231	54.239	1.060	15.000	1.060	64.999	400	24.00
Feijão	5.195	2.026	4.305	2.002	3.020	1.454	2.480	1.259	2.000	1.40
Mandioca	1.400	19.600	1.400	19.600	1.640	22.960	1.526	21.364	1.500	21.00
Milho	8.484	12.090	6.000	10.800	10.000	16.210	7.700	13.826	6.985	13.9
Soja	100	180	12	36	505	1.212	—	—	—	—
Tomate	15	375	15	375	5	125	5	120	5	1
Melancia	100	1.080	100	120	100	216.000	100	230	100	2

(*) BANANA - Informação em mil cachos e rendimento em cachos / ha.

Fonte: IBGE Cáceres-MT

--- Dados não disponíveis

Produção Pecuária do Município de Cáceres
Período: 1990 a 1994

Discriminação	Ano Base 1990 (Cabeça)	Ano Base 1991 (Cabeça)	Ano base 1992 (Cabeça)Erro! Argumento de opção desconhecido.	Ano base 1993 (Cabeça)Erro! A origem da referência não foi encontrada.	Ano Base 1994 (Cabeça)
Bovinos	364.438	397.593	429.400	403.636	
Porcas criadeiras	4.373	4.504	4.594	4.540	
Outros porcos(as)	42.821	46.675	47.600	47.137	
Galinhas	151.782	157.854	162.589	160.220	
Galos,Frsgs,e pinto	52.970	57.208	61.212	64.280	
Equinos	5.652	5.935	6.055	6.136	
Bubalinos	289	320	335	360	
Asininos	62	100	116	208	
Muare	1.131	1.180	1.263	1.221	
Caprinos	261	300	327	740	
Ovinos	1.677	1.700	1.751	1.725	
Vacas ordenhadas	9.292	9.664	9.996	9.674	
Leite (litro)	5.352.192	5.566.464	5.757.572	6.965.280	
Ovos galinha (dz.)	204.697	236.781	243.884	240.330	
Mel (Kg)	7.200	18.518	4.957	8.470	

Fonte: IBGE / Cáceres-MT

- x - Dados não disponíveis

A população rural do Município é constituída por três extratos de produtores; pequeno, médio e grande. Aproximadamente 60% da área do Município se encontra na planície pantaneira, onde estão as grandes fazendas de criação de gado de corte. Na fazenda nacional da Caiçara foi promovida a colonização oficial com o assentamento de pequenos produtores. Além disso há ainda a região da *Morraria*, onde há ocupação por pequenos produtores com algumas médias e grandes propriedades. Observa-se ainda uma concentração de pequenos produtores na área periférica da sede do Município.

O Município de Cáceres tem na sua estrutura geopolítica quatro distritos que caracterizam as regiões onde se localizam as áreas mais produtivas do município e também onde se concentram o maior número de pequenos produtores, razão pela qual podemos constatar as organizações mais bem estruturadas do Município e que receberam por parte do Estado grandes incentivos.

O associativismo rural no Município se desenvolve de forma lenta, havendo algumas associações que evoluíram, e já conseguem desenvolver

ações coletivas, principalmente no que diz respeito à prestação de serviços básicos de apoio à produção.

Com relação à organização rural, existente no Município de Cáceres, os dados mostram a baixa participação dos produtores rurais junto às atuais associações.

No caso da microrregião Vila Aparecida, apresentam-se as Associações Aprovila, Guanandy, Exu e Santana, com 120, 30, 25 e 42 associados, perfazendo um total de 217. O censo indica uma população residente desta microrregião em 3.336 habitantes, o que se conclui que a organização de produtores congrega menos de 10% da população.

No caso da microrregião de Horizonte D'Oeste, apresentam-se as Associações: Adescon (60), Santa Bárbara (40), Nova Limeira (70), Vista Alegre (60), Padre Inácio (50), Cacimba (60), Matão (70), Barra da Serra (50), Nossa Senhora Aparecida (30), perfazendo um total de 490 associados. A população residente no Distrito é de 2.156 habitantes, portanto, quase 25% já se encontram de forma organizada.

No caso da microrregião de Curvelândia apresenta-se a Adescurve (100), Santa Rita (50), Barreirão Caramujo (50), Veredinha (70), Ponte Nova / Concórdia (40) e Sepotuba (60), perfazendo um total de 370 associados frente a uma população residente de 4.801 habitantes, portanto, com menos de 10%.

De forma geral, a organização rural dos pequenos produtores é baixa. Considera-se ainda, que o número de associados é maior que dos associados atuantes em função da baixa atuação da associação, quer seja por falta de estrutura, como maquinários da patrulha mecanizada, quer seja por falta de projetos do setor governamental.

4.1.4 - Limitações ao Desenvolvimento Agropecuário

A descapitalização dos pequenos produtores e as relações de troca desfavoráveis da agropecuária são as principais limitações impostas ao desenvolvimento Municipal (e Regional). Para minimizar estas limitações há necessidade de estabelecer linhas de crédito aos pequenos produtores vinculados aos produtos agropecuários, como objeto de pagamento;

Falta de competitividade dos produtos agropecuários produzidos no Município frente aos produzidos no Centro-Sul, devido ao custo do transporte e ao custo de produção.

Baixo nível de organização rural, refletindo uma comercialização dispersa, pouco rentável ao pequeno produtor;

De modo geral a falta de regularização fundiária e o déficit de energia elétrica.

4.1.5 - Potencialidades do Desenvolvimento Agropecuário

A situação geográfica de Cáceres proporciona o desenvolvimento dos macro projetos como Mercosul, ZPE, Hidrovia, Zona de Livre Comércio, conseqüentemente o desenvolvimento agropecuário do Município e Região.

Em função da demanda crescente dos hortifrutigranjeiros, esse segmento poderá ser desenvolvido, acabando de vez com as importações de Centro-Sul do País.

4.1.6 - Diretrizes Políticas

a) Concorrer para o desenvolvimento de ações que contribuam para melhoria das condições de vida da população rural e minimização do êxodo rural;

b) Apoiar os instrumentos pertinentes à política econômica para o desenvolvimento da agropecuária, entre eles, a política fundiária, preços mínimos, crédito e seguro rural e defesa animal e vegetal;

c) Concorrer para a conservação dos recursos naturais renováveis e estímulo ao desenvolvimento sustentado da agropecuária;

d) Concorrer para a diversificação, produtividade e competitividade da agropecuária;

e) Estimular a agregação de valores aos produtos da alimentação básica, pela melhoria da qualidade, beneficiamento e incentivo à agroindustrialização;

f) Apoiar todos os programas governamentais direcionados para o desenvolvimento do setor agropecuário.

4.1.7 - Diretrizes Programáticas

a) Concorrer para a recuperação / conservação das estradas vicinais;

...continuação:

b) Estimular a eletrificação rural e irrigação;

c) Estimular e apoiar as ações que resultem no aumento da produção de alimentos e que assegurem o abastecimento alimentar;

d) Concorrer para o aperfeiçoamento dos sistemas de produção, com ênfase em tecnologias de processo;

e) Estimular e apoiar a organização das comunidades rurais;

f) Estimular a emissão de nota fiscal do produtor;

g) Estimular e apoiar a criação do Conselho de Desenvolvimento Agropecuário;

h) Estabelecer parcerias com os órgãos que atuam no setor agrário para a consecução dos objetivos e metas do plano de desenvolvimento agropecuário do Município de Cáceres.

4.1.8 - O PROJETO FACÃO

4.1.8.1 - Histórico

O Projeto Facão foi criado em 1989, quando então foram assentadas 103 famílias de pequenos produtores, na região denominada Facão, visando a produção de hortifrutigranjeiros, para abastecimento da cidade de Cáceres. Inicialmente foram selecionadas as famílias de pequenos produtores pela Prefeitura Municipal de Cáceres juntamente com os órgãos envolvidos no projeto. A aquisição da área foi feita pela Companhia de Desenvolvimento do Estado de Mato Grosso. Em função da má condução/coordenação do projeto grande parte dos pequenos produtores vendeu sua propriedade. O atual Governo Estadual criou uma comissão específica para estudo de viabilidade do projeto e, em conjunto com a Prefeitura Municipal, o Projeto Facão será agora retomado e os investimentos de irrigação serão concretizados.

4.1.8.2 - Dos Objetivos

objetivos: O Projeto Facão, dentre outros, apresenta os seguintes

cidade de Cáceres;

- 1 - Produção de hortifrutigranjeiros para abastecimento da

- 2 - Assentamento de pequenos produtores sem terra;

...continuação:

3 - Substituição de produtos de outros Estados no mercado municipal;

4 - Aumento de renda dos pequenos produtores;

5 - Melhoria da qualidade de vida dos pequenos produtores sem terra.

4.1.8.3 - Situação Atual

A situação atual do projeto se agravou ainda mais com a transferência de 37 famílias do Carrapatinho para a área do Projeto Facão (será construído o Aeroporto Internacional de Cáceres na área do Carrapatinho). Como não existia mais áreas disponíveis, segundo os técnicos da Codemat, essas famílias foram colocadas em áreas inicialmente destinadas à reserva legal do projeto.

O estudo indica que todas essas famílias deveriam ser instaladas na área devolvida ao antigo proprietário, não impactando as demais, por serem de preservação. A racionalidade técnica não entendeu a incompetência do Governo do Estado, através da Codemat, em assentar essas famílias nas áreas do projeto que foram invadidas por dois Senhores. As duas áreas agregadas propiciaria uma área maior a cada pequeno produtor.

Por último, existe vontade do Governo Estadual e Municipal em retomar o Projeto Facão. Inúmeras reuniões foram realizadas para montagem da viabilidade do projeto e dos compromissos por parte de cada governo. Sugere-se, até por questão de moralidade e honestidade, a revisão da devolução de parte da propriedade que já tinha sido comprada e paga, por parte da Codemat e providências para solução das invasões na área do projeto, resolvendo de vez, o processo junto ao IBAMA .

4.1.9 - MERCADO MUNICIPAL:

A solução para abastecimento local

Muita discussão a respeito da manutenção ou não da Feira Livre de Cáceres, da criação ou não do Mercado Municipal. Aliás, essa discussão atinge todo o Brasil e sua definição é resolvida caso a caso, Município por Município.

No caso específico de Cáceres, o funcionamento semanal da Feira Livre às quintas-feira e aos domingos, pela manhã, na Praça da Feira, torna-se o único meio que o Setor Público Municipal possibilita ao pequeno produtor vender seus produtos sem a presença do atravessador.

O estudo propõe a manutenção da Feira Livre, com fiscalização rígida por parte do Setor Público Municipal, principalmente no segmento de vendas de carnes e derivados. É preciso dar oportunidade aos pequenos produtores, mas também é preciso garantir produtos de qualidade para a população.

A atual Administração Municipal manteve contato formal com o novo Governador Estadual constituído, através da Secretaria da Agricultura, para utilizar de uma obra inacabada, da antiga Companhia Estadual de Armazéns. O esboço de projeto desenvolvido pela SICTAMA / Coordenação de Agricultura conta com todos os órgãos que hoje trabalham com este segmento para, em conjunto, elaborar um plano de uso do Mercado Municipal, visando a solução do abastecimento para a cidade de Cáceres.

Dada a complexidade do tema, o estudo sugere a contratação de serviços especializados para elaborar uma proposta completa de viabilidade do Mercado Municipal.

4.2 - INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS: O TERCIÁRIO MUNICIPAL

4.2.1 - Histórico

Os ciclos econômicos foram importantes para a economia do Município de Cáceres. O extrativismo foi o grande marco do século passado. A implantação da Fazenda Jacobina tornou-se um dos importantes estabelecimentos agropastoris de Mato Grosso, era a fazenda mais rica da província tanto em área como em produção.

No período de 1860 a 1960, Cáceres teve seu desenvolvimento sustentado na atividade agroindustrial, comercial, extrativismo animal e vegetal e, ainda, no pecuário, exportando através da Hidrovia Paraguai-Paraná produtos oriundos dessas atividades e importando mercadorias manufaturadas nacionais e estrangeiras, tornando o comércio local um dos mais ativos do Estado.

Na segunda metade do século XIX, o impacto foi maior, quando então surgiram programas do Governo Federal, alinhados aos Planos de Desenvolvimento Regional. O objetivo principal era o incremento da expansão colonizadora, trazendo um grande fluxo migratório para o Estado e o Município de Cáceres. Para tanto, o Governo Federal criou projetos como o Pin-Proterra, Procentro, Promat, Polocentro, Polonoroeste. Indubitavelmente, o Governo do Estado apoiou todas as ações e ainda contribuiu para melhoria da infra-estrutura nos segmentos de transporte, energia, educação, saúde, entre outros e, de forma indireta, fornecendo as contrapartes frente aos programas especiais.

As consequências da expansão repercutiram no Município, ocorrendo a construção da ponte Marechal Rondon ligando toda a região Sudoeste de Mato Grosso até o Estado de Rondônia, ponte sobre o Rio Cabaçal, que permitiu criação de novos Município na região Centro-Oeste Municipal, asfaltamento da BR 070, ligando Cuiabá a Porto Velho, enfim, as migrações dirigidas, foram de suma importância para o desenvolvimento agropecuário, do comércio e serviços.

As décadas de 70 e 80 marcaram o Município, quando então ocorreu perda de grande parte das áreas férteis devido à emancipação dos Distritos. A economia Municipal passou a declinar e o setor Público Municipal viu-se obrigado a rever sua política de desenvolvimento.

O declínio foi consequência da falta de demanda por produtos da cidade de Cáceres, pois em cada Distrito foi instalada uma estrutura de abastecimento próprio. Por outro lado, o mercado de trabalho local não foi capaz de absorver a mão-de-obra porque estava estagnado, provocando sérios problemas sociais.

Cáceres, diante da situação, manteve-se de sua agropecuária tradicional e voltou-se para a estrutura de serviços com a instalação de uma Escola Agrotécnica Federal; planos para a população carente; expansão da administração pública pela construção do Centro Operacional de Cáceres; diversificação do atendimento médico em clínicas especializadas, implantação de todas revendas autorizadas de carros do País, Universidade Estadual, desenvolvimento da indústria do turismo, diversificação do setor bancário, entre outros.

Por último, formulação de projetos voltados para questões do desenvolvimento regional da chamada grande Cáceres, visando a integração latino-americana, Zona de Processamento e Exportação (ZPE), reativação da navegação no Rio Paraguai (Hidrovia Paraguai / Paraná) e a construção de uma estrada para Bolívia, com o fim de implantar uma ligação entre o Centro-Oeste brasileiro e o Oceano Pacífico, para servir de corredor de exportação.

4.2.2 - Situação Atual

A situação econômica do Município atualmente é precária devido à falta de demanda frente ao Mercado Municipal, consequência do poder aquisitivo baixo da sua população, que depende diretamente do Setor Público Municipal, Estadual e Federal.

Cáceres revela certa diversificação industrial de pequeno porte através dos setores minerais não metálicos, madeira, mobiliário, couro e pele, vestuário e artefatos de tecidos e alimentos, conforme apresenta o quadro a seguir:

ESTABELECIMENTOS INDUSTRIAIS DE PEQUENO PORTE

Tipo de estabelecimentos	Nº de Empresas
Minerais não Metálicos	19
Metalúrgica	03
Material de Transporte	02
Madeira	06
Mobiliário	05
Couro, Peles e Produtos Similares	02
Vestuário	07
Alimentício	20
Bebidas, Alcool e Vinagre	02
Editora e Gráfica	06
Outros	05

Fonte: Secretaria de Finanças - Divisão de Tributação

O Município destinou uma área de 340 hectares para implantação do Distrito Industrial. Hoje parte desta área está reservada à Zona de Processamento de Exportação - ZPE, que foi criada pelo Decreto Lei nº 2452/88, onde serão instaladas as indústrias produtoras de bens para exportação.

Atualmente encontra-se um curtume implantado e em fase de produção; mais dois curtumes em implantação; uma fábrica de sabão pertencente ao Frigorífico Frigosol; uma Cooperativa de Jacaré. Conclui-se que o Setor Secundário Municipal é incipiente e não existem indústrias de grande porte no Município.

Existem vários programas de incentivo às indústrias, como por exemplo:

FINAM - Fundo de Investimentos da Amazônia

FCO - Fundo Constitucional do Centro Oeste

PRODEI - Programa de Desenvolvimento Industrial de Mato Grosso, criado pela Lei nº 5.323 de 19 de julho de 1988 e regulamentado pelo Decreto nº 537 de 05/08/91 que tem por objetivo fomentar a implantação e expansão de empresas industriais de médio e grande porte.

FUNDEI - Fundo de Desenvolvimento Industrial - criado pela Lei nº 4.874 de 10 de julho de 1985, alterada pela Lei nº 6.175 de 13 de janeiro de 1993, alterada pela Lei nº 6.243 de 05 de julho de 1993, e tem por objetivo proporcionar recursos às empresas instaladas ou que vierem a se instalar no Estado de Mato Grosso.

A seguir, serão apresentados os quadros "Empresas Prestadoras de Serviços" e "Estabelecimentos Comerciais Atacadistas". Vale destacar a participação do terciário Municipal nas áreas médica, de engenharia, contabilidade e de hotéis. Por outro lado, era de se esperar maior destaque dos produtos alimentícios nos estabelecimentos comerciais atacadistas.

EMPRESAS PRESTADORAS DE SERVIÇOS

Tipo de Estabelecimento	Nº de Empresas
Médicos, Dentistas e Veterinários	78
Enfermeiros, Psicólogo e Fonoaudiólogo	02
Laboratórios de Análises Clínicas	06
Hospitais e Sanatórios	05
Clínicas	04
Escritório de Contabilidade e Auditores	10
Consultoria Administrativa Financeira	--
Fornecedor de Mão-de-obra	02
Engenheiros e Arquitetos	33
Construtoras	10
Demolidora e Conservação Edifícios	05
Limpeza, Desinfecção e Higienização	--
Transportadora	07
Agência de Turismo	03
Imobiliária	04
Propaganda e Publicidade	03
Armazéns Gerais	18
Hotéis, Pousadas e Pensões	17
Lubrificação, Limpeza de Maq. e Equipamento	05

Conserto e Restauração	09
Ensino de qualquer grau ou natureza	15
Outros	43

Fonte: Secretaria de Finanças / Divisão de Tributação / PMC

ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS ATACADISTAS

Tipo de Estabelecimento	Nº de Empresas
Produtos Alimentícios	30
Produtos de Origem Mineral	01
Produtos de Origem Vegetal	01
Produtos para Construção	01
Máq., Aparelhos e Equipamentos Agrícolas	01
Papel e Papelão	02
Produtos Farmacêuticos	01
Combustível e Lubrificantes	18
Produtos de Vestuário	02
Bebidas e Fumo	07
Artigos Diversos	12

Fonte: Secretaria de Finanças / Divisão de Tributação / PMC

A seguir será apresentado o quadro "Estabelecimentos Comerciais Varejistas". O destaque para o comércio da alimentação, vestuário, veículos e produtos farmacêuticos.

ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS VAREJISTAS

Tipo de Estabelecimento	Nº de Empresas
Alimentação	160
Vestuário	95
Mobiliário	09
Máquinas e Equipamentos	12
Farmácias e Produtos Medicinais	48
Artigos para Recreação	12
Materiais para Construção	37

Veículos, Implementos e Assessórios	58
Produtos para Lavoura e Pecuária	05
Livraria	10
Outros	16

Fonte: Secretaria de Finanças - Divisão de Tributação - PMC

O setor terciário no Município de Cáceres constitui um expressivo segmento gerador de renda e emprego. Os fatores que influenciam seu crescimento são: aumentos consideráveis das atividades de comércio, administração pública, instituições financeiras e expansão no número de estabelecimentos varejistas, certamente o indicador mais ponderável das atividades comerciais do Município de Cáceres.

A tendência do setor é manter-se em escala ascendente pela existência de estímulos próprios e pela expansão dos setores agrícola e industrial.

O Município atualmente volta as suas ações para o turismo, uma vez que se encontra situado numa das regiões mais privilegiadas do Pantanal Matogrossense, haja vista que ostenta uma das maiores potencialidades turísticas do nosso Estado, ou seja, a grandiosidade e a beleza do Rio Paraguai e seus afluentes.

4.2.3 - Diretrizes Gerais

. Criar um Distrito Municipal para a micro e pequena empresa;

. Apoiar programas de expansão da capacidade instalada de geração de energia elétrica, comunicação, transporte, estradas que aqui constitui no maior ponto de estrangulamento para implantação das indústrias, integralizando em bases competitivas, as atividades econômica da região;

. Programa de apoio à industrialização dos produtos rurais em sistema comunitário;

. Desenvolvimento de programas de produção para apoiar o pequeno empresário rural e urbano;

. Aperfeiçoamento de mão-de-obra junto ao Centro de Formação Profissional;

. Criar medidas de incentivo a instalações de indústrias no Município, além da existente conforme a Lei nº 999 de 30/06/87;

. Aumentar a participação do Município quanto ao beneficiamento de madeira, com finalidade de estabelecer maior participação no mercado;

. Aumentar a competitividade com investimento em capacitação tecnológica, qualidade e produtividade com finalidade de integrarem ao mercado externo as indústrias instaladas no Distrito Industrial;

. Ampliação e modernização de indústria cerâmica.

4.2.4 - CÂMARA DE DIRIGENTES LOJISTAS DE CÁCERES - CDL

4.2.4.1 - Histórico

Câmara de Dirigentes Lojistas de Cáceres - juridicamente constituída, cadastrada no C.G.C (M.F) sob nº 15.023.500/0001-16, doravante designada pela sigla CDL-C, é uma entidade civil, sem fins lucrativos, sem filiação política, partidária ou religiosa, com sede e foro na cidade de Cáceres, Estado de Mato Grosso, fundada em 08 de junho de 1.984 e tem por finalidade:

a) Promover a aproximação entre dirigentes de Empresas legalmente constituídas, visando estreitar o companheirismo e a colaboração recíproca;

b) Criar clima propício à troca de informações e idéias no plano comum dos problemas que lhe são peculiares;

c) Promover a divulgação e a conscientização junto à comunidade dos serviços prestados pelas Empresas Comerciais;

d) Cooperar com as autoridades, associações e entidades de classes, em tudo o que interessa, direta ou indiretamente, à comunidade.

e) Promover entre os componentes da CDL/C, a melhoria de conhecimentos técnicos especializados;

f) Criar e manter serviços de utilidades para as empresas comerciais e associados, mediante aprovação do Conselho Deliberativo;

g) Acompanhar as iniciativas de Projetos de Lei e sustentar os legítimos interesses da classe empresarial, propondo e reivindicando junto aos poderes constituídos;

h) Divulgar produtos técnicos, serviços e apresentar inovações nos processos de comercialização através de promoções de exposições, seminários, encontros etc.

4.2.4.2 - Atendimento às Empresas

A Câmara de Diretores Lojistas de Cáceres, ao longo dos dez anos de existência, tem participado ativamente em todas as frentes de desenvolvimento da cidade e região.

No atendimento às empresas tem destacado o sistema de informatização do Departamento do SPC, hoje ligado via EMBRATEL, a nível nacional, dando as empresas filiadas rapidez e segurança nas informações de clientes.

Conta-se também com o Departamento Jurídico, que desnecessário orienta as empresas filiadas na esfera judicial, com funcionamento diário. Tem-se ainda o Departamento de Assuntos Econômicos, com funcionamento local e diário, que é responsável pela orientação no meio empresarial, iniciando na constituição da empresa e em toda a sua gestão, na área contábil, econômica e financeira e na elaboração de projetos financeiros junto a agências bancárias.

4.2.4.3 - O Desempenho das Funções

A Câmara de Diretores Lojistas de Cáceres - marcou início de suas atividades em 1984, com o conjunto de idéias de cinquenta empresários, que abraçaram a categoria de Sócios Fundadores.

As dificuldades foram muitas para unir os demais membros da classe num só objetivo. As crises financeiras que as entidades enfrentam, foram os obstáculos encontrados pela Diretoria.

Os recursos oriundos dos trabalhos realizados entre a classe, foram investidos na aquisição de terreno, edificação da sede, máquinas, equipamentos e instalações.

4.2.4.4 - Prioridade para os próximos anos

Criar, junto com outros segmentos da economia Municipal, uma frente de desenvolvimento que venha estimular os setores produtivos comerciais, industriais e rural, que se encontram sem perspectivas futuras.

A consequência imediata do desenvolvimento Municipal é o mercado de trabalho forte, renda per capita satisfatória, comércio e indústria, cumprindo com a sua função social e arrecadação de impostos satisfatória a nível Municipal, Estadual e Federal.

4.3 - O TURISMO NO MUNICÍPIO DE CÁCERES

4.3.1 - Apresentação

O Turismo é, na atualidade, uma das principais atividades econômicas geradoras de rendas e empregos, como mostra uma centena de diários e uma centena de periódicos editados no Brasil e no Exterior.

Com o programa nacional de municipalização do turismo, que busca descentralizar suas atividades, e com as potencialidades naturais do nosso município, a Administração Municipal visa o desenvolvimento do turismo e a preservação do meio ambiente. Acreditando na geração de rendas e empregos, criou o Conselho Municipal de Turismo e o Fundo de Turismo, através das Leis nº 1.250 e nº 1.251, que estão direcionando as atividades de turismo do nosso município.

O referido conselho se faz necessário e imprescindível para consolidar a estrutura política do turismo no município e deve colocá-lo como responsável em gerar estruturas turísticas, aumentando o fluxo de visitantes para Cáceres.

O Conselho Municipal de Turismo foi instituído através da Lei Municipal nº 1.250 de 05 de maio de 1.994 e é composto por:

- Um representante do Sindicato dos Hotéis, restaurantes, Bares e similares;
- Um representante do Sindicato dos Empregados no comércio hoteleiro e similares de Cáceres;
- Um representante das Agências de Viagem e Turismo de Cáceres;

...continuação:

- Um representante das Empresas transportadoras turísticas rodoviárias de Cáceres;

- Um representante das Empresas transportadoras aéreas com escritório em Cáceres;

- Um representante da Secretaria Municipal de Indústria, Comércio, Turismo, Agricultura e Meio Ambiente;

- Um representante da Secretaria Mun. de Educação e Cultura;

- Um representante da Secretaria Municipal de Finanças;

- Um representante do C.D.L. de Cáceres;

- Um representante do SEBRAE;

- Um representante da FUNCETUR;

- Um representante da Polícia Militar;

- Um representante de órgãos não governamentais;

- Um representante da Polícia Florestal.

Através da Lei 1.251 de 06 de maio de 1.994 foi criado o Fundo Municipal de Turismo, com a finalidade de promover o Turismo a nível interno e externo, em caráter supletivo às ações do município.

O FUMTUR é constituído das seguintes receitas:

Dotação orçamentária anual própria no orçamento municipal;

Créditos adicionais estabelecidos por Lei durante cada exercício;

Dotações, auxílios, contribuições, subvenções e transferências, provenientes de entidades nacionais e internacionais, governamentais e não governamentais;

Recursos de convênios, acordos e contratos firmados entre o município e instituições privadas e públicas nacionais e internacionais, federais, estaduais e municipais;

Receitas provenientes de eventos e vendas de publicações e similares;

Receitas de aplicações financeiras, oriundas das receitas definidas nos itens anteriores;

Com as ações do Conselho Municipal de Turismo, objetiva-se conseguir um desenvolvimento sustentável da modalidade, para

que as preocupações ambientais do momento sejam transformadas em medidas práticas através dos Programas de Educação Ambiental.

O crescimento da modalidade no município.

E principalmente a qualidade dos serviços turísticos em todos os setores.

4.3.2 - Diagnóstico

Cáceres está localizada no Pantanal de Mato Grosso com potencialidades turísticas infindáveis e essenciais para o desenvolvimento da modalidade, principalmente o ecoturismo.

Entretanto, fazendo um diagnóstico da atual situação do turismo nos deparamos com uma estrutura deficiente, pessoas despreparadas e principalmente a falta de conhecimento do que é o turismo e das ações do mesmo.

Analizando aprioristicamente o ambiente, observa-se que sua conservação é fundamental para preservação de recursos naturais, que são esgotáveis na região. Precisamos com urgência conscientizar a comunidade municipal acerca do turismo, haja vista, o despreparo no setor, quando da realização dos grandes eventos no município, a exemplo do Festival da Pesca..

O ecoturismo, componente que cabe perfeitamente nas ações a serem exploradas, está inserido em um mercado em crescimento no mundo.

Seus interesses estão ligados ao ambiente natural e as culturas tradicionais.

O crescimento do movimento de proteção do ambiente combinado com níveis mais alto de educação dos turistas, tende ao aumento de viagens para lugares menos desenvolvidos, buscando conhecer o ambiente e as culturas regionais tradicionais.

Cáceres se insere, com suas potencialidades, neste contexto, porém necessita-se de um nível mais alto de qualidade, de atendimento neste segmento, se faz necessário um planejamento adequado e gestão conveniente, por parte do setor público e setor privado.

Hoje os recursos naturais e turísticos existentes no Município são: o Rio Paraguai com suas praias, Pantanal, vegetação diversificada, fauna, flora, cavernas, sítios arqueológicos, nossas heranças

culturais, folclore regional, arquitetura duocentenária, artesanato, festival internacional de pesca, comidas típicas, fazendas históricas, museu, etc...Estes recursos são suficientes para o aquecimento imediato, mas, é necessário planejar sua utilização para não degradá-los, como aconteceu em outras regiões brasileiras.

Devemos oferecer ao turista atrações, diversões, museus, paisagens, aventuras, festivais e as necessidades, refeições, alojamentos, transporte e serviços de guias.

4.3.3 - Situação Atual

Cáceres hoje, procura melhorar sua infra-estrutura física para poder receber bem o turista, não deixando de se preocupar, isto é evidente, com a qualidade dos serviços nos hotéis, bares, restaurantes e comércio em geral. Segue quadro hoteleiro de casas, chácaras e restaurantes disponíveis no nosso Município:

HOTÉIS DISPONÍVEIS NO MUNICÍPIO DE CÁCERES

Hotéis Capacidade	Reservas	Tipo	Diárias RS				n° Aptos	
			SG L	DBL	TP L	QD L		
Brasil R. Cmte. Balduino, 415	223-3240	ap. c/ vent. ap. c/ ar	12 17	20 25	27 35	35 40	18	35
Capri Av. Getúlio Vargas, 99	223-1771	ap. c/ ar	10	20	25	-	08	24
Comodoro Praça Duque de Caxias	223-2078	ap.c/ar tv fr	25	40	-	70	14	34
Paranaense R. 13 de Junho	223-1320	ap. c/ ar	7,5	-	-	-	08	15
Fênix R. Dos Operários, 600	223-1027	ap. c/ ar tv	25	40	50	60	21	42
Ipanema R. General Osório, 540	223-1177	ap. c/ ar tv	30	50	75	-	22	55
		Suíte	-	75	-	-		
		Suíte Luxo	-	90	-	-		
Kaipira BR 070 - Km 03	223-4481	ap. c/ vent.	08	15	-	-	22	70
		ap. c/ ar	12	20	-	-		
Rio Praça Major João Carlos	223-3387	ap. c/ ar	20	32	45	-	12	23
		ap. compl.	25	40	57	-		
Caiçara's R. Dos Operários	223-3187	ap.c/ar fr tv	25	48	70	-	12	23
Santa Terezinha R. Tiradentes, 485	223-4621	ap. c/ ar	12	20	30	-	11	25
Transpacífico Charm R. Cel. José Dulce	223-4949	Qtos. c/ ar	10	17	-	-	12	25
		ap. c/ ar	12	20	24	-		
		ap. c/ ar tv	14	26	37	-		
Turbo Palace Av. São Luiz, 1399	223-1984	ap. c/ ar tv Suíte Luxo	35	48 68	-	-	33	60
Htel Fazenda Barranquinho	223-1081 Ramal 3							

Fonte: SICTAMA - PMC

CHÁCARAS / CASAS DISPONÍVEIS NO MUNICÍPIO DE CÁCERES

Chácaras Capacidade	Reservas	Tipo	Diárias R\$
Recanto do Sossego	223-4574	Camping	15,00 por barraca
São Luiz	223-4360	Casa	170,00
Urutau	223-4360	Camping	170,00

Fonte: SICTAMA - PMC

RESTAURANTES DISPONÍVEIS NO MUNICÍPIO DE CÁCERES

RESTAURANTE	ENDEREÇO	TELEFONE
Bistecão - Churrascaria	Rua Costa Marques, 977	223-4485
Kaipira - Churrascaria	BR 070 Km 03	223-4481
Kascata - A la carte e Pizzaria	Rua Cel. José Dulce, 250	223-1916
Corimba - Peixe e A la carte	Rua 6 de outubro, 27	223-3002
Hispano - Comida Caseira	Praça Barão do Rio Branco, 64	223-1486
Canto A - Pizzaria	Praça Barão do Rio Branco	223-1903
Panela de Barro	Rua Frei Ambrósio, 38	223-4561
O Pilão - A la carte	Praça Barão do Rio Branco	223-3231
O Braseiro	Av. Getúlio Vargas, s/nº	223-4839
Mini Praia - Peixe	Margem do Rio Paraguai	-----
Kaskata Flutuante - A la carte	Margem do Rio Paraguai	223-1806
Gula's - Comida por quilo	Rua Cel José Dulce, s/nº	223-1366
Zero Grau - Pizzaria	Praça Barão do Rio Branco	223-3806
Pantaneiro - Churrascaria	Trevo de Cáceres	223-4258
Restaurante e Choperia Mel e Limão	Rua Costa Marques	

Fonte: SICTAMA - PMC

A Secretaria Municipal de Turismo, desde sua criação, procura promover e divulgar a modalidade do turismo de uma maneira racional e ordenada, se preocupando sempre com a preservação ambiental, com seus recursos naturais e construídos, principalmente seu Patrimônio Histórico, para que o turismo seja viável e sustentável.

Comprovando sua vocação para o turismo de eventos, Cáceres, através da Secretaria Municipal de Turismo, promove com sucesso o Festival Internacional da Piranha, a Feira Náutica e o Festival Internacional de Pesca de Cáceres, que consta do Guinness Book Of Records como a maior prova de pesca embarcada em água doce do mundo, além de colaborar com todos os eventos sócio-culturais de nosso Município.

4.3.4 - Pontos Turísticos

* Rio Paraguai: Banha o município de Cáceres, navegável por 3.442 Km, é um rio piscoso, com uma fauna e flora exuberantes, que prende a atenção de todos que aqui passam e encanta pela sua magnitude.

* Cachoeiras das Piraputangas: Várias cachoeiras pequenas, mas que nas suas belezas cativam a todos os visitantes. Situadas em um local privilegiado onde a natureza se faz presente de todas as formas e se apresenta majestosa. Acesso a 13 Km.

* Reserva Ecológica do Taiamã: Maior santuário ecológico de Mato Grosso, onde a fauna e a flora vivem em harmonia. Local onde se pode admirar animais, aves, plantas, répteis de várias espécies. Do nascer ao por-do-sol, as belezas a nós apresentadas são diversificadas e excitantes. Os olhos atentos não perdem um lance, existem ninhais maravilhosos. Acesso fluvial e aéreo 150 Km.

* Fazenda Descalvado: Sede construída no século XVIII onde se produzia charque, foi importante para o desenvolvimento do município,

primeira fazenda no Brasil a possuir CEP - Código de Endereçamento Postal. 100 Km fluvial e aéreo.

* Fazenda Ressaca: Antigo estabelecimento agro-industrial, produtor de aguardente. Sua arquitetura é fantástica, a usina totalmente abandonada ainda exhibe seus materiais todos importados da Europa, que ficam expostos aos olhos de quem visita. Hoje é a Agro-pecuária Grendene.

* Fazenda Jacobina: Antiga fazenda, arquitetura duocentenar conserva ainda sua senzala e pelourinho do tempo da escravidão, foi importante para o desenvolvimento do município.

* Fazenda Facão: Bela com sua arquitetura e cachoeiras.

* San Mathias: Cidade do lado boliviano, opção de compras e turismo pelo Pantanal, distante 80Km.

* Centro Histórico de Cáceres: construções em estilo neoclássico e a Catedral de São Luiz no estilo gótico francês.

* Marco do Jaurú: monumento histórico tombado pelo SPH, comemorativo ao Tratado de Madrid, que delimitava as terras portuguesas e espanholas, celebrado entre Portugal e Espanha em 1.750.

* Museu Histórico de Cáceres.

Reservas Naturais

- Reserva Ecológica do Taiamã
- Gruta do Quilombo
- Gruta do Barreiro Preto
- Gruta da Água Milagrosa
- Água Milagrosa
- Cachoeira do Facão
- Cachoeira das Piraputangas
- Diversas Fazendas com Matas Virgens

Obs: Todos de fácil acesso e autorização para visitas, passeios e utilização das áreas.

Trilhas para caminhadas

- Trilha da Água Milagrosa
- Trilha da Ponta do Morro
- Trilha da Piraputanga

Mapas disponíveis

- escalas.
- Existem mapas disponíveis na sede do Município nas duas

Locais de banho em ambiente natural.

- Cachoeira das Piraputangas
- Cachoeira do Facão
- Padre Ignácio
- Diversas praias fluviais no Rio Paraguai

Sítios de interesse arqueológico ou geológico

- Barranco Vermelho (cemitério índio)
- Facão
- Munchon Angical (Pé-de-Anta)

Locais de interesse histórico e artístico

- Fazenda Ressaca

- Museu de Cáceres
- Fazenda Facão
- Igreja Matriz (Catedral em estilo gótico francês)
- Arquitetura Neo-Clássica - Centro Histórico (tombado)

4.3.5 - Opções de esporte e lazer

- Cáceres por ser uma cidade de privilégios naturais oferece várias opções de práticas esportivas.

- Pesca embarcada ou em terra firme, por ser o Rio Paraguai um rio piscoso com vários locais para prática da modalidade em terra firme e muitas outras na pesca embarcada.

- Ciclismo, a referida modalidade é talvez uma das mais praticadas em proporção populacional, haja vista, ser uma cidade totalmente plana e de cada três pessoas duas andam freqüentemente de bicicleta, pelas condições geográficas oferecidas a cidade.

- Natação, por ser uma cidade de clima tropical o ano inteiro, a prática da natação é bem grande, tanto nos rios, cachoeiras e clubes que oferecem a prática da natação.

- Canoagem são vários os pontos favoráveis e propícios a esta modalidade.

Possibilidade de se alugar um carro, barcos e equipamentos de pesca

- Cáceres através das locadoras sediadas na cidade, oferece aos turistas e visitantes, a possibilidade de se alugar carro, barcos e motores com pilotos, conhecedores profundos dos principais locais de pesca e pontos turísticos do nosso rico Rio Paraguai.

Indicações de Hotéis, Pousadas, Camping

No perímetro urbano, Cáceres oferece bons hotéis para sua estadia:

- Hotel Turbo Palace, Hotel Ipanema, Hotel Fênix, Hotel Comodoro, Hotel Charm, Hotel Brasil, Caiçaras Hotel, Rio Hotel.

No Rio Jaurú que desagua no Rio Paraguai, há o Hotel Fazenda Barranquinho e existem ainda, principalmente na época do Festival Internacional de Pesca de Cáceres, várias casas e chácaras para serem alugadas, as quais são oferecidas totalmente mobiliadas, para maior conforto do turista.

4.3.6 - Folclore regional, festas típicas, datas comemorativas, expressão de cultura popular na região:

Danças regionais Cururu, Siriri e São Gonçalo.

Festas de São Luiz, festa da Cavallhada, festa do Peão de Boiadeiro, Exposição Agropecuária, Festival Internacional de Pesca de Cáceres, constando no Guinness Book como maior prova de pesca embarcada do mundo 1994, com a participação de 293 equipes do Brasil e Exterior e, Feira Náutica.

Datas comemorativas: 24 de Junho, festa de São João, 25 de agosto, festa de São Luiz, padroeiro da cidade de Cáceres; 6 de outubro aniversário da cidade de Cáceres.

4.3.7 - Culinária

Cáceres possui uma culinária regional das mais típicas e diversificadas.

São pratos como o Pacú na Brasa, Dourado Assado, Mujica de Pintado, Caldo de Prianha, Bagrada e outros tipos de peixes.

São ensopados tipicamente regionais, carne-seca com banana, banana verde, arroz com piqui, o exótico jacaré servido frito ou ensopado, além do seu delicioso patê.

Doces regionais como doce de cajú, doce de laranja, doce de abóbora, doce de goiaba, rapaduras de cana, de leite, de côco, de banana e outras delícias.

4.3.8 - Diretrizes Gerais:

- 1) Envolver a comunidade na conservação dos recursos naturais e culturais e ao desenvolvimento econômico e social municipal;
- 2) Conscientizar a necessidade da preservação das heranças culturais da comunidade;
- 3) Incentivar a melhoria da infra-estrutura, tanto nas instalações, como nos serviços da própria comunidade;

... continuação:

- 4) Promover eventos que visem atrair com qualidade um fluxo estável de visitantes;
- 5) Motivar a comunidade e os visitantes à conscientização de se proteger os recursos turísticos;
- 6) Divulgar nossos recursos naturais, Pantanal, Praias, Rios, Florestas, Áreas protegidas, Cascatas, Lagos, Grutas e outros;
- 7) Divulgar nossos recursos construídos, Prédios Históricos, Folclore Regional, Artesanal, Museu, Arquitetura, Catedral e outros;
- 8) Investir em documentários sobre as potencialidades do município;
- 9) Investir em "Folder's" sobre os potenciais turísticos;
- 10) Investir em "Folder's" divulgando nossa infra-estrutura, Hotéis, Restaurantes, Empresas Turísticas, Porto e Aeroporto;
- 11) Investir no Ecoturismo;
- 12) Incentivar proprietários de áreas com grande potencial turístico a investir no turismo rural;
- 13) Produzir vídeos sobre os potenciais do município;
- 14) Acompanhar as ações do Conselho Municipal de Turismo;

15) Incentivar os operadores diretos do turismo a estar buscando alternativas e condições para desenvolver a modalidade:

16) Apoio do setor Público Municipal junto às operadoras do turismo receptivo, na cidade de Cáceres.

4.4 - O TRANSPORTE E O SISTEMA VIÁRIO DE CÁCERES

4.4.1 - Histórico

Nos primórdios da história do Município de Cáceres o transporte de cargas e passageiros era feito por via terrestre, através de tração animal e pela rede potamográfica, através de embarcações. Em 1927, inaugurou-se o transporte por via aérea com o pouso do hidroavião *Santa Maria* nas águas plácidas do Rio Paraguai. O transporte de passageiros, pelo singular vapor ETRÚRIA, perdurou até a década de 50. Em 1951, foi criado o Departamento Municipal de Estradas e Rodagem. Em meados da década de 50, instalou-se, em Cáceres, a sede do DNER (Departamento Nacional de Estradas e Rodagem), e iniciou-se o transporte regular de passageiros por linha de ônibus para Cuiabá. Outro marco notável, no processo de desenvolvimento do Município, foi a inauguração da Ponte Marechal Rondon, sobre o Rio Paraguai, no início da década de 60. A partir daí, houve o alargamento das fronteiras agrícolas do Município com a consequente ampliação da malha viária.

Com o surgimento das vilas e distritos, na porção oriental do Município e dado o desenvolvimento destes, houve a necessidade, em fins da década de 60, da aquisição de equipamentos rodoviários compatíveis com a nova realidade. As malhas viárias urbanas da sede do Município e dos distritos passaram, a partir daí, a ter um crescimento significativo, exigindo uma manutenção motomecanizada regular e obras de urbanização diversas, como a pavimentação a blokret das ruas centrais de Cáceres, implantação de galerias de águas pluviais entre outras.

Em meados da década de 70, começaram as emancipações dos distritos, diminuindo aos poucos a vasta extensão territorial do Município de Cáceres. Entretanto, as áreas remanescentes foram sendo intensamente ocupadas por projetos de colonização, principalmente, em sua banda oriental, denominada Caiçara. Paralelamente, foi havendo um crescimento intenso da população urbana de Cáceres com a implantação do primeiro conjunto habitacional: "Cohab Vila Mariana".

No final de década de 70, foi feita a pavimentação asfáltica, interligando a praça Major João Carlos ao Aeroporto Municipal, que tinha naquela época uma demanda enorme, atendendo toda a região da grande Cáceres e a vizinha Bolívia.

No início da década de 80, foi implantado o Centro Operacional de Cáceres, descentralizando as demandas de ocupação urbana. Nesta fase, foi implantado o primeiro macro-projeto de urbanização: Projeto Cura I e o segundo projeto habitacional: Cohab São Luís, contemplando a região norte do perímetro urbano. Ainda deste período de expansão urbana, foi implantado o Residencial Monte Verde, através de incorporadora, atendendo uma demanda reprimida da classe média. Com a inauguração da BR 174 (Cuiabá/Cáceres/Porto Velho) aumentou-se o fluxo migratório e inviabilizou-se o transporte aéreo de curtas distâncias.

Na segunda metade da década de 80, começaram os processos de implantação dos projetos de redenção econômica do Município de Cáceres: ZPE (Zona de Processamento de Exportação), Corredor de Exportação para o Pacífico e Hidrovia Paraguai/Paraná, projetos esses de média e longa maturação que envolvem toda a intermodalidade de transportes. A expectativa gerada pelo processo trouxe mais crescimento de demandas da população. Nessa fase, foi implantado o maior e mais completo projeto de urbanização da zona urbana de Cáceres: o Projeto Cura II, contemplando a região sul da cidade, atendendo antigas reivindicações da população. Nesse período, houve uma expansão substancial da área urbana, com a criação de vários bairros populares, compreendendo desde a sua regularização fundiária, até a construção da malha viária, construção de habitações populares, em regime de mutirão, como nos bairros Vila Nova, Santo Antonio, Garcês, Aeroporto, dentre outros.

4.4.2 - Diagnóstico

O Município de Cáceres tem uma área territorial de 23.400 Km². A malha viária, em sua zona rural, tem uma extensão aproximada de 900 Km de estradas vicinais. Nela, temos duas regiões geológicas, e topograficamente distintas: a banda ocidental, cognominada MORRARIA, constituída de relevo acidentado, onde as jazidas de cascalhos são abundantes, facilitando os serviços de terraplenagem, permitindo sua execução, mesmo durante o período de chuvas; a banda oriental, cognominada CAIÇARA, onde predominam os solos areno-argiloso, e uma porção do Alto Pantanal, onde só é possível a manutenção motomecanizada no período da seca.

O relevo, o solo e os fatores climáticos permitem uma programação alternada para as duas regiões distintas. Tanto na Morraria, como na Caiçara, são abundantes os cursos d'água, exigindo a manutenção e construção de numerosos aterros, bueiros e pontes. Dois entraves têm trazido percalços ao sistema de transportes da malha viária rural: primeiramente, a inexistência de faixa de domínio na quase totalidade das estradas vicinais, em desobediência à Lei nº 1.164 de 02 de junho de 1992, dificultando e as vezes impossibilitando uma manutenção adequada das mesmas; secundando, a pequena capacidade da Prefeitura de atender todas as demandas com apenas uma equipe de terraplenagem.

O perímetro urbano de Cáceres, com uma área aproximada de 108 Km², encontra-se localizado, em sua maior parte, em terrenos pantanosos, apresentando topografia plana, sendo bastante vulnerável no período de chuvas. Apresenta vários pontos críticos, com drenagem deficiente, provocando um moroso escoamento das águas, nos períodos de grande precipitação pluviométrica, inundando vários bairros da cidade. Há carência de projeto de macro e microdrenagem, que compreende as seguintes etapas:

a) Macro-Drenagem:

a.1 - Canais a serem construídos: Canal do Junco, Canal do Lobo, Canal do Lavapés, Canal do Lions, Canal dos Jasmins, Canal Principal e Secundário do São Luís, Canal Mariana.

a.2 - Canais a serem dragados: Canal dos Fontes e parte do Canal do Sangradouro.

b) Micro-Drenagem:

Deverão ser construídas galerias de águas pluviais e ramais para caixas coletoras, com escoamentos direcionados para os respectivos canais existentes e os a serem construídos.

Um grande problema é a localização das jazidas de cascalho para manutenção da cidade. As jazidas mais próximas, encontradas hoje, têm uma distância média de transporte de 15 Km, onerando os serviços de revestimento da malha viária urbana. paralelamente ao problema das distâncias das jazidas de cascalho, os equipamentos rodoviários são insuficientes, para atender todas as demandas da malha viária urbana e de outros serviços rotineiros da Prefeitura. Também enfrenta-se sérias dificuldades, na área de pavimentação asfáltica, por não possuir-se laboratório de solo e asfalto e dada a inexistência dos mesmos na cidade.

4.4.3 - Situação Atual

Dos 900 Km de estradas vicinais, presumivelmente existentes, o Poder Público Municipal fez a manutenção de 500 Km, nos últimos 12 meses. Construiu-se 03 pontes de madeira, na zona rural: uma de 12 metros de extensão sobre o Córrego da Veredinha, outra de 12 metros de extensão sobre o Córrego da Piraputanga (estrada do Tarumã) e uma de 4 metros sobre uma vazante, na região de Clarinópolis. Trabalhou-se na zona rural, nesse período, com os seguintes equipamentos rodoviários: 01 camioneta a diesel com tração, 03 caminhões basculantes de 5m³ de capacidade, 01 pá carregadeira de grande porte, 01 motoniveladora, 01 trator de esteira (trabalhou em torno de 100 horas em toda a temporada). Na região da Curvelândia, teve-se o apoio integral do trator de esteira da Associação de Desenvolvimento Comunitário de Curvelândia (ADESCURVE) em todas as ações no Distrito.

No início dos trabalhos na Vila Aparecida, teve-se o apoio do trator de esteira da Associação de Produtores Rurais da Vila Aparecida (APROVILA).

A malha viária urbana totaliza, aproximadamente 370 Km de vias, sendo 50 Km pavimentados, 100 Km com revestimento primário e 220 Km sem revestimento primário.

O transporte coletivo urbano é feito, atualmente pela Empresa Transjaó, atendendo apenas o centro e alguns bairros. Há dificuldade na expansão do atendimento a outras comunidades, pois a demanda de passageiros não oferece viabilidade econômica. Grande parte da população utiliza a bicicleta como meio de transporte, dadas as condições favoráveis, oferecidas pela cidade. A manutenção da área pavimentada é feita pela Prefeitura, por administração direta, que possui usina de asfalto a frio. No ano de 1994 foram executados serviços de terraplanagem na Av. Talhamares e Rua dos Tuiuius, totalizando uma área de 28.020 m² da via, assentamento de 5.600 m de guias pré-moldadas, construção de 2.800 m de sargeta e de 40 caixas coletoras pluviais. Foi feita a pavimentação e urbanização do acesso ao Gabinete do Prefeito com uma área de 2.000 m². **Erro! Argumento de opção desconhecido..** Foram recuperados 120 km de vias, incluindo revestimento primário de 20.000 m² de área pavimentada, na operação tapa buracos.

A Prefeitura conta, atualmente, com os seguintes equipamentos rodoviários para atendimento das ações urbanas: 03 motoniveladoras (01 atende, esporadicamente, a zona rural), 07 caminhões basculantes, 01 caminhão para transporte de máquinas (atende também a zona rural), 01 pá carregadeira de médio porte, 01 retroescavadeira de médio porte, 01 rolo compactador pé de carneiro, 02 rolos compactador lisos, 01 trator de esteira

D-06, 01 drag-line, 01 trator de pneus, 01 carro pipa de 10.000 litros, 01 camioneta A-10 e 01 fábrica de manilhas.

4.4.4 - Diretrizes Gerais

Malha Viária Rural:

1 - Terraplenagem:

1.1 - Manutenção de estradas:

Manutenção de 900 Km de estradas vicinais, incluindo, eventualmente, reabertura, aterros, reaterros e tapa-buracos.

1.2 - Construção de estradas:

Construção de 300 Km de estradas novas

1.3 - Confecção de bueiros:

Assentamento de 2.400 m de tubos de concreto

1.4 - Construção de canais:

Construção de 15.000 m de canais para drenagem de trechos críticos das vicinais.

1.5 - Cadastramento e Mapeamento:

Cadastramento e mapeamento de todas as estradas vicinais e obras de arte com o auxílio de GPS.

2 - Pontes:

2.1 - Recuperação:

Recuperação de 480 m de pontes de madeira

2.1 - Construção:

Construção de 800 m de pontes de madeira

3 - Malha viária rural:

Trabalho educativo junto às comunidades rurais, conscientizando-as quanto à importância da obediência da Lei nº 1164/92, que estabelece faixa de domínio mínima para as vicinais de 15 m de largura.

4 - Ampliação dos equipamentos rodoviários para malha viária rural:

4.1 - Aquisição dos seguintes equipamentos:

01 GPS;

01 camioneta pickup com tração;

03 caminhões basculantes para 5 m³;

01 trator de esteira ágil, leve e de fácil transporte

pelos vicinais;

01 retroescavadeira de médio porte;

01 motoniveladora;

01 pá carregadeira de médio porte;

01 caminhão munck.

4.2 - Recuperação de equipamentos:

Recuperação do comboio de abastecimento e lubrificantes.

Malha Viária Urbana:

1 - Drenagem Urbana:

1.1 - Macro Drenagem

Construção de 18.000 m de canais, incluindo o Canal do Junco, Canal do Lavapés, Canal do Jasmins, Canal do Pe. Paulo, Canal Mariana, Canal do São Luís.

1.2. - Micro Drenagem:

- Construção de 50.000 m de galerias de águas pluviais e acessórios.
- Construção de 20.000 m de ramais e respectivas caixas coletoras.

2 - Terraplanagem:

2.1 - Revestimento Primário:

Revestimento primário de 250 Km de vias, incluindo a abertura de ruas espalhamento e compactação.

2.2 - Revestimento para pavimentação

Revestimento de 50 Km de vias para pavimentação, incluindo serviço de regularização, homogeneização e compactação do sub-leito e base.

3 - Pavimentação:

3.1 - Pavimentação de novas vias:

Pavimentação asfáltica de 50 Km de vias, incluindo serviços complementares de assentamento de guias pré-moldadas e construção de sarjetas.

3.2 - Pavimentação sobre blokrets:

Pavimentação sobre blokrets, num total de 65.000 **Erro!**
Argumento de opção desconhecido. de ruas.

4 - Obras de arte:

Construção de 1.200 Erro! Argumento de opção desconhecido. de pontes de concreto

5 - Sistema de trânsito:

Implantação de amplo projeto de reestruturação do sistema de trânsito da cidade, com colocação de semáforos, redutores de velocidade, sinalizações vertical e horizontal e adoção de alternativas para otimizar a distribuição dos fluxos de veículos, proporcionando mais segurança aos poderes e condutores de veículos.

6 - Recuperação e ampliação dos equipamentos rodoviários para malha viária urbana:

6.1 - Recuperação:

- 01 pá carregadeira W-20
- 01 caminhão de transporte de asfalto (PMF)
- 01 caminhão prancha de transporte de máquinas
- colocação de caçamba truck, capacidade de 10 m³, em 01 caminhão basculante.

6.2 - Ampliação:

aquisição do seguintes equipamentos:

- 01 laboratório de solos
- 01 compactador tipo sapo
- 01 caminhão pipa de 10.000 litros
- 01 espargidor pneumático para asfalto, rebocável com capacidade de 2.500 litros.
- 01 distribuidor de agregados
- 01 motoniveladora
- 01 pá carregadeira de grande porte
- 01 retroescavadeira esteira de grande porte

- 01 trator de esteira de médio porte
- 03 caminhões basculante com 5 m³ de capacidade
- 02 caminhões basculantes com capacidade de 10 m³
- 01 camioneta a diesel
- 02 caminhões truck com carroceria

4.5 - A ENERGIA ELÉTRICA, ILUMINAÇÃO PÚBLICA E TELEFONIA NO MUNICÍPIO DE CÁCERES

4.5.1 - Histórico

O Serviço de Iluminação pública na cidade de Cáceres, iniciou-se em 1906, já atendendo alguns setores da cidade. Este sistema era realizado através de lampião a querosene, sendo instalados em postes de madeira, distribuídos em locais onde se pretendia a iluminação.

Com as evoluções que surgiram no início do século, houve a necessidade de mudanças no setor, onde no ano de 1914, a firma José Dulce & Cia. apresentou proposta para fornecimento de luz elétrica à cidade.

Em 1918, o Sr. Alfredo Varonesi, de Campo Grande-MT, solicita concorrência pública para fornecimento de luz e força elétrica a esta cidade.

O Engenheiro Arlindo Jorge propõe fazer o fornecimento de luz elétrica pública e particular, e energia a quaisquer estabelecimentos. Essa proposta foi aceita com algumas modificações.

A implantação do telefone nesta cidade ocorre em janeiro de 1920, quando o Sr. Miguel Angelo Pinto de Arruda pede privilégio por 90 anos, para estabelecimento de rede telefônica.

O anseio da energia elétrica era constante, tanto que em 1923, o Engenheiro Luiz Albuquerque Nunes solicita concessão de privilégio pelo prazo de 90 anos para si ou empresa, organizar e explorar o serviço de abastecimento de força e luz elétrica, para iluminação pública nesta cidade.

Em 1930 criou-se em Cáceres o imposto de Iluminação Pública, para os serviços existentes na época.

Novas idéias surgiram e em 1931 pensou-se na dotação de iluminação elétrica à cidade, optando pela aquisição de um dínamo que seria acionado à vapor, da firma Castrillon & Irmãos; esta idéia não foi posta em prática por estar o governo municipal em época de transição.

Com a ampliação dos serviços de jardinagem, calçamento nas ruas e o crescimento da cidade, apresentou-se a idéia da criação de uma Usina Elétrica. A mesma deu-se início no final da década de quarenta, a qual recebeu o nome de "Usina Diesel Elétrica Municipal", com a rede de distribuição respectiva, projetada e executada pela Empresa Brasileira de Engenharia S/A., Rio de Janeiro, tendo funcionamento regular em 1951, ficando ligada das 18:00 às 24 horas.

A Lei nº 02 de 23/11/53 autorizava a encampação da Companhia Cacerense de Luz, Força e Água Ltda., pela Prefeitura Municipal.

Para atender as necessidades existentes no setor, no período de 1955 a 1959, realizou-se a ampliação do potencial energético, com a aquisição do segundo motor da Usina com capacidade de 29 KVA. O projeto foi elaborado também pela Empresa Brasileira de Engenharia S/A., Rio de Janeiro.

Com a ampliação do Potencial Energético, houve a construção do segundo Pavilhão da Usina Elétrica Municipal; ampliação da rede de luz; instalação de 74 aparelhos de iluminação, 133 postes e 4 novos transformadores. Esta nova estrutura propiciou a inauguração experimental do fornecimento de energia elétrica durante o dia (das 09:00 às 15:00 horas), tornando-se depois, em caráter definitivo (das 09:00 às 24:00 horas), funcionando os dois motores existentes.

A energia elétrica caminhava sempre em paralelo com o desenvolvimento da cidade, proporcionando para a época crescimentos notáveis, bem como as reformas existentes e o assentamento de mais três conjuntos com a capacidade de 156 KVA cada, ampliação esta realizada no período de 1963 à 1967.

No ano de 1965 foi criado o Serviço Telefônico Municipal de Cáceres, com capacidade de 200 linhas, comerciais e residenciais.

Através da aquisição de um terreno anexo à Usina Elétrica com extensão de 155 m², foi ampliada a Usina Diesel Elétrica sendo instalado

mais um Grupo-Gerador de 410 KVA. Este crescimento energético propiciou a criação da "Subestação Elaboradora", sendo instalados dois transformadores de 300 KVA.

No final da década de sessenta, houve a implantação e remanejamento da rede de distribuição de energia elétrica e adição de uma Unidade Geradora de 705 KVA, que já no ano de 1971, com a aquisição de mais um motor, o potencial elétrico da Usina Diesel chegaria a 1.110 KVA. Esta aquisição foi realizada no regime de Comodato entre Prefeitura e Cemat, dando início esta Empresa na participação de atendimento no sistema de abastecimento de Energia Elétrica da cidade. Através deste crescimento, houve neste período uma modernização em quase toda rede elétrica, sendo instalados postes de concreto e luminárias a vapor de mercúrio.

Em 1874, a Cemat encampou, definitivamente, todo o sistema de fornecimento de energia elétrica e iluminação pública.

Com a implantação da nova empresa e o desenvolvimento no setor urbano, também o setor telefônico necessitou de ampliações; necessidade esta que foi atendida em 1974, com a instalação de mais 50 linhas, tornando um total de 250.

Com as modernizações existentes, no ano de 1975, o serviço telefônico do município passa a ser de responsabilidade da Telemat, com ampliações no sistema, inclusive a instalação do sistema DDD, trazendo muitos benefícios. Este avanço também se deu no setor de energia elétrica com um crescimento ainda maior, causado pelas construções de Usinas Hidrelétricas em larga escala na década de setenta.

Na década de oitenta, iniciou-se o projeto de energização rural, com crescimento notável, sendo que logo em seguida viria ser desacelerado, tanto na zona rural, quanto na urbana. Esta diminuição do crescimento da energia elétrica se deu pela paralisação na maioria das obras de construções das Usinas Hidrelétricas do país, ocasionadas pelo agravamento da crise financeira a nível nacional. O mesmo aconteceu com o sistema telefônico, diminuindo os avanços nas ampliações das linhas e tomando as modernizações num processo mais lento.

Apesar das crises geradas, tanto a Cemat, quanto a Telemat, continuaram na medida do possível, ampliando suas capacidades nestes últimos anos. Atualmente a Cemat conta com uma "subestação" com capacidade de transformação de energia de 25 MVA.

Tanto na zona rural, quanto na urbana, as ampliações elétricas e telefônicas existentes, procuram atender as comunidades de maior população, escolas e postos de saúde, visando um melhor conforto ao público.

Hoje a Telemat conta com uma Central Telefônica Tópico R. A., com capacidade para 4.080 (quatro mil, e oitenta) terminais, tendo atualmente instalados 3.160 (três mil, cento e sessenta), passando nos próximos meses para 4.000 (quatro mil).

Com a evolução do sistema telefônico nos últimos anos, surgiu o telefone celular, que é fato consumado já na maioria das grandes cidades brasileiras, sendo prevista para Cáceres a implantação do sistema, entrando em funcionamento em setembro de 1995, com 700 (setecentas) unidades.

Com o projeto de municipalização, em setembro de 1994 a Prefeitura Municipal de Cáceres assinou um convênio com a Cemat, ficando responsável por todo o sistema de iluminação pública do município, processo este que até então vinha sendo conduzido pela Cemat.

Atualmente, estão sendo efetivadas pelo município, ampliações de redes de alta tensão nas comunidades da zona rural, onde existe um maior número de interessados, facilitando assim a aquisição da energia elétrica para os consumidores. Além da energia, estão sendo levados a esse setor, instalações de postos telefônicos.

Nas periferias da cidade e distritos, estão sendo feitas ampliações de ramais de baixa tensão, iluminação de escolas, bem como manutenção dos serviços já existentes.

4.5.2 - Diagnóstico

A situação energética atual no Município de Cáceres se encontra deficitária para atender as necessidades da população.

O maior problema existente está no setor de abastecimento ao consumidor, havendo necessidade de ampliação dos ramais, tanto nas periferias da cidade, quanto na zona rural.

As redes de distribuição, em alguns casos estão defasadas e muito antigas, havendo necessidade de reposição dos materiais e até mesmo uma redistribuição na carga.

A comunidade rural do Município necessita de um financiamento a longo prazo e com juros adequados, principalmente as de pequeno porte.

O sistema de iluminação pública necessita urgente de um reparo geral, havendo necessidade de em alguns casos a ampliação de redes e luminárias, além do grande número de lâmpadas queimadas ou com defeitos, em todo o Município.

Sendo o telefone, um meio de comunicação rápido e eficiente, torna-se a Telemat, um órgão de muita responsabilidade em nosso

Município, fazendo necessário o atendimento ao anseio da população, colaborando assim com o crescimento não só do Município, mas de toda a vasta região. Este atendimento não vem sendo realizado de forma efetiva para atender às solicitações existentes, havendo sempre um grande número de interessados na chamada fila de espera.

4.5.3 - Situação Atual

Na maioria dos bairros, na periferia da cidade e nos distritos pertencentes ao Município, a falta de ampliação nas redes de distribuição de energia e a necessidade da instalação de novas luminárias, faz com que parte da população se encontre em total desconforto, mais carente e menos produtiva.

Com a falta de iluminação adequada para os locais de maior trânsito, (escolas, avenidas, etc.), e a má conservação de limpeza nos terrenos baldios, o índice de marginalidade aumenta, proporcionando intranquilidade aos moradores e a quem por ali transita.

No horário de maior "pico", proporcionado nas horas de maior consumo de energia, das (18:00 às 20:00) horas, o problema se agrava, havendo o desligamento automático em vários setores da iluminação pública e até mesmo a queima dos aparelhos eletrodomésticos.

Existem em alguns bairros, no centro da cidade, posteamento de madeira, muito antigo, não proporcionando total segurança aos moradores e prejudicando o visual da cidade, havendo então a necessidade de uma modernização no sistema.

Todos estes problemas apresentados, se proporcionam com a falta de uma reestruturação no sistema de abastecimento de energia elétrica.

No setor telefônico, apesar das ampliações existentes e a futura implantação do sistema telefônico celular, ainda se faz necessário um número maior de aparelhos, para satisfazer o anseio da população, buscando uma maior integração, com fins de atender as necessidades atuais.

Existe uma grande demora nas ligações dos terminais vendidos proporcionando assim um intervalo de tempo ainda maior para as ampliações futuras, com custos altíssimos.

4.5.4 - Diretrizes Gerais

a) Para conhecimento exato do problema junto ao setor de energia será necessário um cadastramento no setor, tanto na zona rural e distritos, quanto na zona urbana.

b) Certamente haverá necessidade de ampliação e melhorias em todo o sistema de abastecimento de energia elétrica.

c) Para o sistema de iluminação pública, que é de responsabilidade da Prefeitura, é indispensável criar para os próximos anos uma equipe de atendimento de emergência, existindo no Setor Elétrico um carro de médio porte, com os equipamentos adequados para atender situações emergenciais, passando o restante do atendimento, tais como manutenção da iluminação pública em grande número, ampliações de luminárias e extensão de redes secundárias, para firmas particulares.

d) Com o depósito da arrecadação da taxa de iluminação pública, criar um estoque de materiais existentes no serviço, para efetuar os atendimentos de emergência.

e) No setor telefônico, é preciso que medidas de curto prazo sejam tomadas para melhor atendimento ao público, como ampliar o número de terminais a serem instalados e a um menor custo. Porque não a cobrança de um aluguel único ?

4.6 - A PESCA NO MUNICÍPIO DE CÁCERES

4.6.1 - Apresentação

O Município de Cáceres insere-se na grande Bacia Hidrográfica Paraguai-Paraná, mais especialmente na Bacia do Alto Rio Paraguai, contida na região sudoeste do Estado de Mato Grosso, formada pelos principais afluentes Sepotuba, Cabaçal, Jauru e o principal Rio Paraguai.

Cáceres oferece ao Brasil e ao mundo a maior diversidade de recursos faunísticos e florísticos, portanto, um dos maiores locais de pesca em água doce e turismo do mundo.

No Município, em passado recente se praticou a pesca científica, com fins de pesquisa, pela Universidade Federal do Mato Grosso e a Empresa Matogrossense de Pesquisa Agropecuária, cumprindo metas de programas financiados pelo antigo Polonoroeste.

De modo geral, se pratica a pesca amadora, a pesca desportiva, a pesca de subsistência e a pesca profissional. Esta última, por pescador profissional registrado pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, que exerce a atividade da pesca como seu único meio de vida.

4.6.2 - A Colônia Z2 dos Pescadores de Cáceres

A forma de organização dos pescadores profissionais de Cáceres, está na adesão do pescador junto à colônia, que funciona dentro dos princípios do associativismo.

A Colônia Z2 foi criada no início da década de 80 e funciona até hoje junto ao prédio beira-rio do IBAMA, com sede e mercado. Seu funcionamento deixa a desejar, haja vista, as últimas denúncias de desvio financeiro, que foi apurado pela última diretoria.

Hoje a colônia conta com 300 associados pescadores profissionais que comercializam em torno de 1500 kg por mês. Esse total de peixe comercializado representa em torno de 30% do total dos peixes pescados pelos associados. A informação é de que o restante dos pescadores profissionais preferem vender seu pescado fora da colônia. Conclui-se, portanto, a forma desorganizada de trabalho junto à Colônia Z2.

4.6.3 - A Pesca Predatória

As denúncias que chegam aos órgãos competentes de fiscalização estão diretamente relacionadas a pesca predatória praticada pelos pescadores profissionais do local e os "*Pescadores Turistas*". Esta prática consiste em pesca com rede, tarrafas ou armadilhas em locais proibidos, como a estação ecológica de Taiamã, nas bocas das baías, entre outros.

Anualmente os órgãos afins de fiscalização são convidados a participar da queima dos apetrechos proibidos junto à Polícia Florestal. Pela quantidade do material apreendido, tem-se uma idéia da predação que hoje existe.

4.6.4 - Considerações Finais

Quem acompanha o setor de pesca no Município de Cáceres conhece bem a degradação da Bacia Hidrográfica do Alto Rio Paraguai. As denúncias são inúmeras, mas as ações ainda são modestas e dispersas.

O Estado de Mato Grosso, através da Secretaria de Meio Ambiente elaborou o Decreto nº 46, em fevereiro de 1995, definindo medidas de proteção à ictiofauna.

O "*Anexo 3*" mostra a minuta de Lei de autoria da FEMA, que hoje tramita na Assembléia Legislativa para aprovação, que também visa a proteção da ictiofauna, define as categorias de pesca, registro / cadastro dos pescadores, regula o transporte do pescado, entre outros.

Em 1994 e início de 1995, inúmeros trabalhos de fiscalização e educação ambiental foram executados pela Polícia Florestal, IBAMA, INDEA, AARPA, Prefeitura Municipal, FEMA e outros.

Torna-se necessário mobilizar toda Sociedade Cacerense dentro de um programa maior de preservação, como forma de garantir as gerações futuras.



DESENVOLVIMENTO URBANO

V - DESENVOLVIMENTO URBANO

5.1 - MUNICIPALIZAÇÃO E O PROJETO DE TRÂNSITO DE CÁCERES

5.1.1 - A Questão da Municipalização:

O Instituto Brasileiro de Administração Municipal - IBAM promoveu o Seminário Nacional sobre a municipalização do trânsito, onde o Diretor Geral do DENATRAN, em seu pronunciamento, abordou o enfoque dos órgãos Federais sobre a municipalização do trânsito.

Segundo o Diretor Geral, a Legislação Brasileira de Trânsito é boa, requerendo alguns reparos e, mais ainda, requer o seu maior cumprimento por parte das autoridades e de seus usuários. O Governo Federal atualmente está procedendo a revisão do Código Nacional de Trânsito, visando sanar insuficiências e promover a descentralização administrativa.

Nas exposições seguintes, envolvendo órgãos Estaduais de Trânsito, perguntou-se:

I - Qual seria o interesse maior em municipalizar o trânsito?

II - Será que os municípios têm estrutura administrativa e financeira para gerenciar o trânsito?

Em resposta a primeira pergunta: grande parte diria sim, pois, aumenta a arrecadação da taxa; multas; resgata a competência do Município por mais um serviço; melhora a proposta de serviços junto ao trânsito de sua cidade. A segunda resposta seria negativa, pois, pouquíssimos Municípios possuem estrutura para gerenciar seu trânsito.

De modo geral, os modelos anteriores estão sendo repensados e existe uma tendência forte em efetivar uma política de municipalização do trânsito. O Código Nacional de Trânsito prevê que os Municípios, mediante convênios, poderão deferir aos respectivos Estados a execução total ou parcial de suas atribuições relativas ao trânsito.

5.1.2 - O Projeto de Trânsito em Cáceres:

A autoridade Municipal, quer queira ou não, cada vez mais é chamada a participar da busca de soluções, até mesmo quando a competência da matéria não lhe pertence, e sim ao Governo Estadual e/ou Federal. Torna-se necessária a transferência das atribuições do trânsito ao Município de Cáceres, pois ainda hoje estão centralizadas.

A atual administração Municipal, através da Secretaria de Obras, iniciou em 1994, o Projeto de Sinalização Urbana em conjunto com o DETRAN-MT. Não existe convênio e sim interesse das duas instituições em melhorar o trânsito da cidade de Cáceres.

Inicialmente, foi feito mapeamento urbano do centro da cidade de Cáceres com estudos dos fluxos das ruas e avenidas; número de carros, número de habitantes, entre outros. Posteriormente houve o enquadramento das melhorias no mapa de estudo.

A consequência do projeto proposto pode ser notada em início de 1994, quando foram implantados redutores de velocidade; semáforos em cruzamentos perigosos; guias; placas indicativas; placas de sinalização vertical.

O Projeto está sendo desenvolvido com recursos próprios e recursos de transferência do IPVA; a previsão de seu término é dezembro de 1996.

Sem dúvida alguma, a municipalização do trânsito é necessária para o município de Cáceres e a Administração Municipal se diz preparada, necessitando apenas de alguns ajustes.

5.2 - PARCELAMENTO DO SOLO: A QUESTÃO MUNICIPAL

5.2.1 - Histórico

O primeiro título de propriedade de terra, arquivado, data do ano 1876, e era denominado de Título Definitivo de Aforamento. Esses títulos foram expedidos até 1923. A partir de 1925 passaram a ser expedidos Títulos Provisórios e preenchidas as formalidades legais, expedia-se os Títulos Definitivos.

Em 1975, iniciou-se Levantamento Fundiário e Cadastral da Área Suburbana Municipal. Foram levantadas e plotadas todas as divisas das propriedades que estavam cercadas. Com o levantamento documental, foi possível identificar todas as áreas de propriedade da Prefeitura.

Em cima do mapa plotado foram projetadas novas ruas e retificadas as existentes. Foram feitos loteamentos em quase todas as áreas suburbanas, incluindo-se as áreas tituladas e as de propriedade Municipal. Para as propriedades particulares, foram projetados lotes com área correspondente à escritura ou título.

Para as áreas particulares que possuíam excesso e estavam beneficiadas, era dada ao ocupante a preferência de compra dos lotes que estavam localizadas as benfeitorias.

Em 1978, foi reaberto o Setor de Terras para venda das terras públicas loteadas. Aos lotes que possuíam benfeitorias, foi dada a preferência de compra aos seus benfeitores; os demais lotes foram vendidos às pessoas que se interessaram. As vendas foram feitas da mesma forma que eram realizadas anteriormente, ou seja, expedia-se o Título Provisório de Propriedade, exigindo-se somente que o interessado apresentasse o recibo de pagamento do lote. Após o beneficiamento do lote, constatado pelos fiscais da Prefeitura, podia-se requerer o Título Definitivo de Propriedade. As benfeitorias necessárias eram cercamento da área e plantação de algumas fruteiras. Aceitava-se como parte da benfeitoria a presença nativa de uma ou mais bocaiuveiras.

Na época das vendas não houve preocupação da Prefeitura em preservar algumas áreas para futuras implantações de equipamentos públicos. Hoje, quando necessário, as áreas são desapropriadas.

5.2.2 - Diagnóstico

a) Cadastramento

Quando, a partir de 1978, foi feito cadastro fundiário e documental de quase toda área suburbana, o Setor de Cadastro da Prefeitura não estava estruturado para lançar e atualizar todas as alterações que ocorreram, tais como: edificações e parcelamento do solo, isto porque a fiscalização era e continua sendo deficiente, não conseguindo localizar as edificações e parcelamento de solo ocorridos nessas áreas.

b) Averbação

Não existe nenhum instrumento legal que obrigue o comprador de um imóvel urbano a averbar na Prefeitura sua escritura de compra e venda. Se a averbação não for feita, o imóvel continuará cadastrado em nome do vendedor e consequentemente o IPTU continuará a ser lançado em nome do antigo proprietário do imóvel. Na maioria das outras cidades isso não ocorre pois a averbação é feita pelos próprios Cartórios junto às Prefeituras Municipais.

c) Loteamento

Quando o projeto de loteamento é dado entrada no Setor de Terras para ser analisado e aprovado, verifica-se que ocorrem várias irregularidades que não permitiriam a aprovação do loteamento, tais como, irregularidade da documentação de propriedade da área loteada, projetos mau elaborados, resultando em lotes com configurações que torna-se difícil o enquadramento do projeto arquitetônico, ruas que deveriam ser prolongamento de outra existente e não ocorre porque não foi feito a amarração topográfica das ruas adjacentes a área a ser loteada, para a elaboração do projeto.

Enfim, quando o projeto do loteamento é apresentado ao Setor de Terras para ser analisado, o loteamento já está pronto, todo piqueteado e com grande parte dos lotes vendidos.

A não aprovação do projeto resulta em despesas muito grande para refazer todo loteamento e um problema social para os compradores dos lotes vendidos.

d) Alinhamento das Edificações

Comumente, ocorre construções de edifícios e muros fora do alinhamento da rua. Na aprovação dos projetos de todas as construções, deveria-se exigir que acompanhasse o projeto o pedido de fornecimento do alinhamento da rua, que seria fornecido pelo Setor de Terras.

e) Topografia

A Divisão de Topografia é muito carente. Não possui uma equipe capacitada. Os ajudantes, cedidos por outros setores, não são treinados para desempenhar as funções. Os topógrafos, talvez devido ao baixo salário, dedicam-se mais aos serviços extra-Prefeitura.

5.2.3 - Diretrizes Gerais

- 01) Atualização do cadastro fundiário;
- 02) Montar uma equipe de topografia capacitada;
- 03) Comprar um teodolito e um nível de precisão;
- 04) Ter uma viatura à disposição para transporte da equipe;
- 05) Informatização do Setor de Terras (arquivo).

5.3 - SERVIÇOS PÚBLICOS: A Coleta de Lixo, Limpeza Pública e a Usina de Reciclagem e Compostagem do Lixo de Cáceres

5.3.1 - Histórico

A coleta de lixo iniciou-se na cidade de Cáceres em 1950, com carro de tração animal, estendendo até o ano de 1967. Nesse ano, a Prefeitura alugou um caminhão de carroceria, obtendo uma melhoria considerável. Em 1970, foi adquirido um caminhão baú para a coleta de lixo domiciliar.

No período de 1980 a 1984 a Prefeitura Municipal de Cáceres executava serviços, em apenas 18 Km de ruas, com um quadro funcional médio de 36 (trinta e seis) varredores, atendendo somente 25% das necessidades.

Em 1985 houve uma ampliação no número de funcionários, que passou a 70 e todas as ruas pavimentadas do Município passaram a ser atendidas integralmente.

De 1989 a 1992 ocorreu uma redução, voltando para 36 funcionários no setor de varrição. Consequentemente reduzindo a limpeza de ruas para 18 Km, como no período já mencionado anteriormente.

Com a Lei nº 1.197 de 04/05/93, ocorreu nova reestruturação do organograma da Prefeitura, sendo criada a Divisão de Serviços Públicos. Os serviços de limpeza de ruas voltaram ao normal e com o mesmo número de funcionários citados anteriormente. Atualmente este tipo de serviço está terciarizado (mão-de-obra). Espera-se que todo segmento seja terciarizado e voltado a Prefeitura apenas a parte de fiscalização.

5.3.2 - Diagnóstico

A coleta de lixo, na cidade de Cáceres, melhorou significativamente com a descentralização das atividades, ou seja, com a terceirização da mão-de-obra. Consequência foi o aumento do rendimento da varrição em metro quadrado, assiduidade ao serviço, entre outros.

Não existe, por parte do setor público ou privado, receptores de lixo que visem facilitar a limpeza pública.

Não existe ainda uma divulgação suficiente da Usina de Reciclagem e Compostagem do Lixo, junto à população.

5.3.3 - Situação Atual

Atualmente, a Divisão de Serviços Públicos, com a finalidade de mudar a situação em que se encontrava a limpeza das ruas do Município, está empenhada em um trabalho árduo, onde são realizados mutirões de limpeza, com maquinários pesados para retirada de entulhos e lixos, que são depositados em terrenos baldios.

Apesar de ter melhorado consideravelmente os serviços de coleta de lixo como o de varrição, a Divisão de Serviços Públicos ainda enfrenta algumas dificuldades para desenvolver melhor suas metas.

Em função das dificuldades financeiras da Prefeitura Municipal, as obras de complementação da 1ª etapa da Usina de Reciclagem sofrerão ainda um pequeno atraso, uma vez que o Projeto é da fonte recursos próprios.

Os trabalhadores da Prefeitura, nessa área, necessitam cursos para melhorar a qualidade dos serviços prestados.

5.3.4 - Diretrizes Gerais

- * Reformulação do Código de Posturas do Município;
- * Conscientizar a população sobre a importância da coleta seletiva e voluntária;
- * Implantar a coleta diferenciada do lixo hospitalar;

* Distribuir receptores de lixo pelas ruas da cidade, a fim de facilitar a participação e cooperação da população referente à limpeza pública;

* Dar continuidade ao Projeto *Educação Ambiental* com a finalidade de esclarecer à população sobre as consequências danosas causadas pelo lixo ao Meio Ambiente e à saúde pública;

* Extinguir a formação de lixões;

* Adequar em condições de higiene a feira-livre do Município;

* Implantação e funcionamento da usina de lixo;

* Qualificação e aperfeiçoamento de recursos humanos para funcionamento da usina de lixo e demais segmentos.

5.3.5 - USINA DE RECICLAGEM E COMPOSTAGEM DE LIXO DE CÁCERES - MT

5.3.5.1 - Implantação

O projeto de implantação da Usina de Reciclagem de Lixo está sendo feito em parceria com os seguintes órgãos: Prefeitura Municipal de Cáceres, Universidade Estadual de Mato Grosso e Fundação Nacional de Saúde, onde cada órgão está colaborando da seguinte forma:

- Prefeitura Municipal de Cáceres: Mão-de-obra, local e recursos financeiros;
- Universidade Estadual de Mato Grosso: Educação Ambiental e divulgação do projeto;
- Fundação Nacional de Saúde: Assessoramento técnico e subsídios técnicos para construção e funcionamento da Usina.

5.3.5.2 - O que é a Usina de Reciclagem e Compostagem de Lixo de Cáceres

É uma usina de separação de materiais recicláveis e compostagem do lixo urbano.

5.3.5.3 - Como funciona

Todo o lixo residencial produzido é levado até a usina e separado manualmente através da mesa de separação. O material reciclável, Ex. latas, vidros, papel, alumínio, etc. é separado e comercializado com as indústrias de reaproveitamento, o material orgânico será todo levado para as leiras de compostagem para o tratamento e em 90 dias já servirá como adubo de primeira qualidade.

5.3.5.4 - Metas

A meta principal da implantação da Usina de Reciclagem e Compostagem de Lixo Municipal é de evitar em todos os aspectos a poluição, conservando a flora e a fauna da região, melhorar a qualidade de vida de toda a população, evitando a propagação de doenças e as consequências da má destinação final do lixo, bem como atender todos os pequenos produtores da região com adubos.

5.3.5.5 - A quem esta Usina irá beneficiar

A destinação final dos resíduos sólidos contribui de maneira decisiva na qualidade de vida de uma comunidade. Convém ressaltar que os resíduos sólidos, podem provocar agravos à saúde das pessoas, como também ao meio ambiente no seu próprio local de geração e no destino final, sendo assim, toda a população será beneficiada com este sistema que dará um destino final para o lixo, vamos gerar empregos tirando aqueles catadores de lixo que perigosamente sobrevivem aproveitando sobras no lixão e levá-los a um trabalho seguro e digno na usina, solucionando assim um grave problema social. Eliminará um problema de estética e evitará que o lixo seja jogado sem o trato, poluindo o meio ambiente e causando sérios prejuízos à saúde pública.



DESENVOLVIMENTO SOCIAL

VI - DESENVOLVIMENTO SOCIAL

6.1 - A SAÚDE NO MUNICÍPIO DE CÁCERES

6.1.1 - Histórico

A Secretaria de Saúde foi criada pela Lei nº 1.067 de 19 de setembro de 1989, com a finalidade de defender e proteger a saúde da população, no território municipal, mediante adoção e execução de programas específicos de atendimento de Pronto Socorro, de Assistência Médica-Odontológica, de Orientação a Escolar, de Fiscalização, de Saneamento, de Sanitarismo, de Divulgação e de outros de interesse público, que visem à prevenção da saúde.

A Municipalização da Saúde mostra favoráveis condições de êxito por parte do Município na condução de ações de saúde, onde a Secretaria Municipal de Saúde conta agora com o Conselho Municipal de Saúde, criado através da Lei nº 1209 de 13/07/1993, em caráter permanente como órgão deliberativo do Sistema Único de Saúde - SUS, no âmbito municipal.

A Lei nº 1.203 de 29 de junho de 1993 institui o Fundo Municipal de Saúde, que tem por objetivo criar condições financeiras e gerenciar os recursos destinados ao desenvolvimento das ações de saúde, onde são executadas ou coordenadas pela própria Secretaria de Saúde.

Com os inúmeros investimentos e as devidas prioridades dada pela atual administração na área de Saúde, o Município tem conseguido atender a demanda de pacientes que procuram atendimento tanto da Zona Rural como a Urbana, o que pode ser claramente observado nas estatísticas de atendimento dos Postos de Saúde e do Pronto Socorro. Indubitavelmente faltam maiores investimentos do setor público federal para suprir o atendimento médico municipal e para uma remuneração mais condigna ao profissional da área.

6.1.2 - Diagnóstico

A reconstrução da Saúde Pública Municipal. é uma das prioridades da atual Administração, onde o objetivo consiste na implantação de um modelo de atendimento capaz de otimizar os níveis de saúde da população, pela eficácia na prestação de serviços e pela correta aplicação dos recursos.

Entretanto, para que ocorra a melhora de condições de vida e o bem estar social da população, faz-se necessário a ação integrada dos três níveis do Governo Federal, Estadual e Municipal, no sentido de estabelecer programas básicos para atendimento da comunidade Municipal.

Com relação às doenças endêmicas e epidêmicas, que ocorrem em função da falta de infra-estrutura no que tange ao saneamento básico, considera-se o seguinte para o município:

- Área de fronteira com a Bolívia, e em grande parte pantanal, o que dificulta as ações e o controle de doenças como por exemplo: a cólera, a hepatite e outros;

- Polo Regional de 16 municípios com defasada rede hospitalar com um número de leitos que não comporta toda a demanda;

- 30% da população do município reside na zona rural;

- Somos importante elo de ligação entre o norte e o sul do país onde recebemos toda demanda de pessoas carentes, que não só nos procuram pela sua transição entre essas regiões, como também através de emprego e moradia.

Para que possamos resolver os problemas ligados à saúde, serão necessárias a ampliação da rede física e implementação de modernos equipamentos, como também mudanças do comportamento de cada cidadão, com relação à saúde e do seu semelhante, bem como treinamento dos agentes de saúde do município.

6.1.3 - Situação Atual

O Sistema Municipal de Saúde de Cáceres, atualmente é composto por uma rede de serviços públicos, filantrópicos e privados, que desenvolvem ações da natureza preventiva, curativa e reabilitadora.

Quanto à estrutura e organização, a rede está organizada de forma tal que o setor público é proprietário e gerente executor dos serviços de nível primário, secundário e de urgência.

Uma equipe técnica multi-setorial e multi-disciplinar, por solicitação da atual administração da Secretaria Municipal de Saúde, reformulou a Lei Orgânica Municipal, nos seus artigos referentes à Saúde, os quais foram aprovados pelo Legislativo Municipal. Deu novo contexto ao Conselho Municipal de Saúde, que passa a exercer efetivo controle social, através dos Conselhos Zonais e Conselhos Locais de Saúde, com seus Regimentos Internos coerentes entre si e com a mudança da Lei Orgânica. Estruturou o Fundo Municipal de Saúde de acordo com a Lei Orgânica Federal da Saúde e dentro das prerrogativas da 9ª Conferência Nacional da Saúde, obtendo um percentual não inferior a 10% do orçamento municipal entre os seus ativos.

É meta da Secretaria Municipal de Saúde consolidar o Consórcio Intermunicipal de Saúde através da adesão dos municípios que compõem a região sudoeste do Mato Grosso, com objetivo de complementar a rede básica do SUS, pois o mesmo possui verba própria - 1% do FPM dos municípios associados.

A Comissão Intergestora Bipartite Regional é uma realidade, e a mesma visa propor, analisar e solucionar prioridades a nível regional, sendo um elo com a Comissão Intergestora Bipartite Estadual.

Apesar de ainda não exercida completamente na prática, a Lei Orgânica Municipal, na parte referente à saúde, detalha o perfil de uma Secretaria Municipal de Saúde moderna, com a complementaridade das ações do Secretário dentro da Lei e nos limites do SUS.

Além da Saúde a nível Municipal, localiza-se em Cáceres, o Polo Regional de Saúde, onde deveria desenvolver as atividades de coordenação, assessoria, supervisão, controle, avaliação, banco de dados, distribuição de medicamentos e materiais de consumo para os 16 Municípios regionais. Conta-se também com um distrito da Fundação Nacional de Saúde de caráter Federal, um Posto de Assistência Médica - IPEMAT a nível Estadual, um Centro Odontológico Regional Municipal e um Pronto Socorro Municipal e o Centro de Reabilitação.

Quanto à Rede Hospitalar, atualmente o Município dispõe de 03 (três) hospitais em funcionamento e um, em caráter regional, em construção, onde sua capacidade será de 100 leitos.

Hospital São Luiz - constitui-se de entidade beneficente, privada e também convênio com o SUS, se caracteriza como hospital de melhores recursos para atendimento da população. Apresenta serviços multidisciplinares e especializados, mas dispõe de infra-estrutura e equipamentos aquém do necessário para o atendimento global da população.

Quanto ao número de leitos, o Hospital São Luiz apresenta-se com 124 (cento e vinte e quatro) distribuídos da seguinte forma: clínica médica - 60, clínica cirúrgica - 23, obstetrícia - 11, pediatria - 25, CTI - 05, além dos serviços de RX, laboratório e tratamento dialítico. Apresenta atualmente uma média de 550 (quinhentas e cinquenta) internações ao mês pelo SUS.

Casa de Saúde Santa Lúcia - é uma entidade privada também com convênio pelo SUS, em implantação, caracteriza-se como hospital de referência para maternidade. Apresenta atualmente 57 leitos e tem procurado aumentar sua capacidade com pequenas ampliações. Em média a internação pelo SUS é de 190 pacientes / mês.

Hospital Bom Samaritano - entidade filantrópica com atendimento dirigido a doenças de pele, como o pênfigo e hanseníase. Possui atualmente 47 leitos. É o hospital referência do Estado de Mato Grosso, com cerca de 130 internações / mês.

Hospital Regional como citado anteriormente, em fase de construção, com capacidade para 100 leitos para se aprimorar mais o atendimento à população regional.

O Município conta atualmente com 42 médicos que desenvolvem atividades no setor privado. Com algumas exceções, os médicos com especialidade atendem sua clientela privada em consultório e internam quando necessário na rede pública.

A Secretaria Municipal de Saúde apresenta os seguintes dados estatísticos-período de 1993/94, conforme quadros: I, II, III e IV, onde são apresentados os trabalhadores da saúde no Município, o índice de vacinação; levantamento de atendimento dos Postos Médicos e Pronto Socorro e índice de mortalidade.

Quadro I - Número de Funcionários / Secretaria Municipal de Saúde
Período - 1993 / 1994

CARGOS	PERÍODO	1993	1994
Médicos		27	27
Bioquímicos / Farmacêuticos		03	03
Fisioterapeuta		03	05
Engenheiro Sanitarista		--	01
Enfermeiros		02	03
Auxiliar de Enfermagem		15	15
Auxiliar de Laboratório		03	03
Atendente de Enfermagem		44	44
Agente Saúde		06	06

Fonte: Divisão de Pessoal - Secretaria Municipal de Saúde.

Quadro II - Índice de Vacinação
Período - 1993 / 1994

TIPOS DE VACINA	1993	1994
SABIN	51,0%	68,7%
DPT	57,9%	75,1%
BCG	123,9%	99,6%
SARAMPO	64,7%	68,2%

Fonte: Boletim de Imunização da Secretaria Municipal de Saúde.

Obs: Sendo o Município de Cáceres pólo de referência, vem gestantes de outras regiões vizinhas para o parto, onde consequentemente as crianças voltam ao destino vacinadas. Nesse caso, o número de crianças ultrapassa o percentual em 23,9%

Quadro III - Levantamento de atendimento de Postos de Saúde e Pronto Socorro
Período - 1993 / 1994

PROCEDIMENTOS	1993	1994
Aplicação de Vacinas	45.052	68.148
Outros atendimentos básicos	81.892	249.708
Consultas Médicas simples	39.195	116.349
Consulta Médica / Terapia Médica	31.778	59.456
Consulta Médica com observação	10.833	38.031
Procedimentos Ortopedia Provisório	156	640
Procedimento em Tratamento Ortopédico	--	--
Procedimento Rev. Tratamento Ortopédico	--	--
Procedimento Odontológicos Individuais	26.892	114.352
Procedimento Odontológicos Coletivos	5.115	51.078
Fisioterapia	--	6.131
Pequena Cirurgia	--	4.960
Laboratório	--	28.779

Fonte: Boletim Produtividade Ambulatorial e Boletim Imunizações - Secret. Municipal de Saúde

Quadro IV - Levantamento de Índice Mortalidade Causa/Idade
Período - 1993 / 1994

TIPOS DOENÇAS	IDADE	PERÍODO / %	
		1993	1994
Doenças Inf. Parasitárias	01 a 04	9,1	--
	20 a 29	9,1	--
	40 a 49	9,1	--
	60 a 69	27,3	--
	70 a 79	45,4	100
Neoplasmas	05 a 09	--	25,0
	30 a 39	16,7	--
	40 a 49	11,1	50,0
	50 a 59	11,1	--
	60 a 69	27,8	--
	70 a 79	27,8	--
	80 a +	05,5	--
Doenças Glândulas Endoc. Nutric. Metab. e Transitório Imunitário	60 a 69	66,7	--
	80 a +	33,7	--
Doenças de sangue e Org. Hematopoéticos	-1 ano	--	50,0
	20 a 29	50,0	50,0
	60 a 69	50,0	--
Transtornos mentais	01 a 04	50,0	--
	80 a +	50,0	--
Doenças sistema nervoso e Org. Sentidos	01 a 04	20,0	--
	20 a 29	20,0	--
	30 a 39	20,0	--
	50 a 59	20,0	--
	70 a 79	20,0	--
	80 a +	100	--
Doenças do aparelho circulatório	-1 ano	1,4	--
	15 a 19	1,4	11,1
	20 a 29	4,1	--
	30 a 39	4,1	11,1
	40 a 49	11,0	--
	50 a 59	15,1	11,1
	60 a 69	21,9	22,3
	70 a 79	20,5	33,3
	80 a +	20,5	11,1

Doenças do aparelho respiratório	- 1 ano	7,7	--
	10 a 14	7,7	--
	50 a 59	30,8	50,0
	60 a 69	7,7	50,0
	70 a 79	38,5	--
	80 a +	7,7	--

...continuação:

Doenças do aparelho digestivo	15 a 19	9,1	--
	20 a 29	9,1	100
	50 a 59	9,1	--
	60 a 69	18,2	--
	70 a 79	36,4	--
	80 a +	18,2	--
Doenças do aparelho geniturinário	20 a 29	--	100
	50 a 59	25,0	--
	60 a 69	25,0	--
	70 a 79	25,0	--
	80 a +	--	--
Afecções originárias período perinatal	- 1 ano	100	100
Sintomas de sinais e afecções mal definidas	- 1 ano	--	9,5
	01 a 04	2,4	9,5
	05 a 09	1,2	9,5
	15 a 19	2,4	4,8
	20 a 29	3,6	4,8
	30 a 39	5,9	--
	40 a 49	8,3	14,3
	50 a 59	11,9	4,8
	60 a 69	19,1	9,5
	70 a 79	27,4	14,3
	80 a +	17,8	19,0
Causas externas	- 1 ano	5,0	--
	01 a 04	2,5	--
	05 a 09	2,5	--
	10 a 14	--	28,6
	15 a 19	7,5	14,3
	20 a 29	40,0	14,3
	30 a 39	15,0	42,8
	40 a 49	5,0	--

Fonte: Divisão de informações e estatísticas da Secretaria Municipal de Saúde

Pronto Socorro Municipal - implantado em 1987, é uma entidade mantida pela Prefeitura Municipal, sendo o referencial emergencial e

até mesmo ambulatorial. Atualmente apresenta-se em inadequadas instalações com estrutura física precária, pois não possui sala de cirurgia, RX, e laboratório.

Foi implantada no período de 1986 - 1988, também uma ampla rede de saúde com 10 (postos) na zona urbana e 10 postos na zona rural e uma unidade móvel para dar atendimento preventivo e curativo a toda a comunidade.

A Secretaria Municipal de Saúde de Cáceres possui 695 AIH's - Autorização de Internação Hospitalar por mês, sendo o número insuficiente, pois em se tratando de um município pólo de referência, atende uma população de aproximadamente 350.000 habitantes com um déficit, em média, de 200 AIH's mês.

No que diz respeito à educação em saúde, a medicina preventiva passou a ser um setor conjunto com a Divisão de Vigilância Sanitária. Atualmente a saúde vem desenvolvendo um Programa Integrado de Educação em Saúde Escolar - PIESE, onde tem surgido algumas iniciativas no sentido de se promover programas de saúde escolar visando atingir os problemas de saúde que permeiam entre os escolares. Em algumas cidades do país estão sendo desenvolvidos programas de atendimentos aos escolares, como em Paulínea, no Centro de Saúde Escola, em Botucatu pelo Departamento de Pediatria na Faculdade de Medicina - UNESP, ambos no interior do Estado de São Paulo. E em Cáceres desde 1991, inspirados na experiência paulista, baseando nas estruturas desses programas e adequando-os à realidade regional é que esta se realizando o PIESE com a utilização das estruturas existentes nas Secretarias Municipais de Saúde e de Educação e Cultura, na Gerência de Assuntos Pedagógicos, no Pólo Regional de Saúde e na Fundação Nacional de Saúde, integradas em um trabalho interinstitucional e multidisciplinar.

Dentre os objetivos do PIESE, destacam-se:

1 - Possibilitar ações integradas de saúde, visando abranger os escolares que frequentam as escolas municipais e estaduais de 1º e 2º graus;

2 - Acompanhar o crescimento e o desenvolvimento do escolar com exames médicos e biomédicos periódicos;

3 - Possibilitar em cada escola, conforme os seus recursos disponíveis, a formação de equipe de trabalho permanente em educação e saúde;

4 - Encaminhar todos os casos que necessitam de atendimento especializados para os serviços do SUS - Sistema Único de Saúde;

5 - Buscar a integração das Secretarias Municipais de Saúde, Educação e Cultura, da Gerência de Assuntos Pedagógicos da Secretaria de Estado da Educação, da Fundação Nacional de Saúde de Cáceres em todas as ações educativas, visando manter uma constante discussão sobre os problemas

educacionais detectados pela equipe multiprofissional formada por especialistas destas instituições;

6 - Buscar a integração entre os serviços de saúde prestados pelo Município e pelo Estado e outros serviços que venham direta ou indiretamente somar ao programa, para que seja mantido um equilíbrio no plano preventivo-curativo, durante os trabalhos da equipe multiprofissional com a clientela estudantil;

7 - Contribuir para a conscientização da comunidade em relação aos problemas de saúde das crianças em idade escolar e buscar as soluções dentro das redes de ensino e de saúde;

8 - Propiciar aos estudantes a partir da 5ª série um aprendizado em saúde que os capacite como agentes de saúde nas escolas, levando-os a formar em suas escolas grupos de trabalho pela saúde dos escolares e da comunidade onde sua escola se insere.

O PIESE é constituído de quatro projetos:

I - Atenção Médica

II - Saúde Bucal

III - Educação para a Saúde

IV - Atenção ao Aprendizado Escolar

6.1.4 - Prioridades para os próximos 2 anos

- Restauração da rede física dos ambulatorios nas áreas urbana e rural;

- Transferência da Secretaria Municipal de Saúde para o Centro Operacional de Cáceres, quando no prédio atual será utilizado em farmácia central e de manipulação;

- Criação do Ambulatório de acidentes do trabalho, com centro de reabilitação;

- Criação de 02 (dois) COR com módulo completo;

- Reforma e ampliação da capacidade física e de atendimento do Pronto Socorro Municipal;

- Reestruturação da Vigilância Sanitária onde executa as funções de fiscalização, orientação e controle de zoonoses;

- Aceleração e ampliação da rede de esgoto sanitário, com a finalidade de proporcionar melhoria nas condições de higiene e saúde da população;

- Construção de 700 sanitários (tipo kit) econômicos nos bairros e zona rural;

- Concretização das obras do Hospital Regional;

- Aquisição e distribuição de filtro para água potável;

- Ampliação da capacidade física ambulatorial, aquisição de novos equipamentos, capacitação e reciclagem para recursos humanos;

- Implantação programas de imunização - enfocando capacitação de pessoal, rede de frios e educação em saúde.

6.1.5 - Diretrizes Gerais

- Ampliação e reforma do Pronto Socorro Municipal;

- Implantação da Farmácia Central;

- Aquisição de equipamentos e materiais permanentes para o Ambulatório Central Multidisciplinar a ser construído no Bairro Cavallhada e Jardim Cidade Nova;

- Aquisição de equipamentos e materiais permanentes para os Postos de Saúde a serem construídos nos Bairros: Vila Real, Santo Antonio e Vitória-Régia;

- Aquisição de equipamentos e materiais permanentes para a farmácia industrial;

- Aquisição de 01 aparelho de Ultrassonografia para o Ambulatório Multidisciplinar do Bairro da Cavallhada;

- Aquisição de 02 (duas) viaturas Toyota para a Secretaria de Saúde;

- Aquisição de 01 (uma) ambulância totalmente equipada;

- Aquisição de 02 (duas) unidades móveis, médica e odontológica, para ampliação de atendimento na zona rural e periferia urbana, que não possui Posto de Saúde;

Metas a serem atingidas

- Informatização da Secretaria Municipal de Saúde, com terminais nos Ambulatórios e Pronto Socorro;

- Reciclagem de todos os funcionários lotados na Secretaria Municipal de Saúde;

- Proporcionar cursos aos funcionários para aperfeiçoá-los dentro da área de atuação;

- Proporcionar aos moradores mais distantes da zona rural, atendimento médico e odontológico;

- Proporcionar melhores condições físicas dos Postos de Saúde do Município, visando um melhor atendimento;

- Proporcionar melhor operacionalização dos serviços de atendimento médico odontológico, mediante a modernização de equipamento;

- Privilegiar atendimento à população de baixa renda do meio urbano e rural, em especial aqueles situados em áreas de risco e de epidemia do cólera, com ações de infra-estrutura sanitária que utilizem soluções simplificadas e adequadas as características locais;

- Implantar o processo de democratização e administração colegiada no setor de saúde;

- Incentivar os programas: CD-Crescimento e Desenvolvimento, IRA-Infecções Respiratórias, TRO-Tratamento de Reidratação Oral, Hanseníase, Vacinação e Tuberculose.

6.2 - EDUCAÇÃO: O CAMINHO AO DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL

6.2.1 - Histórico

A Secretaria de Educação foi criada através da Lei nº 386 de 06/12/71 sob o título, Secretaria de Educação Saúde e Assistência Social, transformando o Departamento de Serviços de Educação, Saúde e Assistência, na década de 60. Foi considerada o órgão de grande importância para a Educação Municipal, pois, juntamente com a Secretaria de Educação e Cultura do Estado, procurava modernizar e ampliar a rede escolar dentro do Município.

No período de 1970, Cáceres apresentava com 83 escolas municipais, das quais 07 funcionavam na zona urbana e as restantes nos distritos pertencentes ao município com um total de 7134 alunos matriculados e 170 professores, na maioria leigos, que recebiam orientações pedagógicas da Secretaria de Educação.

Em 28/01/81, através da Lei nº 852, a Secretaria de Educação Municipal passou a denominar-se Secretaria de Desenvolvimento Social e posteriormente, através da Lei nº 1116 de 16 de abril de 1991, onde foram integrados novos setores administrativos, foi denominada Secretaria de Educação e Cultura - SEC.

Por força da Lei nº 1197 de 04 de maio de 1993, que dispõe sobre nova Estrutura Organizacional da Prefeitura Municipal de Cáceres, a Secretaria de Educação e Cultura passou a ser denominada Secretaria Municipal de Educação e Cultura - SMEC.

6.2.2 - Diagnóstico

A educação no município de Cáceres, apesar de ter sofrido uma evolução significativa nos últimos anos, ainda apresenta diversas carências que persistem e progridem na base casual sobre as quais a ação educacional constitui em intervir com a finalidade de sanar essas dificuldades.

Dentre as carências que apontam no Município, as principais são:

- Baixo nível de qualificação do corpo docente;
- Baixo nível de escolarização da população;
- Baixo índice salarial dos professores;
- A não absorção de parcela da população escolar.

As carências identificadas revelam que o ensino fundamental deve continuar sendo prioritário em relação aos outros níveis de ensino, pelo fato de constituir a base sobre a qual outras formas de conhecimento se desenvolverão.

Outro fator preocupante ao Município é diminuir o índice de analfabetismo, através da implantação de medidas com a finalidade de assegurar com sucesso, o aluno na escola, onde conseqüentemente irá permitir ganhos progressivos no fluxo escolar, além do impacto sobre o acesso.

Quanto às medidas a nível de melhoria da qualidade do corpo docente, estão sendo tomadas decisões onde o Município está investindo em cursos de capacitação, treinamentos que permitirão obter impactos positivos sobre os níveis gerais de desempenho e rendimento dos Sistemas de Ensino.

6.2.3 - Situação Atual

6.2.3.1 - Escolas Municipais

O sistema municipal de ensino funciona com 122 escolas e 215 salas de aula, sendo a maioria na zona rural e somente 50% construídas em alvenaria. Possui cerca de 8.591 alunos do ensino fundamental e 85 do ensino médio com 311 professores, sendo 49 - 1º grau, 215 - 2º grau e 47 - 3º grau. O corpo docente é orientado por pedagogos da própria Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Quadro I - Número de Professores por Grau de escolaridade

ANO	1º GRAU	2º GRAU	3º GRAU
1990	78	130	38
1991	74	143	24
1992	45	157	23
1993	35	190	19
1994	49	215	47

Fonte: Secretaria Municipal de Educação e Cultura

Quadro II - Números de alunos matriculados - Nível 1º e 2º Grau

ANO	1º GRAU	2º GRAU
1990	7.214	-----
1991	7.101	-----
1992	7.290	-----
1993	8.694	-----
1994	8.591	85

Fonte: Secretaria Municipal de Educação e Cultura

Quadro III - Número de Escolas e Salas de Aula - Municipais
Erro! Argumento de opção desconhecido.

ANO	1º GRAU	2º GRAU
1990	121	172
1991	126	169
1992	121	182
1993	122	182
1994	122	215

Fonte: Secretaria Municipal de Educação e Cultura

Quanto ao número de alfabetizados conforme consta no quadro IV, a Secretaria de Educação firmou um convênio em parceria com o SESI - Serviço Social de Indústria com a finalidade de incentivar a população não alfabetizada ao ingresso do Ensino Supletivo. Hoje, o município consta aproximadamente com um número de 30% a 35% de pessoas não alfabetizadas.

Quadro IV - Levantamento de Números de Alfabetizados

ANO	1ª a 4ª SÉRIES
1990	5.988
1991	6.082
1992	5.880
1993	5.819
1994	5.732

Fonte: **Erro! Argumento de opção desconhecido.**

Com a finalidade de adequar a alimentação escolar às necessidades nutricionais dos estudantes, conforme as respectivas faixas etárias, foi reativada a distribuição da merenda escolar junto à FAE - Fundação de Alimentação Escolar, e em novembro de 1993, ocorreu a Municipalização da Merenda Escolar.

O Município tem atendido cerca de 122 Escolas Municipais através de um programa diário, sendo que no ano de 1994, distribuiu cerca de 200 (duzentas) toneladas de alimentos, onde cada refeição representando 15% (quinze por cento) das necessidades diárias da criança, e cada uma delas contendo no mínimo 9 gramas de proteínas e 350 calorias, conforme consta o quadro V.

Quadro V - Número de Escolas Municipais atendidas com Merenda Escolar e como são atendidos

Erro! A origem da referência não foi encontrada. Erro! Argumento de opção desconhecido.

Em 02 de janeiro de 1995 o Governo Estadual municipalizou a Superintendência de Ensino de Cáceres, passando a ser supervisionada pelo gerente de assuntos pedagógicos. Por um período de 6 (seis) meses, a Secretaria Municipal de Educação e Cultura deverá reestruturar todas as escolas com a devida equipe técnica; nas escolas tal medida se fez com a finalidade de obter um Processo de Sistema Único de Ensino.

6.2.3.2 - Escolas Estaduais

Dentre as Escolas Estaduais mais antigas, podemos destacar o grupo Escolar Esperidião Marques que foi fundada em 1912, onde funciona até a presente data na Praça Duque de Caxias, e a Escola Estadual Onze de Março, que foi fundada na década de 40, como Instituto Onze de Março, posteriormente Ginásio e hoje Escola Estadual.

Em seguida, são apresentados nos Quadros VI e VII, o número de alunos matriculados a nível de 1º e 2º graus, das Escolas Estaduais e o número de professores, por grau de escolaridade da rede Estadual, período de 90/94. Observa-se um decréscimo dos matriculados no 1º grau e uma "certa estabilização" no 2º grau, bem como uma melhoria do grau de escolaridade dos professores da rede Estadual de ensino.

**Quadro VI - Número de alunos matriculados a nível de 1º e 2º Graus
das Escolas Estaduais
Período de 1990 a 1994**

Erro! Argumento de opção desconhecido. Erro! Argumento de opção desconhecido.

**Quadro VII - Número de Professores por Grau de Escolaridade da rede
Estadual de Ensino
Período de 1990 a 1994**

2º GRAU					LICENCIATURA CURTA					LICENCIATURA PLENA				
1990	1991	1992	1993	1994	1990	1991	1992	1993	1994	1990	1991	1992	1993	1994
198	183	156	178	148	58	58	18	61	112	381	341	379	422	442

Fonte: Superintendência Regional de Educação de Cáceres - SR-05

6.2.3.3 - Escola Federal

A Escola Agrotécnica Federal foi instalada e autorizada a funcionar através da Portaria Ministerial nº 217 de 17/03/80. O início de suas atividades escolares deu-se em agosto de 1980. A Escola tem por objetivo proporcionar a formação de técnicos em Agropecuária a nível de 2º Grau, em

todos estes anos de trabalhos voltados para a educação agrícola, formaram 740 técnicos.

Conta atualmente com 342 alunos e com uma equipe especializada de 33 professores.

A Escola, além do período normal de aula, mantém convênios de parceria com órgãos, empresas relacionadas à agropecuária, promovendo cursos para seus alunos e também abertos a comunidade.

6.2.3.4 - Escolas Particulares

Dentre as Escolas Particulares do Município, destacam-se o Colégio Imaculada Conceição, fundada em 1906, administrada pelas Irmãs Azuis da Sociedade Educadora Beneficente Providência Azul, com sede na França. Atualmente, conta com 491 alunos de I a VIII, 2º Grau - 142 - Pré Escolar - 94 e 42 Professores.

Colégio Instituto Santa Maria - fundado em 12/01/58, número de alunos atualmente aproximadamente 558 alunos e 21 Professores, variando do Pré a 8ª série.

Escola de 1º e 2º Graus Alto Pantanal - Atualmente encontra-se com 86 alunos, sendo 28 alunos em nível de 1º Grau e 58 alunos a nível de 2º Grau e 15 Professores.

Centro Cacerense de Educação - CCE atende uma clientela do maternal com crianças a partir de 1 ano e 9 meses, Pré-Escolar - alfabetização 1ª, 2ª, 3ª e 4ª séries, contendo em 1994, 350 alunos 46 Professores.

Escola Adventista de 1º Grau contém uma clientela com 210 alunos.

Erro! A origem da referência não foi encontrada.

Quadro IX - Número de Professores por grau de Escolaridade da Rede Particular de Ensino Período de 1990 a 1994

Erro! A origem da referência não foi encontrada. Erro! Argumento de opção desconhecido.

6.2.3.5 - Escola Nível Superior

A Universidade do Estado de Mato Grosso - UNEMAT, é decorrente de alterações sucessivas a partir da criação do Instituto de Ensino Superior de Cáceres - IESC, em 20/07/78, pela Lei Municipal nº 703, estadualizada pela Lei nº 4960 de 19/12/85, denominando-se Fundação de Ensino Superior de Cáceres - FCESC, conforme Lei nº 5495 de 17/07/89, Fundação de Ensino de Mato Grosso - FESMAT, de acordo com a Lei Complementar Estadual nº 13 de 16/01/92 e nos termos do Decreto Federal nº 89.719 de 30/05/74 e, finalmente, Universidade do Estado de Mato Grosso - UNEMAT, conforme Lei Complementar de 15/12/93.

A Universidade do Estado de Mato Grosso é uma Instituição de Ensino Superior, que desde 1978, vem atendendo à comunidade da região Sudoeste do Estado de Mato Grosso, no que se refere à qualificação de recursos humanos para atuar no sistema de ensino do 1º, 2º e 3º graus: a partir de 1980/2, passa a oferecer ao sistema educacional, profissionais habilitados na área de Estudos Sociais (Portaria MEC nº 727, de 20/12/89) e Ciências (Portaria nº 466, de 22/03/91) ambos na modalidade de Licenciatura de 1º grau; e em Letras, Licenciatura Plena Portaria MEC nº 276 de 25/04/88. Posteriormente, foram, criados e autorizados os seguintes cursos (parecer nº 036/89, de 22/08/89 CEE) o Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia autorizado pelo Parecer nº 037.91 de 19.02.91 do CEE., Curso de Licenciatura Plena em História Decreto de 11/09/92 do Presidente da República. Parecer nº 029/91 de 19/02/91 do CEE, Curso de Licenciatura Plena em Geografia Decreto de 24/08/92 do Presidente da República. Parecer nº 038/91 de 19/02/91 do CEE, Curso de Licenciatura Plena em Ciências Biológicas Decreto de 24/08/92 do Presidente da República.

Atendendo aos reclamos da sociedade local e regionalizada e à recomendação do Conselho Federal de Educação, eliminou-se progressivamente a Licenciatura de Curta Duração, em Estudos Sociais pela oferta de Licenciatura Plena em Geografia e História. Da mesma forma, procedeu-se a extinção da Licenciatura de Curta duração em Ciências com funcionamento dos Cursos de Licenciatura Plena Matemática e Ciências Biológicas.

A criação das Licenciaturas Plenas em História, Geografia, Matemática e Ciências Biológicas, constituiu-se num grande divisor de água, atendendo as expectativas e necessidades da clientela; de fixar o homem na região, reduzir parcialmente a corrida aos cursos de formação superior vagos e contribuir para o fortalecimento da identidade cultural própria da instituição e da sociedade.

Considerando que, desde o primeiro momento, a atual administração da Fundação Centro de Ensino Superior de Cáceres - Mato Grosso

- FCESC se propôs a enfrentar os desafios impostos pela região geo-educacional no que concerne à luta pela construção de uma sociedade nova e aos anseios de receber ali o ensino de terceiro grau;

Considerando a exigência de respostas inadiáveis no sentido da superação da profunda contradição entre o avanço da tecnologia, da ciência, das artes, da produção de riquezas, patrimônio comum da humanidade e o agravamento de recursos humanos qualificados para o atendimento de boa qualidade do ensino de 1º e 2º graus;

Considerando que o Estado de Mato Grosso tem sido palco do processo de avanço das lutas, de questionamento à transição social da região Centro-Oeste e na busca de novos caminhos para sua expansão político-sócio-cultural, mister se faz buscar as respectivas respostas, as quais estão prontas e acabadas, mas que podem emergir na medida em que sejam postas em discussão, a pesquisa venha fluir, seja do ponto de vista do acesso das populações, ou dos métodos de trabalho;

Considerando que, ao compreender os limites da FCESC para solucionar os problemas enfrentados pela população da região educacional para se habilitar a nível de 3º grau, dimensiona-se sua capacidade para, nesse momento, contribuir na criação de espaços que possibilitem à clientela das regiões matogrossenses o acesso ao saber científico, elevando o seu nível de consciência, organização e mobilização na luta pela transformação da sociedade;

Verifica-se nas regiões matogrossenses que a FCESC propõe-se mais uma vez a desafiar impossibilidade de lançar as base de um projeto inovador. A expansão de ensino de terceiro grau na região matogrossense, fomenta-se as transformações sociais.

No Decreto de criação da UNEMAT, criou-se concomitantemente os curso de Engenharia Ambiental e Agronomia a serem oferecidos na sede em Cáceres.

Com a criação da Universidade, constitui-se a estrutura organizacional da FUNEMAT de acordo com a Lei Complementar nº 30 de 12/93, instalado os Conselhos Curador, Conselho Universitário (CONSUNI), Conselho de Ensino, pesquisa e Extensão (CONEPE) e o Conselho Didático Científico (CODIC), órgãos com função de nortear as ações da Universidade.

Apesar de curto período de existência, desde a sua criação, a UNEMAT tem procurado desenvolver projetos de pesquisa e extensão, nas áreas científicas, tecnológica e artística, através da realização de projetos no contexto das regiões geo-educacionais do Estado.

Atualmente a Universidade nas suas linhas de ação, priorizando o campo de educação (oferecimento de Licenciaturas) e ambiente, abrangendo três grandes ecossistemas: Pantanal, Floresta Amazônica e Cerrado), vem estabelecendo programa de qualificação docente interna e externa, mediante realização de cursos de Pós-Graduação e de Extensão.

A Universidade consta de um quadro docente composto por 290 professores, um quadro administrativo de 149 funcionários, atendendo a um total de 2.302 alunos matriculados nos cursos regulares e parcelados.

A partir deste ano, pretende-se definir novas diretrizes para o ensino, pesquisa e extensão, alicerçados pelas discussões de propostas já em andamento e aprovadas pelo Congresso Universitário interno previsto para outubro de 1995.

Quanto aos cursos existentes e criados pela Universidade e em expansão para os próximos cinco anos consta quadro X.

X - Cursos existentes ou propostos - UNEMAT

Cursos Existentes

CURSOS	ÁREA DE CONHECIMENTO	CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO ATUAL	PREVISÃO	DURAÇÃO DE IMPLANTAÇÃO
Letras	Letras	Licenciatura	Existente	—	04 anos
Pedagogia	Humanas	Licenciatura	Existente	—	04 anos
História	Humanas	Licenciatura	Existente	—	04 anos
Geografia	Humanas	Licenciatura	Existente	—	04 anos
Matemática	Exatas	Licenciatura	Existente	—	04 anos
C. Biológicas	Naturais	Licenciatura	Existente	—	04 anos

Cursos Criados com a Universidade Erro! Argumento de opção desconhecido.

Previsão de Expansão para os próximos 05 anos

Erro! Argumento de opção desconhecido. Fonte: Universidade do Estado de Mato Grosso - UNEMAT

6.2.3.6 - Cursos de Idiomas

O Município possui dois cursos de Língua , o FISK - onde ministra cursos de Inglês, Francês e Espanhol, atendendo atualmente 30 alunos, e com 02 Professores; e o CCAA - onde atende cerca de 30 alunos com 02 Professores.

6.2.4 - Prioridades nos últimos 2 anos

Maximização do papel da Escola junto à Comunidade no sentido de transformá-la no centro democrático de produção do conhecimento, garantindo uma Educação plena e integral na formação de um indivíduo consciente do exercício da cidadania;

Reestruturação do Organograma, ampliando sua estrutura e conseqüentemente seu quadro técnico, permitindo a atuação de Psicólogos, Nutricionistas, Fonoaudiólogos, Assistentes Sociais e outros profissionais de áreas afins;

Melhoria de qualidade do ensino e prestação de serviços através da capacitação de corpo técnico e demais servidores da SMEC;

Encontros pedagógicos regulares (mensais) com todas as Escolas da Rede Municipal de Ensino;

Convênio com a SEE/MT para funcionamento das Escolas de V a VIII e Ensino Médio, na Rede Municipal de Ensino;

Convênio com a Escola Agrotécnica Federal para utilização da Biblioteca pelos alunos da Rede Municipal;

Convênio com a FAE sobre a saúde do educando, para aquisição de materiais preventivos (creme dental, escovas, óculos e flúor);

Convênio com o SESI para proporcionar um melhor atendimento na educação de jovens e adultos, inclusive oferecendo-lhes atendimento médico e dentário;

Convênio para aquisição de 04 (quatro) cursos de capacitação para professores sendo: Interdisciplinares, Alfabetização, Educação de Jovens e Adultos e Pré-Escolar, todos na teoria do construtivismo;

Convênio com a SEE/UFMT/UNEMAT e a Prefeitura Municipal, para execução de projetos de ensino, pesquisa, extensão e outros serviços correlatos, visando a melhoria da qualidade de ensino de ciências, matemática e educação ambiental, no Estado, através de implantação e implementação do centro de ciências e matemática de Mato Grosso-CECIM/MT e de núcleo de apoio didático pedagógico - NADP;

Convênio com a UNEMAT para estender os serviços de biblioteca e laboratório à Rede Pública de Ensino;

Convênio com FNDE - para atender o projeto de Capacitação de Professores e de equipamentos na Educação Pré-Escolar;

Convênio com FNDE para capacitação de professores e aquisição de materiais didáticos na educação de jovens e adultos;

Convênio com o FNDE para atendimento ao projeto de capacitação de professores, equipamentos escolares, reformas e ampliação de escolas;

Projeto junto à SR-05 referente aos trabalhos de uma nutricionista para elaboração do cronograma de distribuição e cardápios balanceados para atender as necessidades dos alunos da Rede Municipal de Ensino;

6.2.5 - Diretrizes da Educação

1) Aspectos físicos:

- * Reforma do prédio do antigo Projeto Rondon;**

- * Reforma e construção de várias escolas, tanto na periferia urbana, como na zona rural, num total de 132 salas de aula;**

- * Reforma geral de 32 Escolas de madeiras - zona rural;**

- * Reforma na parte elétrica e hidráulica nas 122 Escolas que compõem a rede municipal de Ensino;**

* Construção do CAIC - Centro de Atenção Integrada à Criança.

* Construção de 32 Escolas pré-moldadas em substituição aos ranchos da zona rural;

* Construção de muros em 36 Escolas, sendo 12.800 m na periferia urbana e 16.000 m na zona rural;

* Construção de 40 Escolas com 04 salas de aula, diretoria, sala de professor, biblioteca, refeitório, cantina e depósito, sendo 14 Escolas na periferia urbana e 16 na zona rural;

* Construção de um centro de treinamento de pessoal com capacidade para 300 pessoas;

* Construção de quadras poliesportivas nas unidades escolares de V a VIII e Escolas com 04 salas de aula;

* Ampliação e reforma da Secretaria Municipal de Educação e Cultura;

* Ampliação e reforma do armazém de merenda escolar;

* Ampliação de 01 (uma) sala de aula nas sedes dos Núcleos localizados no perímetro urbano e rural para atendimento de alunos portadores de necessidades especiais.

2) Aspecto Educacional:

* Expansão da Rede de Ensino nos níveis: Educação Infantil, Ensino Fundamental, Médio e Suplência, buscando atender as peculiaridades das zona, rural e urbana, através de um currículo adequado e coerente com a realidade;

* Oferecimento de melhores condições da prática esportiva através da capacitação de professores, melhoria de espaços físicos e aquisição de materiais esportivos;

* Instituição gratuita da hora/atividade na Rede Municipal de Ensino, na zona urbana;

- * Aquisição de equipamentos e materiais permanentes para as Escolas Municipais (recursos M.E e contrapartida do município);
- * Aquisição de 04 (quatro) computadores, 02 (dois) vídeos, 02 (dois) retroprojetores, 01 (um) projetor de slide, 02 (dois) televisores e 01 (uma) filmadora para SMEC;
- * Manter os convênios com SEC, SESI e UNEMAT / MT;
- * Manter o CECIM;
- * Organizar a estrutura administrativa da alimentação escolar;
- * Criação de mini-bibliotecas em todas as escolas de V a VIII e 2º Graus;
- * Implantação de hortas escolares;
- * Aquisição de equipamentos e materiais para unidades escolares municipais;
- * Aquisição de equipamentos para colocar em funcionamento as hortas escolares;
- * Aquisição de materiais didáticos, tecnológicos, pedagógicos, expediente, kit de aluno para atender a Secretaria Municipal e unidades escolares;
- * Aquisição de veículos para atender em melhores condições a Secretaria Municipal;
- * Aquisição de verbas para capacitação de recursos humanos (professores e funcionários) da Educação Municipal;
- * Reformulação da Divisão Pedagógica com a contratação de novos técnicos;
- * Manter a Municipalização da Merenda Escolar;
- * Aquisição de livros diversos para as Bibliotecas nas sedes de 04 (quatro) Distritos Municipais e nas Escolas de V a VIII;
- * Assegurar o emprego correto dos recursos financeiros previstos na Lei Orgânica Municipal de execução da política educacional;
- * Assegurar uma estrutura básica de atendimento a nível pré-escolar, ensino fundamental, supletivo e especial, com controle de qualidade, acompanhamento eficaz e metodologia adequada, visando sucessivos aperfeiçoamentos pedagógicos;

6.3 - HABITAÇÃO: A FALTA DE PROGRAMAS PARA MORADIA DE BAIXA RENDA

6.3.1 - Histórico

No ano de 1900 foi aprovado pela Câmara Municipal o primeiro Código de Postura do Município de Cáceres, com 135 artigos.

Em 1906, foi feita a segunda Planta do Município de Cáceres, já como cidade e dotada de infra-estrutura razoável para a época.

Em 1931, foi instituída a licença para construção, reconstrução e consertos de casas, muros e passeios.

Conforme Lei nº 137 de 14/04/1961 foi criado o Código de Obras do Município de Cáceres, sofrendo modificações nos anos de 1969, 1983, 1984 e 1985, não sendo suficientes para as condições atuais.

No ano de 1970, em função da migração, construiu-se o primeiro núcleo de casas populares, com 110 unidades, denominado de Vila Mariana (Cohab Velha).

Em 6 de dezembro de 1971, foi criada a Secretaria de Interior, Viação e Obras Públicas, pela Lei nº 368, que passou a administrar os serviços de obras da cidade de Cáceres.

Até a década de 70, a cidade de Cáceres teve um crescimento consideravelmente ordenado, com áreas comerciais e residenciais.

Com o sucesso da agropecuária no Município, no período de 1970, imigraram para Cáceres muitas famílias de outros Estados brasileiros, iniciando assim um crescimento urbano desordenado, sem áreas definidas para os setores habitacionais, comerciais e industrial.

6.3.2 - Diagnóstico

- . Crescimento desordenado, sem uma definição de zoneamento, uso e ocupação do solo urbano;
- . Código de Obras e Código de Postura desativados;
- . Núcleos habitacionais e loteamento sem infra-estrutura organizada;
- . Métodos onerosos para implantação de núcleos habitacionais, não atendendo assim à população de baixa renda.

6.3.3 - Situação Atual

Atualmente, com grande número de imigrantes para cidade de Cáceres, deu-se um crescimento desordenado, acompanhado de deficiência na área habitacional.

Os núcleos habitacionais existentes na cidade de Cáceres foram criados na última década, quando se agravaram os problemas de habitação no Município. Dentre os núcleos habitacionais podemos citar Vila Mariana (1974), Massa Barro (1982), Ficam III (1980), Monte Verde (1983), São Luiz (1984), Vila Real (1984), Ficam IV (1989), Poupex (1989), Vitória Régia (1991) e outros em sistema de mutirão tais como: Vila Nova, Vila Irene,, Santo Antonio, Aeroporto, Garcês, Jardim Guanabara, totalizando assim 1750 unidades habitacionais, não sendo suficiente para atender as necessidades da cidade e, principalmente, as famílias de baixa renda.

A falta de uma Lei de Zoneamento e uso de solo também tem colaborado para o crescimento desordenado.

6.3.4 - Diretrizes

* Reformular o Código de Obras, Código de Postura, bem como criar uma Lei de Zoneamento e Ocupação do Solo, a fim de realizar novos programas e projetos para áreas urbanas que contenham uma implantação de infra-estrutura, coordenando o espaço urbano, melhorando assim a qualidade dos núcleos habitacionais a serem criados, não esquecendo de dotar de infra-estrutura os loteamentos já existentes;

* Procurar atualização sobre novos materiais, novos projetos econômicos, com o intuito de minimizar o custo das habitações, atendendo a população alvo de "baixa renda", e criar um Conselho Comunitário para fiscalização das obras;

* Dotar o Governo Municipal de estoques de terra a fim de estabelecer novos planos de expansão urbana, através da retomada dos programas municipais de habitações populares, com projetos específicos para áreas urbanas e periféricas.

* Contudo, para realização dos programas acima citados, necessita-se do apoio de vários setores do Governo do Estado e Federal, para incentivo à implantação de novos núcleos habitacionais populares e reorganização do espaço urbano da cidade de Cáceres.

6.4 - O SANEAMENTO BÁSICO DE CÁCERES

6.4.1 - Histórico

O serviço de abastecimento de água da cidade de Cáceres começou a partir de 1929, com a implantação de um sistema privado, que foi gerenciado pela firma Castrillon.

No ano de 1945 começou-se a construção do primeiro sistema de galerias de águas pluviais, na Praça Barão do Rio Branco, e vale registrar que essas obras foram feitas em alvenaria.

No ano de 1955, foi criado o Serviço Autônomo de Água e Esgoto, sendo executado nesse tempo a junção do antigo encanamento de água da firma Castrillon e a rede de distribuição da Prefeitura, através de aluguel da tubulação da firma Castrillon e com uma ampliação de 2.403 metros de tubos, sendo distribuídos a 205 ligações domiciliares.

No ano de 1963, realizou-se assentamento de 5.536 metros de rede, junto com a construção da caixa d'água elevada com capacidade de 500 mil litros e iniciou-se a construção da Estação de Tratamento de Água, a cargo do Serviço Especial da Saúde Pública (SESP).

No setor de drenagem da cidade foram assentados 570 metros de manilhas com diâmetro de 0,80 m, para escoamento de águas no trecho da Praça Duque de Caxias ao Rio Paraguai, pela rua Casalvasco.

Em 1967, foram elaborados projetos para o sistema de drenagem cobrindo o centro da cidade. Para o escoamento rápido das águas de chuva, foi feita também a ampliação e o remanejamento da rede de distribuição de água com mais 10 mil metros de tubulação. Nessa mesma época, foram executados os primeiros sistemas de drenagem, nas ruas centrais da cidade, junto com a pavimentação com bloket. Foi executada nessa mesma época a construção de uma nova estação de captação de águas e adutora, pelo Departamento Nacional de Obras e Saneamento, e a construção da estação de tratamento, a cargo da Fundação SESP.

No ano de 1970 foram implantados 7.860 metros de galerias de águas pluviais. Foi inaugurada em 20/11/1971, a obra de estação de tratamento d'água, executada através do Convênio SESP / Prefeitura Municipal, com capacidade de 3.888.000 litros/dia de água, sendo equipada com 03 filtros rápidos, 02 decantadores, 01 reservatório para 700.000 litros d'água., Nessa época, a Sanemat obteve concessão para explorar os serviços de água tratada e esgoto sanitário no Município de Cáceres.

Em 1983, houve ampliação geral do sistema de água tratada e foi implantado o primeiro sistema de esgoto sanitário de Cáceres, no Núcleo Habitacional São Luis, com 5.000m de redes e 550 ligações domiciliares.

A partir do ano de 1987, houve introdução de medidas reabilitadoras, no sistema, como: limpeza na adutora de água bruta, aumento da vazão na captação, instalação de bombeamento intermediário (booster) no sistema de adução de água tratada do Jardim Padre Paulo.

Em 1994, iniciou-se a implantação da primeira etapa do esgoto sanitário com recurso do Governo Federal, através do Programa PROSERGE / Prefeitura Municipal de Cáceres.

6.4.2 - Diagnóstico

O sistema de abastecimento de água de Cáceres encontra-se em precárias condições de funcionamento. Há problemas críticos em todas as etapas do processo de produção de água tratada.

No sistema de águas pluviais, encontram-se construídos 52.530 metros de galerias. Esgotos clandestinos são lançados nessas galerias, prejudicando o funcionamento das mesmas, trazendo mau cheiro às bocas de lobo e funcionando como vetor de transmissão de doenças.

O sistema de esgoto sanitário do Núcleo Habitacional São Luis, único em funcionamento na cidade, encontra-se em precárias condições. A estação de tratamento de esgoto do mesmo encontra-se desativada e o esgoto bruto é lançado a céu aberto em área lindeira ao conjunto.

6.4.3 - Situação Atual

A situação atual do saneamento básico, em relação ao abastecimento d'água, é muito crítica, uma vez que o sistema vem se deteriorando há vários anos, em virtude da falta de uma definição da política de saneamento básico do país.

Segundo dados da Sanemat, o sistema de abastecimento d'água possui 150 km de rede e 11.400 ligações domiciliares. Hoje, Cáceres enfrenta problemas de abastecimento porque, mesmo com a ampliação do sistema em 1983 e as medidas reabilitadoras introduzidas em 1987, a demanda crescente da população atendida superou as expectativas, tornando crítico o abastecimento das comunidades periféricas. Há que se ressaltar a falta de recursos materiais e equipamentos, para uma manutenção e operação adequada do sistema.

A situação atual do único sistema de esgoto existente é precária porque vem sofrendo falta de manutenção e reparos na rede coletora, dada a inexistência de equipamentos na Regional da Sanemat. Através do Programa PROSEGE / Prefeitura Municipal, encontra-se em implantação outro sistema de esgoto sanitário com 21.050 metros de rede e 2.300 ligações domiciliares em sua primeira etapa.

A situação atual do sistema de galerias de águas pluviais é precária e insuficiente, necessitando de uma manutenção geral no que tange ao assoreamento.

6.4.4 - Diretrizes Gerais

- Reforma e ampliação do sistema de abastecimento d'água.
As medidas paliativas estão esgotadas.

- Continuidade das obras do Programa PROSEGE/ Prefeitura Municipal com a implantação das outras etapas do sistema de esgoto sanitário, inclusive a estação de tratamento de esgoto.

- Reabilitação do sistema de esgoto do Núcleo Habitacional São Luis.

- Ampliação da drenagem urbana através da implantação do Projeto de macro e micro-drenagem elaborado pela Prefeitura/ Sanemat em 1987.

- Prioridade política e busca permanente de recursos, junto ao Estado e a União, para continuidade dos programas de saneamento básico existentes e para a implantação de novos. Nada mais justificável, por se tratar da medicina preventiva dos cidadãos.

Na cidade de Cáceres, encontra-se em fase inicial de implantação o Sistema de Coleta e Tratamento do Esgoto Sanitário e não pode deixar que obras de cunho tão importante sejam interrompidas ou mesmo passem pelo marasmo de governos, não compromissados com a qualidade de vida da população.

Para adequar o Sistema de Abastecimento de Água ao número crescente de consumidores, deve-se reformá-lo e ampliá-lo totalmente, necessitando-se para isto, de um vultoso investimento.

Na área de drenagem urbana, há a necessidade da implantação do projeto de macro e micro-drenagem, elaborado pela Sanemat/Prefeitura em 1987.

6.5 - CULTURA: Arte, Museu, Biblioteca e Patrimônio Histórico

6.5.1 - Histórico

Cáceres, cidade bicentenária, rica em tradições e incontestavelmente predestinada a grande futuro, sentiu a necessidade de preservar a sua historicidade, criando a Fundação Cultural. A população cobrou do Executivo este posicionamento e por força da Lei nº 897 de 07 de março de 1983 foi instituída a Fundação Cultural de Cáceres, que tem como objetivo o planejamento, execução e supervisão de programas culturais, estimulando por todas as formas, as manifestações de cultura do povo, incentivando, adquirindo, mantendo e conservando obras de caráter artístico-cultural para a constituição do seu acervo e patrimônio.

Através do Decreto nº 042 de 05 de maio de 1987, que aprova o Estatuto, a Fundação Cultural passa a funcionar no Centro Municipal de Cultura, cumprindo o seu papel: trabalhando incessantemente no resgate da cultura e na preservação do Patrimônio Histórico Cacerense, que desde 1983 conta com um instrumento legal para atuação.

Em 1991, vários imóveis foram tombados provisoriamente pelo Estado e em 1994, o Decreto Municipal nº 185, estabelece normas complementares e promove a organização das ações de proteção e preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Artístico do Município e institui a Comissão Especial de Preservação e Tombamento.

6.5.2 - Diagnóstico

A Fundação Cultural de Cáceres funciona regularmente no Centro Municipal de Cultura, aguardando entrega do seu prédio próprio pela Câmara Municipal.

O Conselho Deliberativo, nomeado por Decreto do Exmo. Sr. Prefeito Municipal, atua satisfatoriamente.

A Divisão de Artes que funciona também regularmente, necessita designação oficial para o responsável e de recursos para viabilização dos projetos.

A Divisão de Museu, Biblioteca e Arquivo Municipal, com atendimento precário, em instalação, necessita de restauração urgente. Faltam prateleiras para mais de 500 volumes na biblioteca e melhorias das instalações. Os Bibliotecários não possuem curso técnico.

O material arqueológico está em uma única sala, precária, não correspondendo à solicitação feita pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

As salas do Arquivo Municipal não comportam o material e toda pesquisa é feita por um único servidor, sem preparação específica, que chega a manusear mais de 15.000 documentos mensalmente, para prestar as informações solicitadas pela própria Prefeitura e outros interessados.

A Divisão de Finanças está desativada em virtude de não serem feitos os repasses de recursos financeiros, conforme Lei Orgânica do Município, ficando o pagamento dos servidores sob a responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação e a manutenção, pela Secretaria de Administração.

A Divisão de Patrimônio Histórico conta atualmente com apenas uma Arquiteta, que desenvolve o trabalho juntamente com a Secretaria de Obras e Serviços Urbanos.

6.5.3 - Situação Atual

A Fundação Cultural trabalha incessantemente no resgate e preservação do seu patrimônio artístico-cultural, realizando na atualidade:

- Oficina de Teatro
- Oficina de Artes Plásticas
- Feiras de Artesanato e Artes Plásticas

João

- Oficina de Dança folclórica e de salão
- Trabalho com o Coral Municipal
- Resgate de festas tradicionais como a Cavallhada e São
- Levantamento da historicidade das famílias fundadoras da Cidade
- Pesquisa da Cultura Matogrossense
- Concurso de Declamação
- Festival da Canção
- Concurso de Fanfarras
- Mostra de Cinema
- Festival de Teatro Amador
- Festival de Folclore
- Mural de Poesia
- Passeata Ecológica
- Concurso de Resgate do Hino Nacional e Hino de Cáceres
- Concurso de Presépios
- Palestras com Estudantes sobre os grandes vultos e datas históricas
- Pesquisa sobre os índios de Mato Grosso

Cadastramento dos Sítios Arqueológicos encontrados no Rio Paraguai, Facão, Angical, Ressaca, Santo Antonio das Lendas e Reserva Ecológica do Taiamã.

Apesar da Divisão de Patrimônio ser precária em número de técnicos, desenvolve a atualização do cadastro dos imóveis tombados provisoriamente pelo Estado, a delimitação da área em que se encontram essas edificações, com o objetivo de se efetivar o tombamento definitivo estadual e promover o municipal, bem como assistência aos proprietários de imóveis tombados, no que se refere à manutenção, restauração e reforma.

6.5.4 - Diretrizes Gerais

- 1) Reestruturação do Quadro Funcional previsto no Organograma da Fundação;
- 2) Criação do Plano de Cargos e Salários conforme prevê o Art.15 § G. do Estatuto da Fundação Cultural;
- 3) Popularização de arte em todos os bairros da periferia, com a criação de grupos de teatro e dança;
- 4) Intercâmbio com outros Municípios do Estado para desenvolvimento de pesquisa da Cultura Regional;
- 5) Aquisição de filmadora e gravador para realização desse trabalho;
- 6) Catalogação e conservação desse acervo;
- 7) Incentivo aos Artistas Plásticos da região através de Oficinas e Exposições;
- 8) Organização da Associação dos Artesãos e incentivo de Exposições e Instalação da Casa do Artesão;
- 9) Divulgação de novos talentos artísticos, apoio e incentivo aos já conhecidos;
- 10) Divulgação a nível geral, através dos meios de comunicação de massa;
- 11) Instalação da Fundação Cultural em outro prédio, ocupado atualmente pela Câmara Municipal;
- 12) Mudança do Museu Histórico para o prédio da Fundação;
- 13) Ampliação do acervo da Biblioteca e do Museu e conservação dos prédios;
- 14) Criação do Museu Arqueológico e de Bibliotecas Ambulantes;
- 15) Catalogação e cadastramento dos Sítios Arqueológicos com a participação de técnicos do IBPC;
- 16) Captação de recursos junto aos Órgãos Públicos e à iniciativa privada para o desenvolvimento das ações culturais de maior onerosidade;
- 17) Capacitação para instrumentalização da clientela artística, através de recursos existentes no MEC e a Lei Orgânica do Município, Art. 141 § 4º;
- 18) Aquisição de veículo;
- 19) Capacitação contínua dos técnicos da Fundação através de Cursos e Treinamentos;

20) Participação dos mesmos em Eventos culturais dentro e fora do Estado;

21) Implementação das Divisões no que diz respeito a material permanente e de consumo;

22) Contratação de técnicos para realizar o trabalho de preservação na área de Patrimônio Histórico edificado;

23) Regulamentação do uso do solo e revisão do Código de Obras, de forma que exista justaposição de procedimentos normativos;

24) Organização de meios apropriados de informação à população sobre as razões do tombamento, seus efeitos legais, bem como orientação a proprietários e usuários quanto às possibilidades de usos e de ações ou obras possíveis ou necessárias nos imóveis tombados;

25) Formalizar trabalho em conjunto com a Prefeitura, através de acordos, participação em comissões etc., visando a maior durabilidade das ações;

26) Integração dos Órgãos Municipais, ligados a Educação e Cultura, para levar à classe estudantil noções de preservação do Patrimônio Histórico;

27) Garantia de que a Secretaria de Obras, em conjunto com a Divisão de Patrimônio Histórico, atue na fiscalização das obras em edificações tombadas, através de uma legislação específica, que deverá conter seu cadastramento iniciado em 1987, com Histórico.

6.5.5 - PATRIMÔNIO HISTÓRICO CULTURAL

O Patrimônio Histórico Cultural ganhou uma nova dimensão depois de 1988, com a Constituição Federal.

A nova carta magna levou em consideração a questão de preservação a nível federal, estadual e municipal, no seu artigo 216 parágrafo 1º: O poder público, com a colaboração da comunidade promoverá e protegerá o Patrimônio Cultural Brasileiro por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.

A preservação patrimonial é o principal meio de que os Municípios dispõem para assegurar sua identidade cultural, preservando o que é valioso e influenciando o que deve mudar.

Atualmente a questão de preservação do Patrimônio Histórico Cultural vem sendo valorizada pela nossa Administração Municipal, que por força da Lei nº 897 de 07/03/1983, cria a Fundação Cultural de Cáceres, que passa a funcionar a partir da aprovação do seu Estatuto, através do Decreto nº 042 de 05/05/1987.

A partir desta data a Fundação Cultural vem cumprindo o seu papel, trabalhando no resgate da nossa cultura e na preservação do Patrimônio Histórico Cacerense.

Cáceres está situada na porção territorial tradicional de Mato Grosso, e vive um momento importante, figurando não só como polo regional de desenvolvimento, mas também tendo um papel significativo no contexto da política de aproximação econômica e cultural com outros Países da América Latina.

Com essa perspectiva de desenvolvimento e consequentemente um crescimento urbano, a atual Administração Municipal.

vem demonstrando interesse em relação a preservação do Patrimônio Histórico Cultural.

Cáceres possui várias edificações de valores históricos e culturais, abrigando as diversas arquiteturas, que ao longo dos mais de duzentos anos de sua existência, registram a sua evolução urbana e cultural.

Temos incorporado a esse acervo Histórico Cultural o *Marco do Jauri* tombado pelo Patrimônio Histórico Nacional.

Certas edificações já foram tombadas a nível estadual. Encontra-se em fase de pesquisa pela Divisão do Patrimônio Histórico, para efeito de tombamento, os restantes das edificações de relevante valor histórico.

Se a edificação não tem um valor arquitetônico, se não há um conjunto de interesse, se não é necessário a manutenção de detalhes construtivos, mas sim da ambiência (altura, afastamento), o instrumento adotado deve ser a legislação urbana, nela incluindo os usos e atividades que podem ajudar na proteção.

A legislação urbana é importante em dois momentos:

- a) Para consolidar usos e tipos de ocupação de uma área;
- b) Para corrigir os rumos de transformações que viriam a descaracterizar e romper o equilíbrio do ambiente.

A Constituição Federal diz, por exemplo, que a política urbana do Município terá como diretriz a melhoria da qualidade de vida de seus habitantes. Isso é um princípio, e para colocá-lo em prática, está aí o Plano Diretor, que a Constituição não quer que seja um instrumento burocrático, mas determina que se faça um Plano Diretor para garantir a qualidade de vida dos habitantes da cidade, e esta passa necessariamente pela preservação do Patrimônio Histórico e Cultural.

6.6 - ESPORTE E LAZER: COMPONENTE DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL

6.6.1 - Apresentação

O Esporte e o Lazer são imprescindíveis para o desenvolvimento social de uma comunidade.

Estas atividades, no Brasil, invadiram as ruas, praças, parques, campos, enfim áreas livres próprias à prática do desporto e do lazer.

Objetivando uma ação conjunta destas modalidades, para elevar a qualidade de vida da população e contribuindo decisivamente na formação do caráter do indivíduo e na manutenção da saúde através da prática constante, propõe-se o estudo a caracterizar e analisar a situação no Município; levantar os problemas para em seguida formalizar propostas exequíveis para o desenvolvimento da sociedade municipal.

6.6.2 - Diagnóstico

Hoje o Município de Cáceres na área de Esporte e Lazer apresenta o seguinte quadro;

Ausência de destinação e aplicação de recursos específicos ao setor, conforme Lei Orgânica Municipal Artigo 141 § 5º, que destina 3% dos recursos da educação para o esporte armador;

Inexistência de um ginásio coberto;

Inexistência de uma pista de atletismo;

Carência de transporte para atletas.;

Ausência de áreas para a prática do Esporte e Lazer.

Descaso com as poucas áreas existentes;

Ausência de técnicos capacitados que orientem a prática esportiva.

Falta de um trabalho de Lazer comunitário;
Ausência de escolinhas de iniciação esportiva;
Falta de infra-estrutura nas áreas de Lazer (Praias, Praças,
etc...);
Carências de parques infantis;
Ausência de programas comunitários de esporte em massa;
Falta de maior frequência nas competições estudantis
municipais;
Ausência de programas de Lazer.

6.6.3 - Situação Atual

Como todo Município em desenvolvimento, Cáceres procura oferecer atividades esportivas e de lazer para sua comunidade, objetivando assim o desenvolvimento físico e mental de seus indivíduos, além de procurar propiciar a congregação social entre os mesmos nas diversas promoções realizadas pela Prefeitura através de sua Coordenadoria Municipal de Esportes.

O Município elabora projetos para realização de eventos esportivos a nível estudantil municipal e regional. Em nível adulto, promove treinamentos nas diversas modalidades esportivas, fornecendo recursos materiais e humanos. Também incentiva e apóia entidades, associações e clubes, elabora materiais técnicos para professores e promove reciclagem para os mesmos; promove anualmente um vasto calendário esportivo, como o Festival Estudantil Aberto de Atletismo, a Semana do Trabalhador, Torneio 24 Horas de Futebol de Salão, Torneio de Pipas, Torneio de Trinca de Basquete, Torneio de Volei de Praia, Prova Ciclística 06 de Outubro, Corrida do Fogo Simbólico e Campeonato de Handebol, entre outros.

O quadro, a seguir, apresenta os espaços disponíveis relacionados a Parque Infantil, Pista Atlética, Campo de Futebol, Quadra Descoberta, Quadra Coberta, Sede Social, Piscina, no Município de Cáceres. Indubitavelmente, destaque para os itens Campo de Futebol e Quadra Descoberta, cuja oferta é significativa e onde são utilizados para educação física e iniciação aos esportes. Cáceres se destaca nos jogos estudantis regionais dada a prática dos esportes junto a esses espaços disponíveis, no clube ou no colégio.

**Espaços disponíveis à prática de esporte e lazer, no Município de
Cáceres - MT**

Espaços disponíveis	Parque infantil	Pista atlética	Campo futebol	Quadra descoberta	Quadra coberta	Sede Social	Piscina
1- Associados							
Iate Clube	X		X	X			X
Humaitá					X	X	X
AABB	X		X	X		X	X
UBSSC					X	X	
Gremat			X	X		X	
NIPO				X		X	
Lions				X		X	
Dermat			X	X			
DNER			X	X			
2- Estudantes							
CEOM				X	X		
R. Fontes				X			
M. Mota				X			
São Luiz				X			
L. Ambrósio				X			
Ana Maria				X			
G. Pinto			X	X			
D. Galibert				X			
I. Campos				X			
C I C	X			X	X		
I S M	X		X	X			
Agrotécnica		X	X	X			
Pianf	X		X	X			
V. Aparecida			X	X			
Curvelândia				X			
3- Público							
Geraldão			X				
DNER			X	X			
2º B. Fron.		X	X	X			
Pol. Militar				X			
M. Verde	X			X			
C. Alta	X		X	X			
Junco			X				
Maracanãzinho			X	X			
J. Paraíso			X				

Fonte: SICTAMA - PMC

6.6.4 - Diretrizes Gerais

Cáceres é uma cidade que cresce diariamente, com uma população estimada em 78.000 (setenta e oito mil) habitantes, e enfrenta problemas na área social.

Sabe-se que o Esporte e o Lazer são gerenciadores de uma condição de vida saudável, de uma integração social e de uma atividade descarregadora de energia. Portanto, as diretrizes gerais indicadas são as seguintes:

Elaboração e execução de projetos nas áreas do Esporte e Lazer para encaminhamento ao Governo Estadual e Federal, para formar parcerias.

Construção de um Centro Municipal Poliesportivo (pista de atletismo, campo de futebol, piscinas e quadras);

Conclusão do Ginásio Municipal de Esportes;

Construção de campos e quadras nos Bairros periféricos;

Construção e instalação de parques infantis;

Construção de um Bosque Municipal;

Elaboração e acompanhamento de calendário de eventos esportivos

Incentivo a prática do desporto e lazer na comunidade;

Promoção e incentivo a prática do desporto e lazer nas escolas municipais;

Promoção de eventos que visem a integração da Zona Urbana e Zona Rural;

Incentivo e apoio às equipes amadoras que representam o município (transporte / material);

Incentivo e apoio a programas de iniciativa privada que visem a revelação de valores no esporte cacerense;

Estabelecimento de Convênios com Clubes e entidades visando a disponibilidade de espaço e criação de programas que desenvolvam atividades esportivas;

Aproveitamento de espaços já existentes montando núcleos esportivos;

Aproveitamento de atletas que se destacaram no cenário esportivo cacerense, para monitorar escolinhas e programas, mantidos pela Prefeitura;

Programas em parceria com a UNEMAT aproveitando alunos dos cursos de Pedagogia e Letras, para programas de Lazer e recreação nos Bairros periféricos (Monitoramento);

Manutenção de equipes adultas, nas diversas modalidades através da realização de jogos abertos;

Incentivo a participação de empresas no patrocínio de equipes e programas comunitários;

Reestruturação das Praças;

Proposição de convênios com o Sesi-Cáceres visando o desenvolvimento de áreas e programas esportivos;

Promoção dos jogos Estudantis Municipais;

Aquisição de materiais para prática esportiva nas diversas modalidades;

Manutenção de técnicos para o treinamento esportivo.

6.7 - AÇÃO SOCIAL: A DIVERSIDADE DO ATENDIMENTO

6.7.1 - Histórico

No campo da Assistência Social, pode-se dizer que Cáceres nada fica a dever, em proporção aos grandes centros urbanos.

Na década de 60, as administrações que passaram pelo município, procuravam acompanhar o seu constante desenvolvimento, para que o mesmo não viesse produzir efeitos indesejáveis, como também das formações de favelas, praticamente inevitáveis nos grandes centros urbanos, em fase de grande crescimento.

O processo de organização com participação popular se intensifica no Município a partir de 1984, quando a cidade deixou de ser área de segurança nacional, abrindo maiores espaços às atividades políticas, sindicais e associativas entre seus habitantes.

Com a Lei nº 852 de 28 de janeiro de 1981, cria a Divisão de Promoção Social ligada à Secretaria de Desenvolvimento Social, com a finalidade de atender as pessoas carentes em diversas situações

6.7.2 - Diagnóstico

Os problemas sociais no município de Cáceres, ainda que não sejam novos, vêm se mostrando um fenômeno cada vez mais persistente, devido a vários fatores, principalmente o processo de concentração de renda no país, que agiu no sentido de agravar mais a situação.

Para amenizar estes problemas, está sendo necessário combinar soluções emergenciais, bem como uma estruturação no perfil sociológico da população de baixa renda.

Quanto às medidas a nível de melhoria de famílias de baixa renda, diminuição da marginalidade, o Município tem procurado desenvolver parcerias junto a diversos órgãos a nível Federal e Estadual.

6.7.3 - Situação Atual

O Sistema Municipal na área de promoção social conta com o Centro de Integração Social que foi inaugurado em novembro de 1993. Com a Lei nº 1.197 de 04 de maio de 1993, foi desvinculado da Secretaria de Desenvolvimento Social e vinculado à Secretaria de Governo, onde vem desempenhando um papel de grande relevância junto às famílias carentes, através de uma série de atividades, permitindo a qualificação da mão-de-obra, com cursos profissionalizantes, o qual já vem apresentando grandes transformações.

Conta-se também com o Conselho Municipal do Bem Estar Social e o Fundo Municipal, criado em 08 de novembro de 1993 pela Lei nº 1.199, com a finalidade de assegurar a participação da comunidade na elaboração e implementação de programas na área social, tais como de habitações, saneamento básico, promoção social e outros.

Em 17 de junho de 1994, foi criada a Lei Complementar nº 16, que dispõe sobre a Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. A Lei nº 1.229 de 08 de novembro de 1993, cria a Divisão de Assistência à Pessoa Deficiente, que é um órgão autônomo da administração direta, vinculada à Secretaria Municipal de Saúde - Divisão de Apoio e Assistência à Pessoa Deficiente.

Cáceres conta com apoio de várias associações, sindicatos, clubes de serviços recreativos e organizações como:

6.7.4 - União Social de Assistência de Cáceres - USA

Fundada em 24 de maio de 1947 por dois cacerenses: o Capitão Hélio Vilanova Torres e o Sargento José de Souza Ribeiro, cuja finalidade principal é dar assistência a menores de forma integral, do sexo masculino, no sistema de regime interno, a crianças carentes e vindas de famílias sem meios de prover o ensino básico ao filho.

Os planos educativos da União Social de Assistência são de alfabetização e aprendizagem profissionalizante, para que o aluno assistido, ao sair da USA, possa entrar no mercado de trabalho e manter sua própria sobrevivência.

Atualmente a USA mantém 16 (dezesesseis) crianças no Internato, as quais estão matriculadas na Escola Estadual Duque de Caxias, em uma faixa etária variando de 08 a 15 anos de idade.

São várias as atividades desenvolvidas pela USA no período de 1990 a 1994:

- Preparo de adolescentes de ambos os sexos, em uma faixa etária de 07 a 17 anos de idade, selecionando-os para o mercado de trabalho, com a finalidade de oferecer ajuda ao sustento da família;

- Convênio com FCBIA / Ministério da Ação Social, para aquisição de gêneros alimentícios, vestuários, materiais escolares e medicamentos;

- Projeto para cursos profissionalizantes de carpinteiro, mecânico, lanternagem, sapataria e pedreiro;

- Melhoria do prédio da Escola no período de 1994.

6.7.4.1 - Metas a serem desenvolvidas

- Assistência ao menor carente que vive em nossa região, de ambos os sexos;

- Modernizar a educação através do apoio da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, com pedagogos e técnicos da área;

- Modernizar os meios de comunicação para melhor aprendizado da criança;

- Ampliar o espaço físico e equipá-lo para abrigar 50 (cinquenta) menores no internato;

- Aumentar o seu quadro funcional, através de apoio dos órgãos correlatos à educação.

6.7.5 - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE

A escola foi criada pelo Decreto nº 721 de 29 de outubro de 1959, denominada Escola Rural Mista. Posteriormente Escola Estadual de 1º Grau Rotariana *Dr. José Monteiro da Silva*, pelo Decreto nº 446 de 29 de janeiro de 1976 e no ano de 1984 passou a funcionar no prédio próprio da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE.

Devido à grande procura dos pais e da existência de alunos nas escolas com problemas de aprendizagem, houve necessidade de se criar salas especiais para atender essa clientela, daí o surgimento da Escola Estadual de 1º Grau Rotariana *Dr. José Monteiro da Silva*. Mais tarde encampada pela APAE e mantendo todo um funcionamento da escola especial. A Associação que não tinha prédio próprio, funcionava no prédio do Rotary Clube, com 13 (treze) alunos, em sistema semi interno. Hoje mantém o mesmo sistema divididos, em período matutino (escolarização) e período vespertino (educação para o trabalho e profissionalização); atende uma clientela de 120 (cento e vinte) alunos.

6.7.5.1 - Atividades Desenvolvidas

Aspecto Físico

- Implantação de horta e viveiro de mudas organizados e mantidos pelos alunos e um técnico agrícola;
- Implantação de uma marcenaria na sede da escola;
- Projetos desenvolvidos pela LBA de suinocultura, avicultura e práticas do lar;
- Mutirão com pais para estruturação da chácara;
- Criação de salas de estimulação essencial.

Aspecto Educacional

- Reciclagem realizada pela equipe técnica-pedagógica relativos a educação especial e tratamento especial;
- Criação do Setor TTC - Trabalhos Terapêuticos com Crianças realizado com uma psicóloga, uma professora de educação física e assistente social;
- Realização de um curso de musicoterapia;
- Montagem e apresentação à Semana Nacional do Excepcional de um circo com os próprios alunos, com apresentações em vários locais e escolas;
- Realização de Intercâmbio entre as APAEs de Cáceres e Mirassol D'Oeste na Cidade de Mirassol D'Oeste, com um dia de atividades culturais e artísticas;
- Realização de cursos de aperfeiçoamento com os Profissionais da Educação Especial de Cáceres;
- Realização de cursos de experiência profissional com deficientes auditivos;
- Realização do XIX Encontro das APAEs e Região Centro-Oeste em Itumbiara - GO;
- Desenvolvimento de projeto de audio-visual junto aos alunos, família e comunidades, através de equipamentos doados pelo Rotary Clube de Cáceres a escola;
- Realização do Encontro Regional sobre a Integração dos Portadores de necessidades especiais em Cáceres;
- Realização do curso de especialização em Educação Especial.

6.7.5.2 - Diretrizes Gerais

Aspectos Físicos

- Implantação de salas terapêuticas, fonoaudiologia, terapia ocupacional e psicologia;

essencial;

- Implantação da ecoterapia;
- Construção da sala ambiente para os alunos de estimulação

- Ampliação do refeitório e das oficinas protegidas como marcenaria, carpintaria, etc.;

- construção de um salão nobre para eventos da instituição e funcionamento da sala de música e dança.

Aspecto Educacional

- Realizar seminários, congressos e cursos de reciclagem;
- Aprimorar a política Municipal na área do ensino especial;
- Projetos relativos a profissionalização da criança que necessite de um ensino especial;
- Regularização do ensino ao deficiente;

6.7.6 - Centro de Integração Social - CIS

Vem desenvolvendo diversas atividades como: atendimento a creches em diversos bairros mantidos pelo Município;

- Projeto Conviver - Apoio à Pessoa Idosa;
- Socialização das crianças atendidas, através da prática de esportes, recreação e lazer;
- Cursos profissionalizantes de pintura em tecido, manicure e pedicure, datilografia, corte e costura e outros;
- Instalação da Guarda Mirim de São Luiz de Cáceres trabalho destinado a meninos (as) de 12 a 17 anos;
- Implantação e apresentação do Coral Juvenil;
- Atendimento a mães gestantes;
- Cadastramento de famílias carentes para doação de alimentos;
- Produção diária de pães fornecidos as entidades filantrópicas;
- Formação do grupo de danças folclóricas;
- Produção de leite de soja (Vaca Mecânica).

6.7.6.1 - Metas Prioritárias

Aspecto Físico

- Reforma e ampliação da creche Jardim Cidade Nova;
- construção de muro e reservatório de água da creche Vila Nova;
- Reforma e ampliação da creche Bairro Santo Antonio;
- Construção de 05 (cinco) creches nos Bairros Vila Irene, Junco, Rodeio, São Lourenço e Jardim Guanabara;
- Reforma e construção do muro do Centro de Integração Social;
- Construção de Albergue.

Aspecto Educacional

- Projeto de cursos profissionalizantes para adolescentes;
- Coral Infantil;
- Banda Rítmica Infantil;
- Danças Folclóricas
- Atendimento e orientação à gestante;
- Implantação de hortas comunitárias;
- Fornecimento e produção de pães a serem doados a entidades filantrópicas.

6.7.7 - Fundação de Promoção Social - PROSOL

Fundada em 06 de outubro de 1991, quando foi inserida no Programa Nacional de Centros Sociais Urbanos.

A PROSOL tem por finalidade atender as crianças, adolescentes e idosos através de reuniões, palestras, cursos profissionalizantes, apoio às mães gestantes, bem como funcionamento das salas de aula de pré-escola para atender filhos de mães que precisam trabalhar.

Apesar das dificuldades financeiras e de recursos humanos, a PROSOL conseguiu no período de 93/94, desenvolver várias atividades como a reativação da horta com orientação técnica da EMPAER e implantação do Projeto Marcenaria Escola, onde prestou orientação técnica a 30 (trinta) adolescentes.

Atualmente, a PROSOL está atendendo cerca de 200 (duzentas) crianças com uma faixa etária de 0 a 6 anos, 50 (cinquenta) adolescentes de 12 a 17 anos e 100 (cem) idosos.

Estão sendo desenvolvidos entrosamentos entre a PROSOL e diversos órgãos para que em parceria possa beneficiar os adolescentes, com finalidade de dar maior assistência quanto ao seu aprendizado, saúde e principalmente ao que diz respeito a integralização do adolescente à comunidade, evitando a marginalização.

Várias são as metas para 1995: Alimentação e nutrição, serviços urbanos, desenvolvimento rural, geração de emprego de renda, defesa de direitos.

**A ECONOMIA MUNICIPAL: ESTRATÉGIA
SETORIAL DE DESENVOLVIMENTO**

VII - A ECONOMIA MUNICIPAL

Estratégia setorial de Desenvolvimento

A História de Cáceres mostra a pujança e o antagonismo de sua economia, com saldos positivos para o final do Século XX. A "priori", sua economia foi baseada no extrativismo e o Rio Paraguai possibilitou o intercâmbio com os grandes centros, desenvolvendo o comércio e estruturando algumas fazendas tradicionais detentoras do charque e do açúcar. A ipeca foi outro produto de destaque, uma vez exportada para a Europa. "A posteriori", exatamente na década de 60, começaram as migrações para o oeste, primeiro em função da transferência da Capital Federal e, posterior, como plano do Governo Federal, objetivando ocupação da fronteira agrícola. Essas migrações ocuparam os distritos do Município de Cáceres e a cidade prosperou. O crescimento da sua economia era mostrado pela quantidade de bancos na cidade de Cáceres, pelo volume da população agrícola que era obtido nos distritos; o comércio pujante, a população crescente, entre outros.

O antagonismo foi mostrado pela incapacidade do setor público municipal em realizar as aspirações das comunidades dos distritos criados; e pela formação de uma pequena burguesia representada nos Partidos Políticos, demonstrando interesses totalmente contrários aos interesses políticos de Cáceres. A primeira participação decisiva do distrito foi ter seu representante na Câmara Municipal, como forma de defesa de interesse do distrito. O ponto culminante foi a emancipação dos distritos, agora com vida própria, tornou-se um novo Município. Isto aconteceu com Mirassol D'Oeste, Pontes e Lacerda, Salto do Céu, Jaurú, Quatro Marcos, Araputanga, Rio Branco, Reserva do Cabaçal, Figueirópolis, Porto Esperidião, Porto Estrela, Glória D'Oeste, Lambari D'Oeste. Não obstante, os distritos de Horizonte D'Oeste, Caramujo, Curvelândia e Vila Aparecida devem cumprir o mesmo roteiro, dada a política atual.

Em curto espaço de tempo, o Município saiu da expectativa de um futuro promissor para entrar numa época de decadência econômica, pois perdera as terras mais nobres [os latosolos vermelhos escuros eutróficos] e nunca se teve qualquer contraparte do Governo Estadual e Federal, frente ao investimento realizado em cada distrito emancipado.

Os saldos positivos estão diretamente correlacionados ao desenvolvimento da bovinocultura de corte, hoje com mais de 400.000 cabeças, junto ao setor primário; uma gama de projetos que, se consolidados, viabilizará o setor secundário, principalmente com a presença de indústrias verticalizadas, agregando aqui o valor ao produto e o levando até o consumidor final, no Município ou na Região. O setor terciário aponta um comércio varejista / atacadista em destaque, acompanhado de uma rede enorme de estabelecimentos de prestação de serviços, como os bancos, as clínicas médicas, atendimento ao turismo, a educação, com destaque a UNEMAT, e ainda, restaurantes, bares, hotéis e similares, revendas autorizadas de automóveis, entre outros.

A compreensão do quadro anterior é importante porque mostra a decadência dos modelos tradicionais, e hoje é necessário romper aqueles modelos de desenvolvimento, para tentar encontrar modelos autosustentados, que possibilitem promover a economia municipal e melhorar a qualidade de vida de seus munícipes.

Em nível macroeconômico, as propostas oriundas dos partidos políticos foram consolidadas em Projetos / Programas, que a médio e longo prazo podem mudar o perfil econômico de Cáceres. Um grande projeto proposto, na década de 80, foi a da Zona de Processamento e Exportação - ZPE.

Zona de Processamento e Exportação - ZPE: Incremento de emprego e do setor produtivo

Esse projeto cria instrumentos de incentivo a industrialização direcionada ao mercado externo. A idéia inicial foi bem captada pelo *Governo Sarney*, que através do Ministério da Indústria e do Comércio procurou-se adaptar o Projeto às peculiaridades e restrições do comércio exterior.

É conveniente lembrar que antes da aprovação da Lei, houveram debates acirrados, em nível nacional, e os diferentes posicionamentos assumidos refletem a complexidade do tema, sobretudo quanto às implicações econômicas e sociais resultantes da adoção da Política de ZPE, no caso brasileiro.

Para o Município de Cáceres deve-se ressaltar que sua implantação resulta, como consequência, a criação de novos empregos, transferência de tecnologia e o desenvolvimento do Município, significando uma alternativa à política tradicional brasileira de industrialização via incentivos fiscais.

Em 1.994, o Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo lançou no mercado intelectual a obra *Zonas de Processamento de Exportação - Legislação*, que em última instância, divulga os aspectos legais relativos a criação e operação das ZPE's. De forma sintética temos:

- a) Decreto Lei nº 2.452: Dispõe sobre o regime tributário, cambial e administrativo das Zonas de Processamento de Exportação e dá outras providências.
de 22/09/88
- b) Decreto nº 96.759 de 22/09/88: Dispõe sobre o Conselho Nacional das Zonas de Processamento e Exportação - CZPE, criado pelo Decreto Lei nº 2.452 e dá outras providências.
- c) Instrução normativa nº 26 de 25/02/93: Altera a instrução normativa S.R.F. nº 171, de 21/11/88, que estabelece normas relativas ao controle fiscal das operações realizadas em Zonas de Processamento e Exportação.
- d) Decreto nº 779 de 19/03/93: Dá nova redação ao Art. 1º do Decreto nº 96.759, de 22/09/88, que dispõe sobre o Conselho Nacional das Zonas de Processamento de Exportação - CZPE.
- e) Decreto nº 846 de 25/06/93: Regulamenta o Decreto Lei nº 2.452, com a redação dada pela Lei 8.396, de 02/01/92, que dispõe sobre o regime tributário, cambial e administrativo das ZPE's, e revoga o Decreto nº 96.759, de 22/09/88.
- f) Lei nº 8.924 de 29/07/94: Revoga o prazo de que trata o inciso 6º do Artigo segundo do Decreto-Lei nº 2.452, introduzido pela Lei 8.396, para instalação das ZPE's já existentes.

O que se pode concluir acerca deste macro projeto é que a sociedade junto ou representada por suas lideranças políticas, faça um acompanhamento aos trabalhos realizados pela Administradora e gestões políticas junto ao Governo Estadual e Federal, buscando conciliar os interesses existentes. O processo é irreversível, pois a forma mais concreta demonstrada está na Legislação, mostrada anteriormente. O desenvolvimento Municipal passa pela implantação desse projeto, visando oportunizar o emprego e o aquecimento do setor produtivo.

Zona de Livre Comércio - ZLC

Nos trâmites da aprovação da ZPE, foi lançado no Senado Federal o projeto da Zona de Livre Comércio - ZLC, que também é fundamental para o desenvolvimento de Cáceres. As Zonas de Livre Comércio constituem uma categoria mais ampla, quando comparadas as ZPE's, onde se permite não apenas a industrialização, mas também a simples armazenagem, montagem e embalagem de mercadorias, que podem ser vendidas ao exterior e/ou ao mercado interno, submetendo as regras da importação, é claro.

Turismo: O modelo de desenvolvimento para o Município

Considerando a Bacia Hidrográfica do Alto Paraguai, situada na região sudoeste do Estado de Mato Grosso, formada pelos Rios Sepotuba, Cabaçal, Jaurú e o principal, Rio Paraguai, Cáceres oferece hoje ao Brasil e ao Mundo a maior diversidade de recursos faunísticos e florísticos, com ecossistemas de matas, cerrados e planícies e pantanais matogrossenses, portanto, o chamado *Alto e Baixo Pantanal*, locais de oferta do turismo ecológico durante todo ano. O descaso das autoridades do Governo Estadual nesta última década tem sido compensado por ações isoladas de alguns Prefeitos das cidades Pantaneiras, culminando com a criação da AMPTUR-MT (Associação dos Municípios de Potencial Turísticos). Além do Município de Cáceres estar filiado a AMPTUR-MT, detém a Vice-Presidência para o Centro-Oeste na AMPTUR-BR. Isto tem propiciado um estreito relacionamento com o Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo e Cáceres hoje pertence aos primeiros Municípios do Brasil a elaborar o RINTUR, a assinar o termo de adesão junto ao Programa de Municipalização do Turismo do MICT / Brasília.

Para se ter uma idéia do turismo no Mundo, vejamos algumas estatísticas: foram 405,3 milhões de viagens internacionais em 1989; 209,2 bilhões de dólares, como receitas destas viagens; 101 milhões de empregos, ou seja, de cada 16 empregos na economia mundial, um está no turismo; 7% da receita do comércio mundial provém do turismo; 4% de crescimento anual na década de 80; 4,1 bilhões de viagens no turismo doméstico mundial; 2,1 trilhões de dólares de receita do turismo interno mundial; 5,4 bilhões de pernoites no turismo interno mundial; estima-se para o ano 2.000 dois bilhões de passageiros na aviação comercial; 54 milhões de turistas visitaram a Espanha em 1989, deixando 16 bilhões de dólares naquele País; em *Nova York* 25 milhões de turistas e na *Disneylândia* 18 milhões de turistas.

Outra informação importante deste setor é que a década de 50 foi o grande marco para aviação comercial, pois transportou mais passageiros que os navios Transatlânticos. Justamente aí que o turismo foi considerado como atividade econômica, para vinte anos mais tarde ser considerado a terceira atividade da economia mundial. Os indicadores apontam o turismo para a primeira atividade da economia mundial (ONU, BIRD).

Em meados da décadas de 90, o Governo Estadual, agora preocupando em diversificar modelos autosustentados, coloca o segmento de turismo como prioritário e junto ao meio ambiente, visando preservação do grande patrimônio turístico, que é o pantanal, e ainda criando outras opções para turismo nacional e internacional.

Cáceres há dois anos tem sido pioneira na mudança do modelo produtivo, quando colocou o turismo como a grande opção do desenvolvimento. Aqui foram criados o *Conselho Municipal de Turismo*, com representação dos segmentos da economia local e com a responsabilidade de traçar as diretrizes políticas para este setor. Concomitantemente aprovou o *Fundo de Turismo*, que poderá ser a alavanca geradora / alimentadora das diretrizes anuais traçadas por este segmento.

Por fim, Cáceres está instrumentalizada neste segmento, mas não é ainda suficiente para capacitação do turismo nacional e internacional. O estudo sugere a criação de um Plano Diretor do Turismo, com levantamento estatístico e integração com os grandes centros no emissivo e receptivo, este último, com grande potencial para o Município.

Hidrovia Paraguai - Paraná: Integração Comercial e Exportação

Aliado a essas paisagens, o Rio Paraguai cumpre outra função preponderante, que é o transporte de produtos da Região Centro-Oeste para a Sul do País e vice-versa, traduzindo com os países vizinhos, a complementaridade de suas economias. Ele é portanto, o grande corredor de exportação (hidrovia Paraguai / Paraná), principalmente da soja plantada na região do médio-norte matogrossense, que chega até a cidade de Cáceres via "carretas" e, em seguida, é transportada por chatas até o porto de Nova Palmira, no Uruguai.

Com uma extensão aproximada de 717 Km, o trecho norte da Hidrovia Paraguai-Paraná começa em Cáceres e termina em Corumbá. Atravessa o Pantanal Matogrossense e é a parte mais difícil de toda hidrovia. As obras de dragagem, sinalização e balizamento da hidrovia permitirão sua maior operacionalidade.

Hidrovia Paraguai - Paraná é um importante Sistema fluvial, com 3.442 Km de extensão, considerando o trecho que vai de Cáceres a Nueva Palmira no Uruguai, abrange portanto, áreas dos cinco países da Bacia do Prata, que são: Brasil, Bolívia, Paraguai, Argentina e Uruguai.

A Hidrovia Paraguai - Paraná é a grande alternativa econômica de transporte para Mato Grosso, considerando o grande volume de produtos agrícolas exportados para o centro sul do país ou exterior. O custo deste tipo de transporte chega a ser 50% menor, comparado ao rodoviário.

Distrito Industrial Portuário: Apoio ao Comércio e à Exportação

O Porto de Cáceres é um macro projeto responsável pelo desenvolvimento do município de Cáceres e tem sido de pouco crédito pelas autoridades do Estado nos últimos anos. A situação atual do Porto não permite uma expansão do comércio multilateral com os países vizinhos e o interno brasileiro. A partir desta constatação, criou-se o Distrito Industrial Portuário de Cáceres, através do Ato Declaratório nº 21, de 10/10/89, contando com uma área de 140 ha, e, com a infraestrutura necessária à movimentação das grandes cargas, alfandegada e ligada a Z.P.E.

Dada a importância deste projeto, a administração municipal conseguiu viabilizar o VII Congresso Nacional dos Municípios Portuários para ser realizado no município de Cáceres em 1994. Foi ótima a repercussão do evento.

Ao final do Congresso foi elaborada a "Carta de Cáceres", aprovada por todos os municípios portuários aqui representados. Ela trás sugestões para melhorar a política das hidrovias, como a criação do DNHI e duas moções, a saber:

Moção 1 - ZPE de Cáceres e Mercosul

Considerando a íntima relação entre a ZPE de Cáceres e o Mercosul, cuja implantação e consolidação dependem em larga escalada da operacionalidade do Porto de Cáceres e do uso pleno da Hidrovia Paraguai - Paraná, os municípios portuários reafirmam a vocação hidroviária do país, que se completa com a integração multimodal.

Moção 2 - Autoridade Hidroviária - Portuária de Cáceres

Considerando a necessidade de garantir plenas condições de operação e acesso ao Porto de Cáceres, no tramo superior da hidrovia do Alto Paraguai, os municípios portuários reunidos nesta cidade, de 19 a 21 de maio de 1994, recomendam a implantação de uma entidade gerenciadora denominada *AUTORIDADE HIDROVIÁRIA PORTUÁRIA DE CÁCERES - AHPC*, constituída com participação do Governo do Estado de Mato Grosso, do Município de Cáceres e da iniciativa privada, compreendendo usuários e armadores.

Indubitavelmente, o Estado deu um passo gigantesco rumo ao desenvolvimento, quando criou o Distrito Industrial Portuário. Mas, as ações não saíram daí. É extremamente importante consolidar todas ações para que o Distrito Portuário seja implantado definitivamente e para isso, os representantes

municipais deverão mobilizar propostas para, em conjunto com o Governo Estadual, consolidar o grande potencial portuário, conseqüentemente a Hidrovia Paraguai - Paraná.

Integração Latino-Americana: Exportação via Pacífico

A integração Latino-Americana permitirá criar um corredor de exportação via Oceano Pacífico, a partir da cidade de Cáceres. Os produtos produzidos na região Centro-Oeste, em especial Mato Grosso, são escoados via Portos do centro-sul, a uma distância média de 2.000 Km, para em seguida serem embarcados em navios que subirão a costa brasileira até o Canal do Panamá, para atingir o Oceano Pacífico.

A nova rota proposta nesse macro projeto permitirá abastecimento dos produtos brasileiros junto aos grandes centros da Bolívia, em curto período de tempo e, de forma mais ágil à tradicional, passando por Corumbá, via transporte ferroviário. O trecho de Cáceres ao porto de Arica, no Chile, equivale ao trecho dos Portos para o centro-sul; a economia é visível em se tratando da exportação via Oceano Pacífico.

Agrega-se a este projeto, a relação comercial com a Bolívia, de importação do gás, para o Estado de Mato Grosso. Indubitavelmente, seria fator de equilíbrio das contas externas da Bolívia.

De um modo geral, os grandes projetos afetos ao desenvolvimento do município de Cáceres foram os aqui mencionados, embora sabedores de outros projetos, não menos importantes que estão correlacionados, que são responsáveis pelo escoamento da produção de grãos do município ou da região, e que viabilizem a intermodalidade dos transportes e a integração Latino-Americana, como o asfaltamento da BR 070, até San Matias.

Os Projetos em desenvolvimento, Pela Prefeitura Municipal de Cáceres, que devem ter continuidade e apoio por parte da representação Política, serão relatados a seguir:

a) **Projeto de Esgotamento de Cáceres:** Este Projeto está em andamento, seu financiamento compõe-se de entidade financeira internacional, com contrapartida do Governo Brasileiro. A expectativa é concluir a 1ª fase até meados de 1995 e, concomitantemente, negociar a fase seguinte, para evitar problemas de liberação de recursos. A nível macro o Projeto visa desviar o esgoto da cidade, que em diversos pontos cai diretamente na baía ou no Rio Paraguai, para uma grande lagoa de decantação. Após tratamento, a água será devolvida ao Rio, a jusante, de forma a preservar o ecossistema pantaneiro;

b) **Usina de Reciclagem do Lixo:** Este Projeto está em andamento, em sua fase final. É um passo importante que o Município dá no sentido de proteção à saúde de sua população. Este Projeto consta da usina de reciclagem do lixo urbano, agregado ao aterro sanitário. É um Projeto em

convênio com a UNEMAT, e objetiva também a preservação do ecossistema pantaneiro;

c) **Merenda Escolar:** Este Projeto tem participação das outras instâncias de Governo; vem resolver um problema gravíssimo da população de baixa renda e da pobreza absoluta, que é a alimentação durante o período escolar. Ações como esta tem contribuído para o desenvolvimento do nosso Município, conseqüentemente, do Brasil;

d) **Terceirização e Concessão:** O setor Público Municipal entrou numa ciranda e não consegue mais ter o mesmo perfil que nas décadas anteriores, frente à prestação de serviços para a sociedade. Os Municípios que estão dando certo, são exatamente aqueles que usaram criatividade e hoje, sob forma legal, conseguem dar resposta à sociedade através de seus serviços. Foi através da terceirização e/ou concessão de serviços que esses Municípios encontraram a forma ideal para o desenvolvimento de seus trabalhos: maior controle de pessoal, fiscalização dos serviços terceirizados e por concessão, maior controle dos gastos da receita, equilíbrio orçamentário entre outros;

e) **Asfalto Comunitário:** Esse Projeto é executado em parceria com os munícipes. A contrapartida da Prefeitura é a preparação da rua a ser asfaltada, enquanto que os moradores pagam a textura de até 3cm de asfalto, por frente de lote. O Projeto foi desenvolvido em 1994 e com o fim do período chuvoso em 1995, será implantado;

f) **Teca, uma opção de Renda ao Pequeno Produtor:** Esse Projeto está desenvolvido com parceria da Cáceres Reflorestamento. As sementes já foram plantadas no viveiro da Prefeitura. No início do período chuvoso o Projeto selecionará 20 pequenos produtores para plantio de 1/2 hectare, no sistema de raiz nua. O objetivo do Projeto é a geração de uma renda excedente na propriedade, de médio a longo prazo.

Administração Pública Municipal: A alavanca do desenvolvimento

Em nível microeconômico, os projetos em andamento ou a serem implantados poderão seguir uma metodologia simples, com participação direta da comunidade. O Governo Municipal já implantou parcialmente esta metodologia, na medida que os representantes de bairros participam de reunião diretamente com o Prefeito e seu secretariado, para discutir os problemas inerentes a sua comunidade.

A proposição é a adoção do orçamento comunitário com participação direta da população, na medida que reúnam em sua comunidade e priorize as ações do Governo Municipal no seu bairro. Em seguida, um encontro do Planejamento Municipal para discussão da exequibilidade das propostas. As exequíveis serão inseridas no orçamento para aprovação da Câmara Municipal,

dentro dos trâmites legais. As reuniões com o Executivo Municipal continuariam para acompanhamento dos Projetos setoriais.

Organização Espacial: Atendimento à saúde e educação

O Município de Cáceres possui três microrregiões distintas, sendo uma Serrana, a Serra das Araras; uma Planície; o Pantanal e outra ligeiramente ondulada, componentes da maior parte dos Distritos.

A microrregião Serrana produz agricultura de subsistência, não gerando nenhum excedente para a comercialização. A pecuária de corte avança ocupando grande parte da área. São pequenas as aglomerações de pequenos produtores, com destaque Vila Aparecida, Distrito do Município.

A microrregião da Planície é ocupada pela pecuária extensiva, com pouca tecnologia e por grandes fazendas, com densidade demográfica baixíssima. Estudos do Centro Nacional do Pantanal mostraram que a estrutura fundiária não mudou nos últimos cento e cinquenta anos.

A microrregião de Horizonte D'Oeste, Caramujo, Curvelândia é a mais povoada, com solos mais adequados a agricultura e geração de excedente agrícola.

De modo geral, o Município possui mais de duas dezenas de Associações Rurais e uma Cooperativa, cujo funcionamento se deu em 1994. Essas Associações foram organizadas na década de 80, a partir de programas voltados ao seu desenvolvimento, como o FUNDEC, do Banco do Brasil e, incentivos do Governo Federal e Estadual. A realidade hoje demonstra pouca organização, frequência baixa de seus associados e quase nenhum programa de incentivo à pequena produção. A incerteza da economia durante os últimos anos, com diferentes "pacotes", atingiu diretamente a taxa de risco dos pequenos produtores e a produção declinou, a exceção da cultura do algodão, que cresceu em função direta do estímulo preço de mercado.

A estratégia proposta para os segmentos urbano/rural no Município de Cáceres, dada as condições atuais da economia brasileira que afeta sobremaneira o Estado e o Município, é manter o atendimento à saúde e à educação.

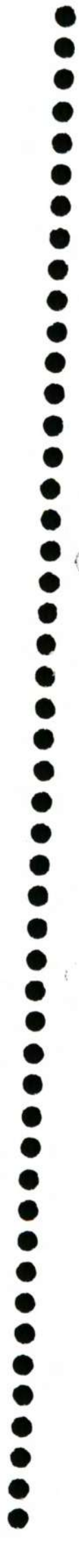
No caso da educação, as proposições para um melhor atendimento escolar envolvem 03 (três) aspectos a considerar: o desenvolvimento físico, o desenvolvimento da qualidade do ensino e a integração com a comunidade. Quanto ao primeiro, a criação de novas escolas ou aberturas de salas de aula onde houver áreas de expansão urbana; a substituição de escolas de madeira por alvenaria, na zona rural; no setor de planejamento escolar, estabelecer áreas prioritárias conforme maior oferta das séries do 1º Grau, de I a IV e, por último, melhorar as condições atuais, ou seja, inserir/aumentar bibliotecas, laboratórios, centro de arte, campo de futebol, quadra poliesportiva, dentre outros. Quanto ao segundo, o aumento do tempo dos alunos na escola

com o intuito de menor reprovação e evasão escolar; garantia do fornecimento das refeições, evitando assim as deficiências físicas individuais; serviços preventivos odontológicos e de saúde; implantação de regime pré-escolar e, por último, informatização para que os alunos se enquadrem nos trabalhos do futuro.

Quanto à integração com a comunidade, a escola deve promover participação da comunidade nas escolas, quer sejam elas culturais ou esportivas e, por último, envolver os pais de alunos nas decisões da escola.

No caso da saúde, prestar serviços à população residente em um espaço delimitado de sua abrangência, ou seja, garantir o bom funcionamento dos postos de saúde urbano/rural e do Pronto Socorro Municipal; atender a população prioritária (crianças, gestantes, nutrízes, etc) em programas de saúde; aumentar a abrangência de suas ações como por exemplo a inalação para as crianças; introduzir e/ou ampliar programas, entre outros, a saúde da mulher, mental, etc.; garantir o tratamento aos pacientes doentes que exigem intervenções mais complexas em ambulatórios, prevendo seu retorno para acompanhamento.

Como o quadro econômico impõe uma recessão jamais vista ao Município, a estratégia básica seria do atendimento básico a vida de cada munícipe, de maneira a promover-lhe um desenvolvimento pessoal e de sua família.



PROGRAMA DE AÇÃO IMEDIATA

VIII - PROGRAMA DE AÇÃO IMEDIATA

Os grandes fluxos migratórios da década de 1970 impossibilitaram o Setor Público Municipal de ter um planejamento mínimo frente às questões relativas ao desenvolvimento econômico-social. A questão urbana mais comum foi exatamente o surgimento de aglomerações de casas de baixo custo em loteamentos aprovados pela Prefeitura Municipal e principalmente nos clandestinos, com as primeiras formações das CAFUAS.

O debate acerca do crescimento urbano/rural é antigo no Brasil, e como o Município de Cáceres não fugiu a regra geral, as forças de atração pela cidade de Cáceres frente ao meio rural, foram mais fortes, propiciando a vinda dos pequenos agricultores para o meio urbano. Isto é consequência da estrutura fundiária Municipal; do avanço da pecuária, que é pobre na contratação de mão-de-obra rural; da implantação de núcleos rurais em solos que não geram uma agricultura autosustentada, fazendo que ao longo do tempo, o produto desta pequena produção, não seja competitivo no mercado produto, entre outros.

Na década de 90, o Setor Público Municipal tornou-se capaz de elaborar o atual Plano Diretor, que é exatamente o instrumento capaz de ordenar o desenvolvimento Municipal, permitindo uma compreensão dos fatores políticos, econômicos, sociais, territorial e, mais que isso, é um instrumento de controle social sobre a ação do Poder Público Municipal.

A começar pelo seu próprio entendimento de prestador de serviços para a comunidade, o Setor Público Municipal deve passar por uma reestruturação geral. Os serviços executados, e com qualidade, devem ser compatíveis com o número de funcionários existentes. A análise de fluxo setorial permitirá esse equilíbrio.

Torna-se necessário que cada Secretaria analise sua estrutura compatibilizando-a com a nova ordem mundial de informática, obtendo resultados melhores e mais rápidos.

O documento maior *Plano de Cargos e Salários* deva ser refeito, respeitando os Concursos Públicos Municipais e projetando uma carreira ao trabalhador Municipal, sem interferência exógena da política partidária. Esse plano compatibilizará as categorias, as funções de todos os funcionários, com os respectivos salários. Oportunidade de reciclagem, cursos nas áreas afins, outros, deverão ser considerados para efeito de progressão de carreira.

O equilíbrio orçamentário-financeiro como peça fundamental para o curto, médio e longo prazo e, mais que isso, com participação direta da comunidade, praticando portanto, o chamado orçamento comunitário. Isso garantiria as linhas básicas de atuação Municipal, a saúde e a educação.

A terceirização e a concessão dos serviços, projeto último em aprovação na Câmara Municipal, permitirá uma descentralização dos setores públicos com consequência de melhor serviço junto à comunidade.

Recuperação da malha viária da zona rural, com patrolamento, elevação de greide, abertura de estrada, construção de bueiros para passagem de águas, abertura de canal de drenagem, construção e reforma de ponte de madeira.

Recuperação da malha viária urbana, com serviços de patrolamento, encascalhamento de pontos críticos, recuperação de pontes, instalação de semáforo, redutores de velocidade, placas educativas, recuperação de pavimentação asfáltica em operações tapa-buraco.

Implantação de imediato da Usina de Reciclagem e Compostagem de Lixo de Cáceres e com os serviços de limpeza pública, serviços de roçada, capina dos lotes baldios, bem como pintura de meio fio, postes e árvores

Urbanização por completo da barranca do Rio Paraguai. Sugere-se que esta conta seja paga pelos donos de barcos, que ali exploram o turismo

Recuperação dos equipamentos rodoviários, implementação da usina de asfalto, fábrica de manilhas e artefatos de concreto.

Implementação do Setor de Áreas Verdes, viveiro Municipal, urbanização das praças da cidade e execução do projeto florestal para pequenos agricultores;

Dragagem dos canais a céu aberto: Sangradouro, Lavapés, Renato e micro-drenagem de pontos críticos nos bairros da cidade.

Implantação de rede de energia elétrica, nas comunidades em expansão, quer seja urbano ou rural.

Término de implantação do sistema de esgoto de Cáceres, referente a primeira etapa do Projeto PROSERGE e início da segunda etapa.

Meio Ambiente

Com relação ao desenvolvimento do Meio Ambiente, a proposição é o preparo do Município para o futuro, elaborando assim o zoneamento agroecológico do Município de Cáceres. O modelo a ser apresentado constituirá de um ordenamento agroecológico do meio rural baseado na identificação e caracterização de sistemas agroecológicos de ocupação, adaptado às diversidades paisagísticas do território Municipal. O zoneamento proposto caracteriza ofertas e limitações biofísicas e espaciais, para ocupação e integração harmônica do homem às diversas paisagens produtivas do território de Cáceres. Conceitualmente, o zoneamento agroecológico é um *modelo de organização espacial de um território que visa o uso eficiente de suas paisagens produtivas*.

De modo geral, devem ser considerado ainda o controle da erosão, nas regiões do Município onde houver maior concentração da atividade agrícola; preservação da cobertura arbórea existentes nos ambientes ecologicamente homogêneos, no caso de não mais existir deverá ser incentivado o repovoamento, com espécies nativas e de grande valor de mercado; estabelecer ao longo da bacia hidrográfica pontos de coleta de água para elaborar o controle da poluição de resíduos tóxicos da agricultura, de garimpos, entre outros. A consequência imediata é evitar a depauperização dos solos que geram uma agricultura autosustentada; evitar a erosão; conservar as espécies da fauna e flora naturais em extinção no Município; enfim, proporcionar uma qualidade de vida melhor aos habitantes do Município de Cáceres.

Por fim, licenciar e fiscalizar as atividades, já existentes no município, de extração de argila (Olarias), extração de areia e cascalho, bem como toda atividade industrial, que geram poluição de efluentes líquidos e sólidos.

Desenvolvimento Social e Econômico

As ações de curto prazo na componente desenvolvimento social garantiriam consumo maior dos bens públicos, pela sociedade local e regional.

As linhas de curto prazo são:

- 1) Término do Projeto: Hospital Geral;

- 2) Reforma e ampliação do Pronto Socorro Municipal;
- 3) Término do Projeto *Esgoto de Cáceres*;
- 4) Construção da Estação de tratamento, com captação a montante no Rio Paraguai
- 5) Criação de Farmácia Central para distribuição de remédios;
- 6) Construção de unidades físicas escolares compatíveis com a demanda local;
- 7) Reforma do Centro de Treinamento *Projeto Rondon*;
- 8) Conclusão do *Ginásio de Esportes*;
- 9) Melhorar instalação e modernizar a Biblioteca Pública
- 10) melhoria das creches existentes no Município;
- 11) Criação do Conselho de Desenvolvimento Municipal e o agropecuário para tomada de decisões programáticas frente ao desenvolvimento do Município;
- 12) Solução para o Projeto Facão;
- 13) Implantação do Mercado Municipal;
- 14) Criação do Distrito Municipal;
- 15) Criar programas de expansão da capacidade instalada de energia elétrica;
- 16) Implantar o *Projeto Trânsito de Cáceres*;
- 17) Promover *urgente* recadastramento urbano de Cáceres;
- 18) Implantar *urgente* a Usina de Reciclagem e Compostagem do Lixo de Cáceres;
- 19) Implantar programa de casas populares visando as de baixa renda;
- 20) Implantar o turismo no Município como forma de promover a valorização e a preservação dos patrimônios naturais e culturais do Município;
- 21) Incentivar através de veículos de comunicação e folheterias as visitas a Cáceres, vendendo o atrativo principal o *Pantanal*, para aumentar o fluxo de turistas para o Município;
- 22) Buscar através do turismo o desenvolvimento econômico do Município;
- 23) Melhorar a infra-estrutura turística do Município;
- 24) Melhorar a infra-estrutura de acesso aos núcleos turísticos do Município;
- 25) Melhorar os equipamentos e serviços de apoio: Correios, Postos de gasolina, Postos Telefônicos, Restaurantes, Hotéis, Bancos, Agências de Viagens, oferecendo cursos a cada segmento;

26) Introduzir nas escolas das redes, Estadual, Municipal, Federal e particular projetos de educação ambiental e concretização ao turismo.